



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 30

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 26 de novembro de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Paulo Gomes e Deputado Lubélio Mendonça
(substituído no decorrer da sessão pela Deputada Isabel Teixeira).*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se a discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para 2025” e da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”.

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Délia Melo (*PSD*), Hélia Cardoso (*CH*), Sandra Costa Dias (*PS*), José Pacheco (*CH*), Olivéria Santos (*CH*), José Toste (*PS*), Catarina Cabeceiras

(*CDS-PP*), Andreia Cardoso (*PS*), Salomé Matos (*PSD*), Russell Sousa (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*), Cecília Estácio (*PSD*), Flávio Pacheco (*PS*), Mário Tomé (*PS*), Lubélio Mendonça (*PS*), Ana Jorge (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Ávila (*PS*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Dora Valadão (*PS*), Francisco Lima (*CH*), Isabel Teixeira (*PS*), Paulo Chaves (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Silveira (*PSD*), Carlos Freitas (*PSD*), Patrícia Miranda (*PS*), Luís Leal (*PS*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Carlos Rodrigues (*PSD*), Luís Soares (*PSD*), José Sousa (*CH*), Gualter Rita (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), José Eduardo (*PS*), Paulo Gomes (*PS*), Marlene Damião (*PS*), Ruben Cabral (*PSD*), Francisco Gaspar (*PSD*), Rafael Lima (*PSD*), João Mendonça (*PPM*) e Joaquim Machado (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*), o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*), o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*), o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Pinho*) e a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários, vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Partido Social Democrata (*PSD*)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rafael Tavares **Lima**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e Sá

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, vamos então dar continuidade ao nosso debate, no ponto onde encerramos os nossos trabalhos ontem à noite, estávamos no âmbito da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social e estava inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, em outubro de 2023, aprovamos neste Parlamento, por unanimidade, uma iniciativa da Iniciativa Liberal, do PSD do CDS e do PPM que tinha como objetivo medidas de apoio aos portadores de doença de Machado Joseph, esse diploma haveria de ser regulamentado pelo Governo até à entrada em vigor do Orçamento de 2024, como sabemos, o Orçamento de 2024 entrou em vigor tardiamente, imagino eu se tivesse entrado a tempo o que teria sido, acontece que o diploma não está

ainda regulamentado, passado todo este tempo e que nos documentos que neste momento estamos em apreciação não encontro qualquer referência a este apoio aos doentes portadores de Machado Joseph.

Nesse sentido, gostava de saber o ponto de situação sobre a regulamentação tardia e sobre as verbas que a ele ficam designadas.

Gostava também de lhe perguntar, de questionar, sobre a situação da fisioterapia na ilha Terceira, como sabemos as convenções foram suspensas em 2014 por razões, que, na altura, quem o fez entendeu fazer, mas passado todo este tempo continuam sem existir convenções com as unidades de saúde de ilha e com o HSEIT para efeitos de fisioterapia, o que tem trazido alguns constrangimentos e alguns atrasos na prestação desse serviço de saúde aos utentes.

Eram só essas duas perguntas, se fizesse favor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O orçamento para a Saúde, se descontarmos os 75 milhões de euros para conversão de dívida, ...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): O que é que descontou?

O Orador: ... é inferior em 39 milhões de euros ao Orçamento de 2024, o grave subfinanciamento da Saúde irá continuar neste ano, há 75 milhões de euros para pagar a fornecedores, é certo, mas aquilo que não vemos é o que há para pagar aquilo que o Governo deve aos trabalhadores da Saúde, e, segundo as contas de um sindicato dos enfermeiros, a conta já vai muito para além dos 10 milhões de euros, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Estão mal feitas!

O Orador: ... numa estimativa muito por baixo, porque temos de somar muitas outras contas para pagar.

A aplicação da carreira Técnica Auxiliar de Saúde, que não sai da gaveta e é preciso pagar com retroativos, o acelerador de carreiras que gripou antes de arrancar e que não é pago, o Governo que não reconhece o tempo de serviço dos trabalhadores COVID, que garantiram o Serviço Regional de Saúde durante a Pandemia e que não lhes reconhece o tempo e não lhes paga por isso esse tempo que é devido.

Estas medidas significam milhões que, das duas uma, ou não são para executar, ou então o Orçamento é ainda mais curto do que parece.

Com o Hospital de Ponta Delgada amputado, este Orçamento significa que pouco ou nada se avançará na construção ou na recuperação desse tal hospital novo ou novo hospital.

Se metade, o equivalente a metade dos recursos investidos no hospital modular, dos recursos e do esforço estivesse sido aplicado no velhinho HDES, hoje certamente que estaria a funcionar em pleno.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Mais um especialista.

O Orador: A opção do Governo pela não reabertura do HDES é outra calamidade, o número de operados em setembro de 2023 no HDES é 54% inferior ao mês de setembro de 2023, 33 % no Serviço Regional de Saúde, e, pasme-se, segundo resposta recebida ontem da Sra. Secretária Regional da Saúde, que o Governo enviou, as grávidas continuarão sem apoio, sem acompanhamento no parto no HDES, contrariando aquilo que já havia dito a Presidente do Conselho de Administração, pelos vistos, o estado de calamidade serve é para retirar direitos.

Finalmente, Sra. Secretária, termino, o parceiro de coligação do Governo, o CHEGA, afirmou recentemente que o Governo está a cumprir com a exclusão de crianças filhas de pais desempregados das creches, cumprindo aquilo que o Parlamento aprovou com o voto convicto contra do Bloco de Esquerda, o Governo do PSD, do CDS e do PPM é o executante vil...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Menos.

O Orador: de um ataque às crianças dos Açores.

(Protestos dos Deputados da bancada do CH)

Deputado José Pacheco (*CH*): Isto é de uma desonestidade intelectual vil!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Devia ter vergonha!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, Tem agora a palavra pelo PSD, a Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Délia Melo anseia fazer a sua intervenção, faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo** (*PSD*): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ao contrário do que já foi dito aqui hoje e que temos ouvido nas últimas semanas, este Governo prioriza a Saúde, e, se dúvidas houvesse, bastava nós olharmos aqui para este Orçamento que temos aqui um reforço de 50 milhões de euros, sendo que 15 milhões são para a reconstrução e requalificação do HDES.

A verdade é que, após o incêndio do dia 4 de maio, foi sempre grande preocupação deste Governo, assegurar a continuidade da prestação de cuidados de saúde, tal como a retoma do funcionamento do HDES, foi sempre esta a prioridade, e, a decisão pelo hospital modular, ao contrário do que se diz, não foi uma decisão política, mas sim técnica e foi validada pelos profissionais de saúde pelas ordens profissionais.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

(Protestos dos Secretários da bancada do Governo)

A Oradora: Ora e eu relembro a Ordem dos Médicos é muito clara e eu cito: “Quem diz que é possível abrir em pleno a urgência do hospital desconhece a realidade de uma estrutura que já estava obsoleta”, fim de citação, ou seja, aquilo que o PS faz é chamar os médicos de amadores, que foi aquilo que o vosso líder veio fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A Ordem dos Enfermeiros também é muito perentória neste sentido e diz, cito: Quando se diz que bastava fazer uma limpeza no edifício e colocar todos os utentes lá dentro, isto é, uma falta de conhecimento técnico e um desrespeito pelos utentes e profissionais de saúde”, fim de citação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que disse?

A Oradora: A Ordem dos Enfermeiros! Ou seja, aquilo que o PS esteve a fazer e o vosso líder, Deputado Francisco César, foi acusar esse Governo de amadorismo, mas no fundo estava a acusar todos os profissionais de saúde de amadores, era isso que ele estava a fazer.

A verdade é que isto não é inédito, porque o PS tenta criar alarmismo sobre esta situação, tal como fez na altura da Pandemia, foi esta a sua postura sempre, o

que denota ou que mostra uma clara falta de respeito, e, também aquele que é o seu propósito, que é utilizar o incêndio no HDES como uma arma de arremesso político, que é só isso que o PS pretende.

Critica, de facto, a opção pelo hospital modular, mas não apresenta qualquer alternativa, esta é a realidade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E tenta a todo o custo apontar falhas a este Governo e usa inclusivamente a Comissão de Assuntos Sociais, como se fosse uma Comissão de Inquérito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Porque não propôs uma, não é!? E então, serve de palco para todas as audições, para apontarem o dedo a este Governo, quando na realidade, através das audições já percebemos que não há dedo a apontar porque o trabalho tem sido feito, é validado por todos os profissionais de saúde.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Também o PS já nos habituou à desinformação e é isso que tem feito junto dos açorianos e a mais recente mentira do Partido Socialista foi dizer que este Governo não quis acionar o Fundo de Solidariedade da União Europeia, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: ... é mentira e é mentira porquê? Porque o Fundo e as regras deste Fundo são bem claras, em primeiro lugar diz que tem de ser uma catástrofe natural...

(Protestos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: ... ora, não foi! Em segundo lugar o prejuízo tem de apresentar pelo menos 1% do PIB da Região, não apresenta, os Srs. é que estão a acusar o Governo de não querer fazer isso, o que é mentira!

Ora, a única ideia que o Sr. Deputado Francisco César apresentou foi, mas ouçam, ouçam a ideia que foi apresentada pelo Partido Socialista, foi uma alteração ao Orçamento de Estado, e, esta alteração ouçam, Srs., esta alteração ao Orçamento de Estado não foi mais nem menos do que pedir que se faça aquilo que já está a ser feito, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... que é suportar, o Governo da República suportar em 85 % as despesas decorrentes daquilo que foi o prejuízo do incêndio HDES, ora já foi assumido que isso será feito, portanto, isto é inócuo, é o trabalho do PS.

A verdade é que se tem trabalhado para garantir a melhoria da prestação de cuidados de saúde a toda a Região, a todos os açorianos, trazendo também equipamentos de última geração para o nosso hospital, para podermos dar uma resposta cabal a tudo aquilo que são as necessidades, tem sido trilhado um caminho neste sentido.

Portanto, meus Srs., ao contrário daquilo que gostariam que acontecesse este Governo tem mostrado bons resultados na área da Saúde. Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo.

Atendendo a que, a maioria das ações do Plano de Investimento de 2025 são uma replicação das de 2024, o que por si só não é um facto negativo, aliás, interpretamos como coerência na prossecução dos objetivos estabelecidos pelo Governo.

Para avaliar o valor da dotação para 2025, considero que seria importante conhecer a execução material e financeira de cada ação este ano.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

É certo que a terminologia utilizada no requerimento do CHEGA pode não ter sido precisa ao solicitar a execução material do Plano de Investimento da Região de 2024, mas tenho a certeza de que V. Exa percebeu o objetivo e escudou-se nessa imprecisão para não facultar a informação pretendida.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Tendo o Governo feito o melhor dentro dos condicionalismos que todos conhecemos, porquê o receio da transparência?

A medida 6.7.2 do Vale Saúde com uma dotação de 250.000, que se destina a financiar cirurgias a doentes que aguardam há tempo superior ao Tempo Máximo de Resposta Garantido, quando a execução financeira e material se desconhece, considerar a dotação ajustada será mais um ato de fé!

Passamos à ação 6.7.3, o CIRURGE, similar ao Vale Saúde, mas aqui é a tutela da Saúde que contratualiza as intervenções nas especialidades que considera prioritárias. Quantas cirurgias foram realizadas em 2024? Qual o preço médio?

Será que no Portal do Governo Regional constam esses dados? Não encontrei, mas pode ser inabilidade minha!

Cheque-saúde, uma medida do CHEGA, na ação 6.7.3., tem o mesmo funcionamento do Vale Saúde, só que aplicado às primeiras consultas de especialidade e meios complementares de diagnóstico prescritos nos Centros de Saúde e Hospitais.

Sra. Secretária Regional da Saúde,

A justificação dada por si para a não implementação em 2024, dever-se-ia à falta de atualização da tabela dos preços para os convencionados de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica. Esta tarefa não cabe à Direção Regional de Saúde?

Fomos informados na Comissão dos Assuntos Sociais de que a realização desta ação em 2025 se traduzirá num projeto-piloto para algumas especialidades identificadas pela USISMG, com a colaboração da Cruz Vermelha para a realização de Meios Complementares de Diagnóstico.

O Cheque-Saúde foi aprovado nos orçamentos de 2023 e 2024. Não precisa ser testado com um projeto-piloto, precisa sim, ser regulamentado e ser disponibilizado a todos os Açorianos...

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: ... e a todas as especialidades, quando o Tempo Máximo de Resposta Garantida é excedido. Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Sandra Costa Dias, faça favor.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Presidente do Governo, hoje discutimos aqui mais uma vez e, com pertinência, a questão do HDES e a minha questão tem a ver com a escolha do hospital medular, que tem sido muito defendida a ideia de que não foi uma decisão política, e, a minha questão é, como anunciar que não é uma decisão política, quando foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo a construção do mesmo? Como delegar isto numa questão técnica com base num grupo de trabalho, se é o Governo o primeiro responsável por esta decisão e todas as implicações que a mesma tem?

Se é este o seu pensamento, então todas as decisões do Governo Regional assentes em grupos de trabalho, em pareceres, em estudos, não são decisões políticas, Sr. Presidente, o Sr. Presidente refugia-se sistematicamente aqueles que são debates importantes para os açorianos, falta a debates de urgência, falta às respostas aos açorianos e refugia-se delegando numa decisão técnica...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Por amor de Deus! A sério?

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... numa decisão técnica que teve por base o estudo e o modelo do Santa Maria, do hospital...

Sr. Presidente, peço desculpa, quando puder retomar, Sr. Presidente...

Presidente: Faça favor, Sra. Deputada.

O hospital modelar, eu estive no dia 31 de agosto...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Faltou à apresentação!

A Oradora: ... e já neste dia se percebia que o hospital modelar não tinha sido desenhado de acordo com as necessidades da nossa Região, tanto é que ainda não está pronto e já está a ser redimensionado.

Foi tido como exemplo o Santa Maria, um hospital que, num raio de poucos quilómetros tem dezenas de unidades de saúde e dezenas de hospitais como alternativa, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): A Senhora não sabe o que está a dizer.

A Oradora: ... nós vivemos em ilhas, não temos a mesma rede de apoio e esta é uma decisão deste Governo, e, vir delegar num estudo técnico é fugir à responsabilidade.

O que este Governo é perito em fazer é externalizar as suas responsabilidades, tanto é, que, até o Fundo Social, o recurso ao Fundo Social não sabe como fazer e, vem aqui, a Sra. Deputada Délia Melo pedir explicações ao PS, quando foi o Governo que não soube como acionar os mecanismos de apoio para o hospital modelar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, Sr. Deputado José Pacheco, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Um bom dia a todos, antes de mais.

Sra. Secretária da Saúde, gostaria de colocar a seguinte questão, foram anunciadas obras no Hospital do Divino Espírito Santo, foi colocado um prazo, que é sempre uma irresponsabilidade colocar prazos em coisas destas, mas colocaram, e, agora temos que cumprir, que havia um projeto até final de

outubro, eu não conheço o projeto, eu quero saber muito rapidamente, quando é que começam as obras, porque é uma urgência termos aquele hospital requalificado, o hospital modular eu sempre o assumi como sendo uma solução passageira, rápida, para poucos meses, neste momento nós temos a sensação de que temos obras para anos e é inaceitável.

Outra questão que a Sra. Deputada Délia, e muito bem, levantou, eu estou farto de conversas de taberna, o Sr. Presidente do Governo, eu vi no telejornal a clarificar essa questão, isto tem que ficar clarinho como a água aqui neste Parlamento, tem que ficar claro, porque razão é que a União Europeia não se concorreu ou deixou de se concorrer, porque esta coisa de mandar aí pombos correios a dizer umas conversas isso a mim serve de pouco, eu gosto é da verdade e a verdade acima de tudo.

E finalmente, Sr. Secretária, nós sabemos que temos um problema grave de fraudes, quer seja no RSI, quer seja nas baixas médicas, como é que a Sra. pretende resolver isto efetivamente? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem inscrições neste momento. Sra. Deputada Délia Melo, faça favor tem a palavra.

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente, porque não posso deixar passar isto em branco, mais uma vez lembrar ao Partido Socialista, que isto foi uma solução validada pelos profissionais de saúde, não são aqueles especialistas de bancada, não é uma pessoa qualquer, não são pessoas quaisquer, são pessoas que estão no terreno.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: As ordens profissionais, estamos a falar de médicos, de enfermeiros, e, para ficar bem claro, eu volto a citar a Ordem dos Médicos: “Quem diz que é possível abrir em pleno a urgência do hospital, desconhece uma realidade de uma estrutura que já estava obsoleta”, fim de citação, Ordem dos Enfermeiros: “Quando se diz que bastava fazer uma limpeza no edifício e colocar todos os utentes lá dentro, isto é uma falta de conhecimento técnico e um desrespeito pelos utentes e profissionais de saúde”, fim de citação. Acho que fica muito claro, obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Vamos continuar os nossos debates, pelo CHEGA tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tem sido uma luta do CHEGA a defesa dos mais idosos, essa é uma luta que já trazemos aqui a esta Casa há alguns anos, temos conseguido que o “cheque pequenino” tenha sido aumentado e neste Plano e Orçamento, uma vez mais vamos conseguir ver esta luta reivindicada, com o aumento de 10% no “cheque pequenino” para os nossos idosos, uma medida que muito louvamos.

Por outro lado, Sra. Secretária, gostava de saber no que diz respeito às dependências, onde é que está e qual vai ser o plano do Governo de prevenção para as dependências?

Por último, e para que não restem dúvidas, como está a questão da prioridade nas creches para os pais que trabalham? Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições?
Sr. Deputado José Toste, faça o favor.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo por destacar que a Sra. Secretária ainda não respondeu a qualquer uma das questões que foram colocadas pelo Partido Socialista, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que questões é que foram colocadas?

O Orador: ... que já colocou um grande conjunto de questões.

Sra. Secretária, a Saúde nos Açores está num estado de acentuada degradação, degradação pelo aumento do tempo de resposta aos utentes, degradação pela redução de médicos especialistas, degradação pela situação financeira dos Hospitais, os utentes esperam, e esperam mais, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Antes é que estava bem!

O Orador: ... os especialistas faltam, e faltam mais, os hospitais acumulam prejuízos, e acumulam mais.

Se estas tendências são já anteriores ao incêndio do HDES, com o acidente houve, no imediato, um agravamento pela calamidade, posteriormente, acentuado pela gestão política calamitosa da retoma da atividade.

24 milhões de euros, 6 meses e um hospital modular mal planeado depois, o HDES continua sem uma Urgência Hospitalar que possa ser considerada como tal e sem o número de salas de bloco que tinha antes do incêndio.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Porque será?

O Orador: Seis meses a acenar com garantias de segurança, para nada fazer, colocando numa situação de insegurança milhares de utentes, que hoje não sabem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... a que urgência se dirigir ou quando será agendada a sua cirurgia. Mas vamos a dados, no Serviço Regional de Saúde o tempo médio de espera por uma cirurgia é de 1 ano e 3 meses, no período homólogo...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Quando? Em que ano?

O Orador: ... era de 1 ano e 1 mês, ou seja, os doentes em média esperam hoje mais dois meses que no ano passado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E o incêndio?

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sra. Secretária, se a verba inscrita para Vale Saúde e Cirurge é igual às de 2023 e 2024, antes do incêndio, se o seu histórico de execução é modesto, se os acréscimos de produção cirúrgica se deveram a produção acrescida, se em matéria de cirurgias faz exatamente o mesmo, como espera obter um resultado diferente, que não o agravamento dos tempos de espera?

É por isso que o Grupo Parlamentar do PS, porque queremos resultados diferentes para os açorianos, vai propor a criação de um programa de emergência para recuperar as listas de espera agravadas pelo incêndio do HDES.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal os senhores é que vão salvar isto tudo!

O Orador: Sra. Secretária, no final de 2025 haverá no HSEIT uma ginecologista, um oftalmologista e dois otorrinolaringologistas com idade superior à idade de reforma, noutras especialidades e noutros hospitais, muitos serão os exemplos deste problema que se agrava ano após ano, sem que haja nos quadros especialistas para os substituir.

Se para 2025, apesar do problema se agravar, o investimento para a fixação de profissionais é igual ao de 2024, se pretende fazer exatamente o mesmo, como espera obter um resultado diferente, que não seja a perda ano após ano de médicos especialistas?

Sra. Secretária, no 2º Trimestre de 2024, o resultado líquido agregado dos 3 hospitais é negativo em 23 milhões de euros, um agravamento de 2,5 milhões de euros face ao período homólogo.

De uma perspetiva duodecimal dos resultados, comprova-se que os 50 milhões de euros que anunciou, visam apenas cobrir os resultados negativos e não correspondem a um investimento adicional na saúde dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Que medidas de gestão pretende adotar em 2025 para uma maior eficiência no sector?

Por fim, Sra. Secretária, é incompreensível que em matéria de Saúde Mental, em específico da doença mental grave, não haja qualquer investimento para melhorar as condições, muitas vezes degradantes, dos açorianos institucionalizados nas Casas de Saúde que são, praticamente, a única resposta existente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ah não?

O Orador: Por que motivo este investimento necessário é ignorado, Sra. Secretária?

A este propósito, há 2 meses que não há encaminhamentos para internamento de psiquiatria ou para tratamento de alcoolismo na Casa de Saúde de São Rafael, a Sra. Secretária conhece este problema, porque ainda não resolveu esta situação que é reflexo da despreocupação com os problemas de saúde mental e de dependências nos Açores?

Sra. Secretária, os açorianos merecem mais.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito mais do que uma posição como a do seu Partido!

O Orador: Merecem um Governo que no presente coloque a sua saúde em primeiro lugar, que no presente tenha soluções reais para os seus problemas reais

e não um Governo que ignora as necessidades de cuidados de saúde no presente, com promessas vãs de um futuro que tardará em chegar, porque, para quem está doente, o amanhã será sempre tarde demais.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E é por isso que o PS, propõe um plano de emergência, porque o que está em causa é a vida e a dignidade de quem mais precisa. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra pelo CDS-PP, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Depois desta intervenção da bancada do Partido Socialista, o que os açorianos mereciam era que um partido que teve tantos anos no Governo tivesse outra responsabilidade quando falasse de Saúde.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Que problemas é que os Srs. deixaram? Que problemas existiam quanto à falta de médicos quando os Srs. eram Governo? Como é que estava as listas de espera quando o Srs. eram Governo? Até parece que os Srs. não sabem a realidade deste setor, e, mesmo quando não tinha existido COVID e nenhum incêndio no HDES.

Quanto ao hospital modular e muito daquilo que a gente ouve, a favor contra, mas o Partido Socialista nunca se decidiu, é a favor ou é contra o hospital modular? Era isso que tinha feito, se fosse Governo ou não era?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: É porque isso também é preciso ficar aqui claro, é preciso também ficar claro, qual é a vossa posição.

Depois, relativamente à questão do investimento na Saúde, há um investimento claro, a vossa proposta, a única proposta que têm em relação à Saúde é algo que

o Governo já está a trabalhar, já foi afirmado, está previsto nestes documentos, mas é a grande solução que os Srs. têm para a Saúde.

Isso é muito pouquinho, Sr. Deputado, é muito pouquinho, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ..., mas também dizer que muitas são as preocupações na área da Saúde, como é natural, porque já o era antes da situação do incêndio no HDES, é verdade que temos de acudir esta situação, que é uma situação emergente, não descurando todo o resto, quer os outros hospitais, quer as unidades de saúde, sabendo que temos uma grande dificuldade no que concerne à fixação de recursos humanos, nomeadamente de médicos, de enfermeiros, queria eu que em S. Jorge, agora que abrimos concurso para dois médicos e dois enfermeiros, tivéssemos só conseguido fixar o médico e tivessem ficado concursos desertos, mas sabemos que infelizmente é uma realidade que acontece na Região, a nível nacional, que nos preocupa, em que o Governo tem estado atento e é esse trabalho que deve continuar a fazer,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ..., continuar e ter a atenção que já foi identificada na recuperação do tempo de espera, como é natural, queríamos todos nós que estamos aqui sentados, que o tempo máximo de espera não tivesse aumentado, depois só do maior hospital da Região ter sofrido um incêndio.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não se passou nada!

A Oradora: Claro que todos nós o que gostaríamos é que isso não tivesse tido reflexo no tempo de espera, claro que tem! E, portanto, acho que não podemos fingir e fazer intervenções sobre a Saúde, completamente alienadas da realidade, e, foi exatamente isso que o Sr. Deputado fez.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, tem a palavra faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo.

Tentando esclarecer as questões que me foram colocadas, em relação às questões colocadas e levantadas pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, gostaria de dizer que nesta altura, e, em relação à regulamentação para os doentes com Machado Joseph, o que está em vigor ou o que já foi implementado foi a constituição de uma equipa, do grupo de trabalho multidisciplinar e intersectorial para elaboração dessa proposta de regulamento, esse grupo de trabalho envolve o ISSA, envolve a Direção Regional da Saúde, a Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão e, naturalmente, não há nenhuma ação, mas não é por causa disto que os doentes não terão o apoio, até porque primeiro tem que se regulamentar a atribuição do apoio, sendo certo que estas direções regionais têm naturalmente formas de apoiar estas instituições e naturalmente será atribuído, sendo certo que primeiro terá de ser definido os moldes desse mesmo apoio, que é isso que será feito através do regulamento. Em relação às questões da fisioterapia na ilha Terceira, como bem disse, não funcionam com convenções, funcionam sim, por reembolsos, e, apesar daquilo que disse e afirmou, eu não tenho relato de nenhum doente ficar sem acesso a fisioterapia por causa dessa forma de funcionamento. É claro que, à semelhança do que acontece para a Região, a fisioterapia não funciona da mesma forma em todas as ilhas e isso eu assumo, é algo que naturalmente terá

que ser melhorado, posso-lhe dar nota, inclusive que, face a um requerimento apresentado pelo CHEGA, que pôs a nu algumas, não digo fragilidade, mas algumas diferenças, e, claro que me deixou com curiosidade sobre perceber o que é que se está a passar e posso lhe dar nota que, no passado mês de setembro e outubro decorreu uma auditoria interna pela própria Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel às questões da fisioterapia, nem sequer com intuito inspetivo, mas até mesmo pedagógico para tentar perceber de que forma é que se pode melhorar o sistema.

Em relação ao Bloco de Esquerda, confesso que nem vou perder muito tempo porque infelizmente, a postura do Sr. Deputado António Lima...

Deputado António Lima (BE): Olha o respeito!

A Oradora: ... não acrescenta muito a este debate, vou só dizer-lhe que as poucas obras que o Sr. Deputado fala, no Serviço de Urgência, e, que são assumidas pelo Diretor do Serviço de Instalações e Equipamentos do HDES, metem em causa a segurança dos utentes, dos profissionais de saúde e pode ter a certeza que este Governo não avançará para a abertura de um serviço que não cumpre com segurança as condições e que mete em causa a prestação de cuidados que são prestados...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... aos nossos utentes. Em relação às carreiras, e, uma vez que agora o Sr. Deputado tornou-se porta-voz das estruturas sindicais, felizmente os enfermeiros não se reveem na sua pessoa e sabem muito bem o que é que se está a passar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Gostaria de lhe dar nota que na semana passada, decorreram reuniões com várias estruturas sindicais, inclusive com os enfermeiros e aquilo que está a ser aplicado está em consonância com os, pelo menos, três dos quatro sindicatos dos enfermeiros, mas posso-lhe dizer que na última reunião houve uma postura completamente diferente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e efetivamente há aqui preocupações que têm que ser ultrapassadas.

Primeiro, vamos naturalmente e já o fizemos, se me deixarem falar eu não preciso de gritar, eu até agradecia.

Aquilo que ficou em cima da mesa foi terminar até ao final do ano a questão dos reposicionamentos e partir para 2025 um plano de retroativos global, porque efetivamente há que dar resposta a esta classe, uma vez que este Governo Regional optou pela valorização desta classe profissional, corrigindo erros com mais de 20 anos que naturalmente têm custos e como eu já aprendi nestes meses ou neste ano e meio de Governo as boas notícias custam muito dinheiro...

Deputado António Lima (BE): Não custa porque a Sra. não paga.

A Oradora: ... e, neste caso dos enfermeiros é efetivamente algo que nós temos de colmatar.

Em relação aos Técnicos Auxiliares de Saúde, há também a dizer que este é um processo que também na semana passada eu tive a oportunidade de transmitir aos sindicatos, é um processo que está a decorrer e que já está concluído em três unidades de saúde, portanto, é falso que o Governo nada fez, houve aqui um atraso porque infelizmente, em dois dos hospitais deparamo-nos, não abane a cabeça, porque eu estou-lhe a dizer a verdade...

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Protestos da bancada do BE)

A Oradora: ..., deparamo-nos que não havia processos de avaliação de desempenho dos trabalhadores concluídos com a data de 2019 e isso atrasou todo o processo, porque primeiro tem que se concluir essa avaliação do desempenho e só depois fazer as listagens daqueles que estão elegíveis a transitar para a nova carreira e não é a DRS, nem a Secretária Regional da Saúde, que fazem estas listagens, são as próprias instituições que propõem à DRS as listagens que depois são analisadas também pela Secretaria Regional de Finanças e Administração Pública Regional.

E, portanto, Sr. Deputado, só fiquei com uma dúvida, sem ser eu da área de Economia ou de Gestão, não percebo...

Deputado Carlos Silva (PS): Podemos falar das dividas à Sata!

A Oradora: ... como é que o Sr. Deputado consegue retirar ao Orçamento Regional 39 milhões de euros para o setor da Saúde e gostaria muito de saber como é que chega a essas contas e gostaria ainda mais de lhe perguntar, o Sr. que está sempre a apregoar, sempre a anunciar a desgraça em relação ao subfinanciamento crónico, vai votar contra o maior Orçamento da Saúde da história da Região Autónoma dos Açores?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Vai votar contra a inscrição de 50 milhões de euros no setor da Saúde? Vai votar contra os 150 milhões de euros da possibilidade de conversão

de dívida comercial em dívida financeira? Vai votar contra Sr. Deputado? É bom que esclareça os açorianos!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso, esclareça!

A Oradora: Em relação à Sra. Deputada Hélia, o Vale Saúde, dar nota que efetivamente temos aqui uma dificuldade com a sua execução em 2021 e 2022 não houve execução, em 2023, atendendo às circunstâncias e à dificuldade que nós temos apenas três doentes, daqueles que nós propusemos, aceitaram ser operados através do Vale Saúde, portanto há efetivamente aqui uma dificuldade, porque os doentes não quiseram, na altura a que foi proposto, deslocar-se das suas casas, virem ser operados às clínicas onde existe essa convenção e isso tem limitado efetivamente que haja uma execução superior. Em relação ao CIRURGE e juntando aqui as duas questões, temos 3.7 milhões de euros inscritos no CIRURGE. Além deste valor, como eu já tive a oportunidade de explicar e a Sra. Deputada estava na Comissão, na rubrica do HDES temos pelo menos 4 milhões de euros para fazer recuperação de listas de espera cirúrgicas, de exames e médicas, isso foi dito, portanto, Sr. Deputado, o Sr. Deputado vem aqui propor uma coisa que já está inscrita no Plano e no Orçamento para 2025...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... e que em nada acrescenta ao Serviço Regional de Saúde.

Mas também o Sr. Deputado, dá ideia, o Sr. Deputado não diz, quais são as especialidades, como é que será feita essa recuperação, quais as especialidades que se iniciarão, qual o valor que quer propor por cada consulta ou por cada cirurgia, o Sr. Deputado não diz nada disso, desresponsabiliza-se porque isso efetivamente é que é o trabalho difícil de se fazer e o Sr. Deputado tinha essa

obrigação de apresentar a esta Assembleia uma proposta responsável, que é aquilo que o Sr. não faz e vem agora pedir que nós aprovemos essa mesma ideia.

Em relação ao Cheque Saúde, como eu lhe disse, tinha de funcionar como um projeto piloto, na medida que nós temos aqui diferenças entre as várias unidades do Serviço Regional de Saúde, eu não conseguirei, numa primeira fase, atribuir um Cheque Saúde a um doente, que mora numa ilha sem hospital e que não tem, por exemplo, uma clínica ou uma convenção para a realização daquela consulta, isso terá de ser ultrapassado daí, numa fase inicial, iniciar-se por esse projeto, mas sempre, sempre com a visão de ser alargado a todos os açorianos, naturalmente, nós não vamos, nem queremos discriminar o acesso à Saúde, porque ela é igual e tem que ser igual para todos, queríamos primeiro testar esse modelo e seria mais prático na ilha de São Miguel porque havia uma oferta maior, mas o nosso intuito, naturalmente, é de alargar a todos os açorianos e é isso que terá de ser feito.

Em relação ao Partido Socialista, Sr. Deputado José Miguel Toste, já lhe disse muito daquilo que queria dizer que, efetivamente também, não acrescentou nada de novo ao debate.

Deputado Carlos Silva (PS): Podemos falar da SATA Sra. Secretaria.

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Já sabemos quais são as ideias do Partido Socialista, vem falar da questão da dívida como se eu não tivesse ou não pudesse ter de fazer um contexto desta mesma dívida, e, Sr. Deputado eu vou-me repetir, mas é bom que os açorianos ouçam mais uma vez, como é que o Sr. Deputado vem aqui falar em dívida, se nós formos ver o histórico daquilo que foi deixado pelo Partido Socialista, o Partido Socialista deixou uma dívida que podia hipotecar

o desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde, com 960 milhões de euros de dívida só da “Saudaçor”, eu não me vou cansar de dizer isto, porque isto é a verdade.

Mais do que isto, com a chegada deste Governo, o que é que passou a acontecer? Passou a acontecer que essa dívida deixou de estar escondida e há transparência...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... há transparência naquilo que são os valores, há uma publicação trimestral que faz alusão a essa mesma dívida, portanto, não tem o Partido Socialista qualquer legitimidade para vir falar de dívida quando a herança deixada ascende aos 900 milhões de euros.

Mas também há mais que tem que ser dito, mais que tem que ser dito, esta dívida tem aumentado, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ... é verdade, não vamos esconder, mas o que é que está associado? O que é que contribui para o aumento desta dívida? A produção! O que é que é feito da produção assistencial, se compararmos o ano 2023 com aquilo que foi o legado deixado pelo Partido Socialista, nunca se produziu tanto no Serviço Regional de Saúde, nunca tivemos tantas consultas, nunca tivemos tantos exames, nunca tivemos tantas cirurgias, o preço dos medicamentos aumentou como nunca e o Sr. Deputado quer falar de dívida? Por amor de Deus, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas há uma coisa que o Sr. Deputado faz de forma consistente e que eu não vou deixar de fazer, é o alarmismo que o Partido Socialista vem criar aos açorianos, é o alarmismo que o Sr. cria e mais o Sr. sistematicamente

insulta os profissionais de saúde quando tenta minorizar a estratégia adotada por este Governo, que naturalmente teve de ouvir os profissionais do setor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste, do Partido Socialista

(* **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É curioso que o Governo venha aqui, pela voz da Sra. Secretária Mónica Seidi, falar em alarmismo, quando a Sra. Secretária, quando estava nesta bancada, em plena Pandemia, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ah sim!

O Orador: ... estamos a falar de uma Pandemia global, não estamos a falar num incêndio numa unidade de saúde, estamos a falar de uma Pandemia, vinha exigir a tudo e todos e que tudo fosse feito a tudo e todos.

E, portanto, a Sra. Secretária tem um histórico de alarmismo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... a Sra. Secretária tem um histórico de alarmismo que nós não podemos ignorar, mas o Partido Socialista não é alarmista, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É é!

O Orador: ... e, se o preço a pagar pelo Partido Socialista defender a Saúde dos açorianos, for ser chamado de Alarmista, pois que seja, porque nós não nos

preocupamos com isto. Os epítetos que são colocados pela Sra. Secretária não nos preocupam quando o nosso foco é a defesa da Saúde dos açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E, Sra. Secretária, a Sra. Secretária, afirma que nestes documentos existe um programa extraordinário de recuperação das listas de espera cirúrgicas agravadas pelo incêndio do HDES, isto é falso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Este plano tem previsto os mecanismos que já existiam no passado, o CIRURGE e o Vale Saúde, com dotações especificamente inscritas.

Este plano o que faz é referir um outro programa, que é o programa DIAGNOSIS que já foi apresentado nesta Câmara no Programa do Governo, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é falso!

O Orador: ... e, a Sra. Secretária há época, referiu que este programa era para a recuperação de listas de espera de consultas em áreas não cirúrgicas e para diagnósticos.

Portanto, este programa DIAGNOSIS, que é referido, apesar de não ser prevista qualquer verba para ele, não visa a redução de listas de espera, por isso, a Sra. Secretária mente quando afirma...

(Protestos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... que neste documento estão inscritas verbas para a recuperação de listas de espera e como mente, o Partido Socialista vem aqui de novo afirmar

que vai propor um programa extraordinário que não se encontra contemplado nos documentos, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social pede a palavra para um protesto, tem a palavra, 3 minutos.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não vou deixar que continue neste mesmo registo...

Deputado Nuno Barata (IL): Não vai deixar? Quem é a senhora para deixar ou deixar de deixar?

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Nós estamos aqui a debater um assunto demasiado sério e eu não reconheço legitimidade a nenhum Deputado para dizer que eu minto, já infelizmente num Plenário anterior tive alguém que me chamou de mentirosa e eu defendi-me, hoje ouvi por três vezes as palavras “A Sra. Secretária mente” e eu não posso deixar que isto aconteça, já disse ao Sr. Deputado António Lima, vou repetir ao Sr. Deputado José Miguel Toste, podemos ter opiniões diferentes, podemos representar partidos diferentes, no mínimo a minha palavra vale tanto quanto a sua, se eu não o chamei de mentiroso não admito que o Sr. Deputado me chame de mentirosa.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: É que não admito mesmo! E mais, o Sr. Deputado vai buscar exemplos que em nada traduz aquilo que é a realidade, o Sr. Deputado faça o seguinte exercício, eu estive duas horas e meia a ser ouvida na Comissão, eu respondi a todas as perguntas que me colocaram, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ..., disse-lhe que na ação HDES, dos 15 milhões de euros havia 4 milhões de euros escritos para a recuperação da atividade, ontem disse daquela tribuna, e, o Sr. Deputado ouviu muito bem que o programa DIAGNOSIS + incidiria de forma especial em recuperar a atividade do HDES, sobretudo, pelo facto de ter havido uma redução muito significativa no número de salas de bloco operatório disponíveis, ora, se isto não é atividade cirúrgica, Sr. Deputado, ...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ... então o Sr. Deputado, por acaso está equivocado em relação àquilo que é ou não um bloco operatório e, portanto, não admito, não admito que o Sr. Deputado venha agora tentar contrapor, com palavras minhas de maio, quando nós nem sequer tínhamos o impacto calculado desta redução da atividade, e, agora temos e já reconhecemos, e, eu própria já reconheci que é preciso investir num plano de recuperação de toda a atividade da Região, porque o HDES não opera só doentes de São Miguel, mas de toda a Região, com especial incidência, naturalmente, para aqueles que ficaram por operar e que estão inscritos na lista de espera cirúrgica do HDES e portanto, Sr. Presidente, lamento, mas enquanto me chamarem de mentirosa nesta Casa, irei sempre defender a minha palavra. Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Com certeza.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária. Sr. Deputado José Toste, para um contraprotesto, faça favor.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A afirmação que fiz nesta Câmara não foi uma afirmação gratuita, ela tem por base um conjunto de declarações da Sra. Secretária e vejamos, a Sra. Secretária referiu que em Comissão já deu resposta a esta questão e referiu que o programa DIAGNOSIS visava combater listas de espera cirúrgicas, e, isto é falso, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E o que é que aconteceu a seguir? Houve um incêndio ou não houve um incêndio?

O Orador: ... basta consultar o relatório da Comissão.

Em resposta, a Sra. Secretária informou que foi alocada uma verba de 4 milhões de euros para recuperar a atividade assistencial do HDES, que inclui o programa DIAGNOSIS para reduzir listas de espera de exames e consultas em momento algum, referiu cirurgias.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mais, a 13 de março, na apresentação do Programa do Governo e isto foi nota no site do Governo Regional, refere, o programa DIAGNOSIS será o programa de recuperação de listas de espera para consultas de especialidade não cirúrgicas e exames.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Mas mais, no próprio Programa do Governo, também inscreveu o que é que era isto do programa DIAGNOSIS, na página 53 do Programa de Governo, refere que é objetivo de o Governo criar o programa DIAGNOSIS de recuperação de listas de espera para consultas de especialidade e de recuperação de exames e consultas hospitalares.

O programa DIAGNOSIS em nada se refere à recuperação de lista de espera, mais, o programa DIAGNOSIS, referido de listas de espera cirúrgicas, o programa DIAGNOSIS referido nesta proposta de plano, não tem qualquer verba específica inscrita e é por isso que o Partido Socialista propõe, propõe uma verba específica para a recuperação de listas de espera cirúrgicas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E as consultas?

O Orador: ... decorrentes e que aumentaram na decorrência do incêndio do HDES.

Relativamente às consultas, o Governo já tem o seu programa DIAGNOSIS e, portanto, não é necessário propor e fazer uma proposta de alteração.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Então concorda?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra, para participar no debate, a Sra. Deputada Salomé Matos. Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor,

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É para entregar na Mesa os dois documentos a que fez referência o Sr. Deputado José Toste e que confirmam as afirmações que foram aqui produzidas.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito bem, Sra. Deputada, serão distribuídos. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos, Sra. Deputada Salomé Matos quer usar da palavra, faça favor.

(* **Deputada Salomé Matos (PSD):** Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Salomé Matos pede a palavra para uma interpelação, faça favor, Sra. Deputada.

(* **Deputada Salomé Matos (PSD):** Sr. Presidente, obrigada. Apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD fará chegar à Mesa, pede a distribuição, do vídeo da Comissão em que decorreu a audição para que desta forma também se possa aferir do rigor daquilo que hoje foi aqui dito e daquilo que muitas vezes um relatório sintético poderá enviesar as afirmações que foram proferidas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não enviesa nada

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Bom, reunidas as condições, tem agora a Sra. Deputada a palavra, a Sra. Deputada Salomé Matos, para participar no debate, faça favor.

(* **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De facto, o Sr. Deputado José Toste, já nos habituou a um registo de desconfiança daquilo que são os seus pares e de quem nos governa.

E, de facto eu gostaria, peço a palavra para repor alguns números e também algumas afirmações que preferiu e que com as quais não podemos concordar.

Os documentos que hoje aqui apreciamos seguem aquilo que estava definido nas Orientações de Médio Prazo, no Programa do Governo, entendemos obviamente que são documentos nos quais os Srs. não se reveem, infelizmente. Já em abril havia sido anunciado pelo Sr. Presidente do Governo, que haveria um esforço da parte da Região para um reforço do Orçamento da Região na área da Saúde, esse compromisso foi cumprido com a inscrição de mais verbas. Temos, aquilo que são os projetos para além dos 15 milhões de euros para o HDES, e muito bem, que estão previstos neste Plano, não podemos esquecer que há todo um outro conjunto de projetos que merecem a nossa atenção e devem ser também privilegiados, projetos como o que a Sra. é Secretária ontem aqui falou do hospital digital, a aquisição de vários equipamentos que se encontravam obsoletos ao reforço de outros equipamentos que não existiam nas unidades de saúde, bem como reforçar o Orçamento por via do compromisso com os profissionais, resultante da valorização das suas carreiras.

Portanto, essas são, de facto, as prioridades que foram anunciadas e que estão a ser cumpridas, que estão expressas neste documento.

Já falámos aqui hoje, fazem-se muitas questões, de facto, temos questões com infraestruturas, com equipamentos e tudo isso resulta do facto deste Governo ter-se confrontado com infraestruturas com condições indignas e com equipamentos a necessitar de renovação, com um parque automóvel desgastado e para esse também o Governo Regional já apresentou uma solução e uma medida...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... caso que os Srs. não falam, e, tudo aquilo que, também percebemos no vosso discurso que aquilo que é omissa é o que vos constrange. E, portanto, neste âmbito, este Plano Regional prevê modernizações e remodelações, e, eu aqui poderia falar de vários exemplos, devolveu o centro

de saúde à Lagoa, Nordeste, São Jorge, Flores, Graciosa, instituições que apresentavam grandes lacunas e que têm vindo a ser resolvidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Talvez aquela que, neste momento e dado o seu montante, eu poderei expressar, é, de facto, a obra do Hospital da Horta, que desde 2003 era reivindicada pelos conselhos de administração e que nunca mereceu a prioridade, desde 2003, 20 anos a identificar necessidades naquele edifício, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... é o Hospital da Horta, no Faial, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

A Oradora: ..., também não era uma situação isolada, porque ainda ontem bem lembrava a Sra. Deputada Inês Sá, que a escola, a segunda fase da EBI tardava, era mais uma que vinha adiada desde 2009 e, portanto, que anunciado e prometido em 2009, sacrificados outros investimentos por conta disso e, portanto, efetivamente a Saúde não foi abandonada de forma isolada, outras infraestruturas também o sejam.

A satisfação de necessidades prementes, como a aquisição da ressonância aqui também para o Hospital da Horta, mas vários equipamentos de TAC, já anunciados e com concursos lançados para adquirir para as várias unidades de saúde, é com responsabilidade, credibilidade e capacidade de execução que este Governo se apresenta mais uma vez neste Plano, e, acima de tudo, a nossa premissa é efetivamente as pessoas e como tal, a recuperação de listas de espera e a retoma da atividade, seja no pós Covid, seja agora pós o incêndio do HDES são efetivamente uma prioridade.

Dizer que este Governo Regional não produz e que é descabido, é um perfeito disparate para chamar-lhe assim um adjetivo levezinho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Nunca é demais, o Sr. Deputado José Toste vem falar de números, vem comparar 2019 a 2023, faz muito bem, omite alguns dados, o que é que eu lhe posso aqui dizer? 2019 a... pronto, olha, eu vou comparar 2024, quer? Está bem? Olhe mesmo em 2024 e não tendo ainda um ano completo, veja lá que o tempo médio de espera dos doentes inscritos para cirurgia em 2023 foi inferior a 2019, uma diferença de menos 100 dias, portanto, o tempo médio em 2019 eram 479 dias, mas, se formos comparar a 2024, outro ano atípico e que não faz sentido comparar, ainda assim, ficamos pelos 410 dias, Sr. Deputado, estamos a falar, sabe quanto é que era em 2019? Um ano, três meses e três dias, e, o Sr. tem moral para vir cobrar que é um ano e um mês?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Um ano, três meses e 3 dias, em 2023 inferior e ainda em 2024, que não faz sentido a comparação, porque naturalmente que está assumido que a redução das salas operatórias no Hospital do Divino Espírito Santo teve um impacto, obviamente nos doentes operados, ainda assim, no condito geral, o que é que eu lhe posso dizer? O Sr. conhece estes dados, eles estão publicados, o Sr. só diz é os que lhes interessa, estão publicados.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: O tempo médio de espera dos doentes operados no Serviço Regional de Saúde em 2024 foi de 242 dias, em 2019 situava-se nos 280 dias, mesmo com a situação do HDES.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em 2023 tivemos o maior número de cirurgias realizado e por aí adiante. A média de doentes operados em 2019 eram 696 doentes, neste momento, em setembro, a números de setembro, são os 720 doentes.

Portanto, nesta sequência, e, aqui também gostaria de dar nota da importância da criação da Entidade Gestora do Doente em Espera, que permitirá, obviamente para aferir e dar cumprimento àquilo que são os tempos máximos de espera...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e para que as pessoas tenham uma resposta mais atempada. Sr. Deputado, dizer que os doentes esperam mais, já percebemos que é falso...

(Risos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: ... dizer que há falta de especialistas pronto, os dados estão à vista, infelizmente temos a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Enfermeiros, temos dificuldade em conseguir formar profissionais para colmatar as saídas, mas os Srs. têm responsabilidade nessa matéria, são os responsáveis pela maior onda migratória que ocorreu de enfermeiros e de médicos da última década...,

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... são os principais responsáveis. O Orçamento de Estado 2024 cumprimos aquilo que eram os compromissos, aumentos de 15% das diárias, alargamento do CEDO (Complemento Especial para o Doente Oncológico), também tudo isto contribui para que, neste momento, tenhamos mais despesa, mas temos mais despesa porque estamos a dar mais às pessoas.

Deputado José Miguel Toste (PS): Falso!

A Oradora: A regularização dos contratos COVID, já falamos, valorização das carreiras médicas, técnicos e enfermeiros, obviamente que os planos de pagamentos sempre se soube e as estruturas sindicais sempre concordaram que tinham de ser faseadas.

E, portanto, para 2025 mantemos o alargamento da mobilidade inter carreiras, a prorrogação da majoração das horas extraordinárias aos médicos está prorrogada até 31 de dezembro de 2025, uma medida que serve as necessidades neste momento da Região, exatamente para fazer face àquilo que é a falta de capital humano.

E, portanto, Sr. Deputado, não lhe reconhecemos moralidade para vir fazer cobranças, quando o Sr. conhece melhor do que ninguém a realidade, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... a realidade que este Governo encontrou, os problemas com que se tem debatido e, portanto, se nos colocássemos todos do mesmo lado, chegaríamos mais perto ou ao fim último que nos (ficou sem som).

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos, faz favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Muito rapidamente, só para pedir à Sra. Secretária que responda a minha questão, principalmente o que é que vai ser feito na prioridade aos pais que trabalham nas creches e também do Plano de Prevenção às Dependências, o que é que o Governo tem em atenção? Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Venho-vos falar um bocadinho de dependências e assistimos a um retrocesso evidente no combate às dependências na nossa Região, com um agravamento visível desta problemática em diferentes comunidades da nossa Região espalhados pelas diferentes ilhas das nossas comunidades.

E os resultados concretos da *task-force*, até hoje, não são visíveis a nós...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E as apreensões que têm acontecido?

O Orador: ... pelo menos a nós políticos que estamos nesta Casa com o objetivo de fiscalizar o Governo, não Sra., não é nada público.

Continuamos sem respostas claras para este problema, enquanto esses problemas agravam-se os nossos homens também sofrem, e, a realidade é que este combate às dependências é tão importante para os adultos como para os jovens, e, quando me refiro a jovens, refiro-me a jovens que têm que se obrigar a deslocar da sua Região para fazer tratamento em comunidades terapêuticas, porque nós não temos respostas, para comunidades terapêuticas na nossa Região.

Deputada Joana Pombo (PS): Muito bem!

O Orador: E, a pergunta que eu faço é: quantos jovens atualmente temos em comunidades terapêuticas deslocados da nossa Região, longe das suas famílias, longe das suas freguesias, longe da sua comunidade e o seu abrigo e acima de tudo quantos jovens estão em lista de espera para receberem tratamento em comunidades terapêuticas?

E, pergunto também, e, desde já, vamos abandonar de vez a ideia de termos uma comunidade terapêutica na nossa Região? Relembro que, com o Partido Socialista, nós tínhamos uma...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Oh, senhor!

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... tínhamos uma, podia não funcionar, mas podia ser melhorada e acima de tudo, em 2023, o PS apresentou uma proposta nessa Assembleia que foi aprovada por unanimidade com todos os partidos aqui presentes para o combate às dependências na nossa Região, que incluía um Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências, o reforço do acompanhamento psicológico e social, especialmente aos jovens, bem como a integração de programas educativos para prevenir o consumo de substâncias.

Acima de tudo este é um tema transversal, que nos deve unir a todos, não deve haver ideologias aqui que nos separam num problema transversal à nossa Região e acima de tudo a começar pelo Governo...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A começar pelo seu discurso!

O Orador: ... que não dialoga com o Partido Socialista até hoje, e, se somos o maior partido da oposição, também merecemos o mesmo respeito que o CHEGA recebe...

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está ciumento!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque também merecemos ser respeitados e acima de tudo haver diálogo entre nós todos, isso não é uma questão ideológica, mas uma questão social, é uma questão social.

Infelizmente, o Governo não respeita o Partido Socialista enquanto maior partido da oposição, e, acima de tudo, é claro que o PS está aqui para trabalhar em soluções para os jovens açorianos e para todas as pessoas que sofrem desta problemática que afeta todas as comunidades das nossas ilhas, desde S. Pedro, a minha freguesia, a Rabo de Peixe, a S. Mateus, a todas as freguesias dos Açores que têm um problema que merece ser combatido e respeitado, e, nós temos a responsabilidade de ajudar estas pessoas que caem nesta armadilha. Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, aproveito para vos informar que encontra-se nas galerias a acompanhar os nossos

trabalhos o antigo Deputado desta Casa, o Sr. Deputado José Manuel Nunes, a quem saúdo em nome desta Casa.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo.

Eu começo essa intervenção dizendo e fazendo a pergunta, ou constatando o seguinte: a ação do Partido Socialista relativamente ao âmbito das dependências, resume-se a dois ou três aspetos que posso enumerar, logicamente, e, comungo da opinião que foi dito pelo Deputado Russell, isso é um assunto demasiado sério para se tentar fazer politiquices, ...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... é um assunto demasiado sério para que efetivamente não se una esforços rumo àquilo que nós pretendemos, porque efetivamente do outro lado e quem está a ver este debate, quer saber informações, as pessoas e as famílias que estão angustiadas com essa situação querem respostas e menos políticas...

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e é neste sentido que venho a debate também, mas não queria nunca também deixar de fazer referência ao seguinte, em 2012, e, já que houve também um ataque a este Governo e àquilo que é a ação deste Governo, em 2012, no aparecimento das sintéticas, o que fez o Governo do Partido Socialista? Fechou a Direção Regional das Dependências, deixando apenas a

direção de serviços, esta foi uma resposta a um problema que aparecia nos Açores em 2012.

Queria também dizer o seguinte, aqui também nesta Casa, falou-se na questão das casas de saúde, relembro o que fez o Partido Socialista durante 16 anos, que não aumentou 1 % no valor das diárias que eram atribuídas aos utentes, 1 %...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... nem houve um aumento de 1 % relativamente às diárias dos utentes das casas de saúde.

Relembro que foi preciso entrar este Governo para aumentar em 11 % o valor das diárias e que no próximo ano terão um novo aumento, que vai cifrar em 65 euros para cada utente, esta é uma resposta eficaz e cabal no combate das dependências.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Também foi dito, relativamente qual é a ação da *task-force*, a *task-force*, como toda a gente sabe, permite sentar à mesma mesa diversos intervenientes, diversas instituições, desde o Ministério Público, desde as forças policiais, movimentos sociais e outros, permite que todos em primeira instância possam aceder à informação mais rápida, possam pensar todos, porque várias cabeças pensam melhores do que outras, mas também a *task-force* permitiu, por exemplo, a equipa de rua que já está a atuar no Concelho de Ponta Delgada e no Concelho da Ribeira Grande, e esta é efetivamente mais

uma resposta que o Partido Socialista não quer reconhecer como tendo sido uma resposta eficaz no caminho das dependências.

Mas mais, mas mais, vamos à questão também daquilo que tem sido a execução e a taxa de execução deste Governo.

Este Governo pela primeira vez, triplicou, triplicou o valor no combate das dependências que eram praticados, por exemplo, em 2019 pelo Partido Socialista, este gráfico demonstra essencialmente aquilo que tem sido a ação deste Governo, com este Governo liderado pela coligação e, sob a tutela, liderada por Mónica Seidi, nós temos tido um Governo preocupado, acima de tudo, em também dotar as dependências com verbas significativas que podem fazer toda a diferença no combate às dependências, são 2 milhões e 800 mil euros,...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que vai esse dinheiro?

O Orador: ... repito, 2 milhões e 800 mil euros, que este Governo está a investir e que vai continuar a investir nas dependências, algo que nunca foi feito pelo Partido Socialista.

Mas digo mais, mas digo mais, relativamente à prevenção, algo extremamente importante, as equipas de prevenção, antes tínhamos *Haja Saúde* na Terceira e eram investidos 145 mil euros nesta associação, hoje já temos as associações do Pico e do Faial, que também há um novo investimento e também as equipas de prevenção que vão acontecer na ilha de São Miguel.

Por isto, vir aqui dizer que este Governo não está a fazer nada pelas dependências, é falso! Porque efetivamente, para a prevenção, há um aumento de 390 mil euros para se poder atuar na prevenção.

Esta é a resposta com este Governo. Com este Governo, continuaremos a dar resposta àqueles que mais precisam e efetivamente este Governo tem sabido dar resposta àqueles que anseiam por uma resposta eficaz e, acima de tudo cabal, disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, um ano, um ano depois de ter sido aprovado aqui nesta Casa e de ter sido publicado em Jornal Oficial um diploma, a Sra. a resposta que tem para dar aos doentes de Machado Joseph é que criou um grupo de trabalho. Nós todos sabemos nesta Casa, os 57 Deputados, os Membros do Governo, os assessores e os jornalistas, que em política quando não se quer fazer nada, cria-se um grupo de trabalho, toda a gente sabe disso.

Mas Sra., Secretária Regional, ainda lhe vou dizer mais uma coisa, V. Exa. foi incapaz de mesmo tendo um período dilatatório de regulamentar a entrada em vigor do Diploma 39/2023, eu bem sei que os doentes de Machado Joseph são poucos e representam poucos votos por isso, mas o não regulamentar esse diploma e não por em execução não é só um desrespeito pelos doentes de Machado Joseph e pelas suas famílias, é um desrespeito pelos 250 mil açorianos que são representados pelos 57 Deputados que aprovaram por unanimidade aquele diploma em 20 de outubro de 2023.

E, Sra. Secretária Regional, já agora, e porque a resposta às dependências ainda não foi dada, devo lembrar, e, os Srs. Deputados que falaram sobre o assunto, entretanto, não é derramando mais dinheiro em cima do problema que se resolve o problema, mais, mesmo que se inscreva nestes documentos, milhões e milhões de euros, é preciso executá-los e basta olhar para o Relatório de

Execução Orçamental do terceiro trimestre deste ano para perceber que nada foi feito sobre o Orçamento que nós aqui aprovamos em abril, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Cecília Estácio, faça favor tem a palavra.

Deputada Cecília Estácio (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quando se fala de Saúde, o tema HDES continuará no centro das discussões, devido à extrema importância que tem para a saúde de todos os açorianos.

Mas não nos podemos esquecer que, nas ilhas sem hospital, são as Unidades de Saúde que prestam os cuidados essenciais à população.

Na ilha das Flores é assim. Temos uma unidade de saúde, com as limitações e necessidades que todos admitimos e trabalhamos para melhorar, mas onde todos os profissionais, desde o assistente operacional ao médico fazem um excelente trabalho, tornando a vida dos florentinos melhor e muitas vezes salvando vidas. A todos os profissionais de saúde das unidades de saúde dos Açores, o meu muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Na ilha das Flores, muito é o trabalho e investimento feito por este Governo, na área da saúde:

Recentemente a unidade de saúde das flores foi apetrechada com vários equipamentos, tais como: lava-bacias, esterilizador de bancada, secador de roupa, fogão industrial, cadeiras para utentes e funcionários e mobiliário para o refeitório, perfazendo um total de 30.000€.

- Voltamos a garantir, após muito esforço, uma taxa de 100% de cobertura por médico de família;

- Demos início às consultas ao domicílio e até ao momento todos os utentes sinalizados já receberam uma visita médica;

- Recrutamos uma psicomotricista, que está a seguir regularmente um total de 26 crianças;
- Em comparação com o ano de 2019, este ano tivemos mais 31 consultas de especialidade, mais 2 especialidades e mais 9 deslocações de médicos especialistas;
- Lançamos à cerca de um mês o Concurso para a aquisição do aparelho TAC;
- Neste momento a Unidade de Saúde das Flores tem as suas contas estáveis e paga a todos os fornecedores nos prazos estabelecidos.

E o que herdamos do Partido Socialista?

Viaturas velhas, degradadas; uma obra da fisioterapia da vossa responsabilidade e que nunca fizeram e que já foi adjudicada por este Governo de Coligação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Partido Socialista, deixou-nos uma obra realizada na unidade de saúde que não contemplou algumas das principais necessidades. Este governo irá por isso proceder em breve ao lançamento de um concurso para ampliação do armazém da farmácia, com subsequente aumento do arquivo e aprovisionamento, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Ui, também há quatro anos?

A Oradora: ... resolvendo assim o problema de falta de espaço e as tristes condições de trabalho de alguns colaboradores que exercem as suas funções, mergulhados em dossiers.

Com o Plano e Orçamento para 2025 os florentinos terão a sua Unidade de Saúde apetrechada com equipamentos de diagnóstico de oftalmologia, permitindo a realização de consultas desta especialidade na ilha.

Já tanto se poderia ter feito na ilha das Flores e não só na Saúde.

Mas o futuro constrói-se sobre o passado e este Governo PSD/CDS-PP/PPM tem ainda a resolver muitos dos problemas que lhe foram deixados e que

atrasam o desenvolvimento das Flores e a melhoria da qualidade de vida dos florentinos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,

Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Este Plano e Orçamento para 2025 demonstra, mais uma vez e de forma inequívoca, o compromisso que este Governo de Coligação PSD/CDS-PP/PPM tem com as pessoas.

A alocação de 113 milhões de euros para a área social é a prova viva de que nos Açores, investimos no bem-estar das nossas famílias.

Não podemos esquecer ações que estão a ser desenvolvidas e políticas que estão a ser executadas:

- Programa “NASCER MAIS” com a atribuição de 1.500€ por criança. Com 152 crianças abrangidas em 2022, 653 em 2023 e 1280 em 2024.

O PS nada fez neste sentido!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Este Governo proporcionou poupança às famílias açorianas!

- Gratuitidade das creches para todas as crianças, abrangendo já 4571.

Com o PS a grande maioria das famílias pagava creche para as suas crianças.

Este Governo proporcionou poupança às famílias açorianas!

- Gratuitidade das AMAS para todas as famílias e melhoria das condições de financiamento, bem como realização de formação para as mesmas.

Com o PS as AMAS perdiam o financiamento em circunstâncias não imputáveis às mesmas.

Este Governo proporcionou poupança às famílias açorianas e melhores condições às AMAS!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: - O Complemento Regional de Abono de Família tem sido alvo de aumento do seu valor, 15 % em 2023 e 10 % em 2024, estimando-se que no final deste ano rondará um total de 3 milhões de euros.

Com o Partido Socialista em 2019 era de pouco mais de 2 milhões de euros, ou seja, este Governo proporcionou melhores condições económicas às famílias açorianas!

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: - Foram criados pontos de estudo para um acompanhamento educativo dos jovens carenciados, promovendo o seu crescimento pessoal e social. Em 2025 serão 11 pontos.

O PS nada fez nesse sentido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este Governo preocupa-se e acompanha os jovens açorianos!

- O Complemento Regional de Pensão, chamado cheque pequenino tem, com este Governo, sido alvo de aumento tendo ultrapassado em 2024 os 100€. Em 2025 será também alvo de aumento.

Com o PS o valor do cheque pequenino era de 54€ e estava congelado desde 2016.

Este Governo proporcionou melhores condições económicas às famílias açorianas!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: - No COMPAMID não só o processo foi simplificado, como foi alargado à pessoa com deficiência. Os valores têm sido alvo de aumento, 10 % em 2022, 15 % em 2023, 5 % em 2024, neste momento o COMPAMID tem um valor de 608€ por idoso abrangendo 24.000 beneficiários.

Com o PS o processo era burocrático, o valor era de 315€ por idoso e eram abrangidos apenas 7 mil idosos.

Este Governo simplificou o processo e proporcionou poupança às famílias açorianas!

- Implementação do Programa NOVOS IDOSOS, permitindo aos nossos idosos envelhecer em casa e dando uma resposta à falta de vagas em lares. Beneficiam no momento 280 idosos.

O PS nada fez neste sentido.

Este Governo deu uma resposta às necessidades dos idosos açorianos!

Manter-se-á a atualização dos valores-padrão dos contratos de cooperação com as IPSS e Misericórdias:

E para vos lembrar...

Deputado Carlos Silva (PS): Mais dez minutos.

A Oradora: ... em 2021 estes aumentos variaram entre os 3,5% e os 16,4%, acrescidos de valores compensatórios para a reposição do salário mínimo regional e pelo descongelamento da carreira profissional das Educadoras de Infância.

Em 2022 a atualização oscilou entre os 3,6% e os 5% e, em 2023, a atualização ascendeu aos 11% para as tipologias de acolhimento e Centros de Dia, de 8,4% para as Creches Familiares (Amas) e de 8% para as demais tipologias.

Em 2024 as taxas de aumento foram de 9,6% para as respostas sociais de Estrutura Residencial Para Idosos e de Lar Residencial e de 6% para as demais tipologias.

- O Programa GER-MOV, com início em 2021, apoiou um total de 103 viaturas para as IPSSs.

O PS deixou o parque automóvel das instituições sociais em muito mau estado, com viaturas com mais de 20 anos.

Este Governo ajuda e valoriza as IPSSs que servem os açorianos!

Está à vista de todos e os açorianos e açorianas sentem-no dos seus orçamentos familiares, as medidas sociais implementadas pelo Governo de Coligação PSD/CDS-PP/PPM, melhoraram a vida dos açorianos e açorianas.

É nosso propósito continuar a trabalhar e a melhorar e este Plano e Orçamento para 2025 responde às necessidades dos açorianos, apoia as instituições de economia social, as famílias, as pessoas e quem está contra este Orçamento está contra as pessoas, está contra a melhoria da qualidade de vida das famílias açorianas. Para este Governo as pessoas estão primeiro! Obrigada.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Vamos fazer um intervalo regressamos às 11h50.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Eram 11 horas e 51 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar os nossos trabalhos. Estava inscrita a Sra. Secretária Regional da Saúde, que prescindiu, está inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, que não se encontra. Pergunto se há mais inscrições? Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Pacheco, faça favor.

Deputado Flávio Pacheco (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes de mais, Sra. Secretária, gostaria de dar nota que não respondeu às perguntas da Sra. Deputada Dora Valadão que foram feitas ontem.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não fez perguntas, fez afirmações!

O Orador: Sem desconsiderar os investimentos previstos para os CATL – Centros de Atividade de Tempos Livres, no Plano e Orçamento, estes investimentos focam-se apenas na requalificação de centros já existentes ou na elaboração de projetos, não atendendo às necessidades reais das famílias.

Com cerca de 140 centros com acordo de cooperação com a Segurança Social e cerca de 5.471 vagas, incluindo 385 para crianças com NEE, as listas de espera são preocupantes. É necessário aumentar as vagas para todas as crianças, sem segregar, ou discriminar crianças, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Discriminar!?

O Orador: ... como a coligação aprovou aqui, para as creches, reforçar recursos financeiros e humanos, melhorar o financiamento e reabilitar e construir novos centros para atender à procura crescente, especialmente para crianças dos 3 aos 6 anos de idade, bem como para crianças com NEE.

A falta de políticas eficazes e de uma visão clara deste Governo agravam o problema. O atual Plano e Orçamento falha em apresentar soluções concretas para qualificar a resposta dos CATL nos Açores e não delineiam uma estratégia futura para estas respostas sociais.

Por fim, Sra. Secretária, a Sra. falou em 805 vagas de creches, gostaria de perguntar quantas destas 805 são novas vagas e quantas são instaladas? Obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? A Mesa não dispõe de mais inscrições. Sr. Deputado Mário Tomé, faça o favor.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Saúde é um dos setores que mais preocupa os açorianos, especialmente em ilhas sem hospital, como é o caso da ilha do Pico.

Como tantos outros açorianos que vivem em ilhas sem hospital, no decorrer deste ano de 2024, muitos foram os utentes Picarotos que se deslocaram para os hospitais de referência, para consultas, exames e tratamentos médicos. Muitos destes pacientes enfrentam dificuldades financeiras. Os reembolsos dessas deslocações, em algumas situações, ficaram a aguardar 8 meses a serem pagos pelo Hospital da Horta, levando estes utentes a passar por enormes dificuldades económicas recorrendo-se, em alguns casos, à família e aos amigos para assegurarem a continuidade no acesso a estes serviços médicos. Em nome destes utentes questiono, Sra. Secretária, para o próximo ano 2025 o Governo vai pagar atempadamente os reembolsos a estas famílias, que têm já carências económicas e que necessitam urgentemente que estas situações fiquem resolvidas?

O Governo assumiu ainda um compromisso da construção do novo centro de saúde nas Lajes do Pico, passados dois anos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dois, só?

O Orador: ... pretendemos saber qual a calendarização do projeto e do lançamento da empreitada para a obra. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco estava inscrito antes do intervalo, pretende usar da palavra? Tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária muito rapidamente, eu desde o dia que pus aqui os pés dentro desta Casa, há uma coisa que me preocupa bastante, que é a prevenção primária às toxicodependências, se o Governo não consegue ter um plano de prevenção às toxicodependências, não tem problema nenhum, o CHEGA vai apresentar um. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Respondendo rapidamente a algumas das perguntas, em relação às perguntas colocadas no âmbito das creches, dizer ao Sr. Deputado do Partido Socialista que são 805 vagas na presente legislatura, 154 criadas desde setembro, em relação à valência de CATL, em 2023 foram criadas 168 vagas, totalizando um investimento de 216 mil euros.

Em relação, portanto, aqui à questão das creches, como afirmei ontem daquela tribuna, a prioridade do Governo e o compromisso é o acesso universal a todas as crianças, ou seja, não deixar ninguém para trás e até ao final da legislatura, garantir que todas as crianças têm naturalmente um lugar em creche.

Em relação às prioridades, as prioridades para creche sempre que são necessárias de aplicar, são aquelas que foram votadas e definidas por esta Assembleia.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PS, CH e BE)

A Oradora: Portanto, gostaria de dizer isto.

Em relação aos doentes de Machado Joseph, só dar nota que, apesar do regulamento não estar implementado, os doentes não estão abandonados e há um conjunto de apoios que estão naturalmente em vigor, compromissos também que este Governo já assumiu, desde já a construção de um centro especializado para estes doentes na ilha das Flores e ainda no plano que está em vigor, a aquisição de um aparelho de electroestimulação, que vai permitir melhorar a qualidade de vida destes utentes e cujo contrato foi assinado ontem. Para terminar, só dizer mesmo que em relação às famílias carenciadas do Pico, as mesmas que estavam em situação mais desfavorecida foi feita essa sinalização pelas assistentes sociais e essas famílias receberam de forma prioritária comparativamente a outras que não tinham essa mesma necessidade. Dizer também e muito rapidamente, que os tempos de espera de 2024, mesmo com o incêndio, são inferiores àqueles que foram verificados em 2018 e, portanto, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... este Governo faz um caminho, confia naquilo que é a ação dos profissionais de saúde e, portanto, queria só dizer, Sr. Deputado José Toste, que

a nível de produção assistencial estamos acima daquilo que era a atividade em 2023.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem agora a palavra pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Lubélio Mendonça.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária, eu peço a palavra para lhe falar num problema existente no Centro de Saúde da ilha do Corvo, problema este que é a falta de quartos para internamento, a falta de quartos para internamento no Centro de Saúde da ilha do Corvo tem gerado grandes dificuldades aos corvinos, obrigando-os a deslocações desnecessárias e gerando custos adicionais para a Região. Não é compreensível que situações que poderiam ser resolvidas no próprio centro continuem a ser encaminhadas para fora da ilha devido à ausência de condições adequadas.

Durante as obras de requalificação, foi necessário recorrer a uma solução provisória: a utilização de dois quartos no lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo. Esta alternativa, embora não fosse a situação ideal foi a única alternativa viável naquele momento. É reconhecido que esta situação põe em risco os utentes da Santa Casa e reduz a capacidade de admissões de novos utentes neste lar, fazendo com que, neste momento exista lista de espera para dar entrada nesta instituição.

Terminadas as obras de requalificação, verificamos que não foram incluídos quartos de internamento Centro de Saúde da ilha do Corvo, apesar de estes existirem antes das obras. Esta decisão é incompreensível e precisa de ser corrigida com urgência.

A falta de quartos para internamento é mais do que uma questão de infraestrutura; é uma questão de dignidade e respeito. Cada cidadão merece

cuidados de saúde de qualidade, perto da sua família e comunidade, sem a necessidade de deslocações exaustivas.

Apelamos ao Governo Regional para que invista...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Mas que lata! Em 24 anos não fizeram nada, zero!

O Orador: ... na ampliação das instalações do Centro de Saúde do Corvo, garantindo quartos de internamento adequados. Em paralelo, soluções temporárias, como parcerias com instituições privadas, devem ser consideradas para suprir esta necessidade enquanto as obras não são concluídas.

Sra. Secretária, não podemos permitir que os corvinos continuem a ser prejudicados no acesso à saúde. É hora de agir para garantir um sistema mais justo e eficiente para todos os açorianos. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para usar da palavra a Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Efetivamente foi colocada uma questão que há muito preocupa os lajenses pelo colega Deputado Mário Tomé, e, é importante perceber que foi com este Governo, foi com aquilo que foi o compromisso para com a melhoria da dignidade dos cuidados aos acessos de saúde, que no dia 23 de outubro, se estivessem atentos, teriam percebido que se procedeu à aquisição de serviços para a elaboração do projeto e execução para a empreitada de construção do novo centro de saúde, um preço base de 500 mil euros e, portanto, é uma

resposta que é do conhecimento de todos nós, foi discutida em Conselho de Ilha também.

Se me permite, também um outro dado muito significativo no contexto das consultas médicas em termos de Unidade de Saúde da Ilha do Pico, a ilha do Pico é aquela que apresenta um valor que nos coloca em terceiro lugar de consultas e atividade assistencial também no âmbito da nossa unidade de saúde, não obstante as condições em que, muito bem, e, a Sra. Secretária está atenta também a elas, em que se prestam os cuidados de saúde no centro de saúde atual, nas Lajes do Pico e isso também está a merecer a atenção da tutela.

Diria e aproveitaria também o momento para dizer, os investimentos que estão a ser feitos na área social ao nível da capacidade de resposta da ERPI's, Centro de Capacitação para a Inclusão, e, isto é fundamental para essa faixa etária, também para as crianças a descentralização do infantário Arco-Íris e aquilo que é também a atenção da Sra. Secretária e que nós sabemos que assim está a ser diligenciada para a construção do novo infantário Arco-Íris, na Vila das Lajes do Pico. Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Quero expressar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a nossa preocupação com a forma como as políticas sociais dirigidas aos nossos idosos têm sido tratadas nesta legislatura.

É com grande tristeza que constatamos o abandono de uma política social eficaz e capaz de acautelar as necessidades daqueles que tanto contribuíram para a nossa sociedade e para aquilo que hoje somos.

Em primeiro lugar, quero sublinhar as dificuldades enfrentadas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como é o caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Grande exemplo!

O Orador: Estas instituições têm um custo por utente superior devido aos elevados custos de contexto nas ilhas mais pequenas. O apoio financeiro insuficiente coloca uma pressão insustentável sobre estas IPSS, comprometendo a qualidade dos serviços prestados aos nossos idosos.

Importa ajustar o modelo de financiamento das instituições a esta realidade.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: As dificuldades vividas pelas direções das instituições são outra questão que urge ser abordada. Não é admissível que as direções esperem longos meses, em alguns casos mais de um ano, para obter respostas da Secretaria ou da Sra. Secretária e sem sequer serem ouvidas.

Além disso, (vai ter tempo de responder e eu espero que o faça) o Governo tem falhado em acautelar a instalação de mais camas na ilha de Santa Maria, ampliando a valência dos lares de idosos já existentes, apesar de conhecer a existência de 55 idosos em lista de espera.

Se não fosse a proatividade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, os nossos idosos estariam à

sua sorte e privados dos cuidados básicos de higiene, alimentação e distribuição de medicamentos.

Por último, o programa Novos Idosos, apesar de ser uma iniciativa louvável, não responde, nem de perto nem de longe, a todas as necessidades e particularidades da população mais idosa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, é imperativo que reavaliemos e forcemos as políticas sociais dirigidas aos nossos idosos.

Eles merecem mais do que promessas vazias e soluções paliativas. Merecem um compromisso sério e eficaz do governo para garantir que possam viver os seus anos dourados com dignidade e respeito, é isso que esperam de nós. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não dispõe de inscrições. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A última coisa que eu esperava nesta altura do debate sobre o Plano e Orçamento era haver uma espécie de um desfile de Deputados do Partido Socialista...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Desfile?

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... a quererem fazer aqui uma espécie de “rol de queixinhas” sobre alguns aspetos da governação, que não tem conseguido ainda resolver todos os problemas que o Partido Socialista deixou, mas na área social custa mesmo não ver da vossa parte o reconhecimento do mínimo, e, o mínimo é muito mais do que aquilo que alguma vez os Srs. fizeram, é muito mais!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Os Srs. tinham congelado, os Srs. tinham cristalizado as políticas sociais nesta Região, num valor que não se mexe, não se mexia no COMPAMID, não se mexia nos valores padrão, não se mexia no “cheque pequenino”, era para manter aquilo tudo assim naquele nivelzinho que lhes dava jeito em termos da vossa forma de governar que era manter as pessoas sempre de mão estendida no desfile ao Governo e aos Deputados do Partido Socialista, para obterem as benessesinhas e resolverem os problemazinhos que achavam que eram importantes, mas que não resolviam os problemas desta Região.

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: No valor padrão, isto é estranhíssimo, o Partido Socialista não verificar, que em 2021, já a Sra. Deputada Cecília Estácio referiu estes números, mas eu vou ter que repetir, em 2021 os aumentos variaram entre os 3,5 % e os 16,4 % acrescidos de valores compensatórios para a reposição do salário mínimo regional e pelo descongelamento da carreira dos profissionais de educadores de infância.

Em 2022 a atualização oscilou entre os 3,6 % e os 5%.

Em 2023 a atualização ascendeu entre os 11 % para as tipologias de acolhimento e centros de dia e 8,4 % para as creches, familiares, AMAS, neste caso, e 8% para as demais tipologias.

Em 2024 as taxas de aumento foram de 9,6 % para as respostas sociais da estrutura residencial para idosos, dos lares de idosos e de lar residencial e de 6% para as demais tipologias.

E, portanto, só nestes três anos de governação desta coligação, isto aumentou muito mais do que em 10 anos da vossa governação.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E quero-vos dizer que em relação às creches, não continuem com esse forma de olhar para o problema, como se houvesse aqui alguma perseguição a alguém, porque na verdade, o que nós estamos a fazer é democratizar o acesso às creches que os Srs. queriam que só alguns tivessem acesso às creches e muitas vezes era na listinha que os Srs. faziam para dar o acesso às creches.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Agora todos têm acesso às creches, todos têm acesso a creches gratuitas, e, só para terminar, o investimento que este Governo fez em creches passou de 12 milhões de euros para 20 milhões de euros, praticamente o dobro

daquilo que os Srs. alguma vez pensaram em fazer pelas crianças da nossa Região. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Saúde é uma das áreas de maior sensibilidade e mais sensível se torna para uma ilha envelhecida, como é o caso da Graciosa, e, lá as coisas não estão nada bem, aliás, os utentes que nos têm procurado dizem-nos que a Saúde na Graciosa nunca esteve tão mal e não digo isto com satisfação.

O passivo da unidade de saúde local aumentou em 2023 quase 100 mil euros relativamente ao ano anterior, sem qualquer correspondência em termos de qualidade de serviço prestado.

Os utentes portadores da doença Machado Joseph estão a ser limitados no acesso às consultas de fisioterapia.

Não há transparência no acesso às listas de espera de consultas de medicina geral e familiar e faltam pagar retroativos a muitos trabalhadores.

Neste momento só temos dois médicos ao serviço e corremos o risco de ficar apenas com um até ao final do ano.

Os enfermeiros na consulta externa terminam o seu horário de trabalho às 15h30, para além disso, só com trabalho extraordinário.

Registam-se enormes atrasos nos reembolsos, um dos muitos que nos foram reportados, com cerca de 11 meses de atraso.

Há dificuldade da análise dos exames complementares de diagnóstico.

Os pais de crianças com Necessidades Educativas Especiais desesperam por um acompanhamento também ele especial dos seus filhos, é um assunto sério que muito nos preocupa e para o qual faço um apelo à Sra. Secretária para intervir diretamente neste assunto.

Faltam consultas de Terapia Ocupacional, de 1.611 consultas passamos para 46 em 2023.

Problemas sociais associados ao consumo de substâncias psicoativas também são uma preocupação crescente, é preciso fazer um acompanhamento de proximidade dos casos, poucos ainda felizmente, mas que devem merecer a atenção dos serviços competentes, coisa que infelizmente não tem acontecido, pelo menos nos casos que nos foram reportados. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PS vê com agrado a inscrição no plano de 2025 as verbas para as intervenções no Hospital da Horta e reconhecemos a necessidade existente, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Nunca recebeu tanto dinheiro!

O Orador: ... vou repetir, reconhecemos a necessidade existente e vemos com agrado as verbas inscritas para as intervenções no Hospital da Horta, para não

sermos acusados de sermos sempre os arautos da desgraça e que não elogiamos também medidas que são tomadas por este Governo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: No entanto, não será apenas com betão que esta unidade hospitalar sairá do sufoco e estrangulamento financeiro a que este Governo da coligação a colocou, e, permitam-me este aparte para dizer que, sim, eu também faço parte deste grupo parlamentar e segundo as palavras do Sr. Deputado João Bruto da Costa também sou do “rol dos queixinhas” que, efetivamente estamos aqui hoje a fazer as nossas intervenções, já fomos apelidados de queixinhas, se tivermos de ser queixinhas para denunciar aquilo que vai mal na Saúde nos Açores, nós vamos ser queixinhas,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... vamos ser o que o Sr. Deputado quiser que nós sejamos.

Sra. Secretária, permita-me essas questões e também as questões é no sentido de saber se é verdade ou não, para não utilizar a palavra mentira, ou seja, se é verdade ou não aquilo que nos tem chegado.

Tem-nos chegado a informação de que os pagamentos a fornecedores no Hospital da Horta estão em atraso, havendo alguns que já nem fornecem, os prestadores de serviços nas áreas de anestesia e nefrologia também não recebem, pondo em risco o bloco operatório e a hemodiálise, as diárias dos doentes deslocados continuam a não ser pagas, a par daquilo que acontece na Graciosa e nas restantes ilhas dos Açores, também na ilha do Faial acontece, não são pagos.

É verdade ou não, Sra. Secretária que há material médico que avaria e que não é arranjado por falta de pagamento a fornecedores?

Os doentes, os médicos, os enfermeiros e os fornecedores estão sem receber há largos meses, foi-nos denunciado, e, a minha pergunta é, é verdade ou não, Sra. Secretária que isto que eu estou a dizer acontece?

O que nós achamos é que se nada for feito, Sra. Secretária, daqui a um ano estamos a discutir o mesmo e a Sra. vem anunciar que é o maior orçamento de sempre para a Saúde, quando na verdade não pagam, não executam e a verdade é que chegamos àquilo que estamos a chegar hoje com prejuízos que são sempre avolumados.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista os cuidados médicos aos utentes do Serviço Regional de Saúde devem ser a prioridade, Sra. Secretária, a Sra. se não quer ser governante diz que não quer ser, enquanto assume esse papel tem que resolver os problemas...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Desculpe?

Não ponha palavras na minha boca que eu não disse!

O Orador: ... e os problemas estão aqui, denunciados por nós, Sra. Secretária, denunciados por nós, Sra. Secretária.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A prioridade são os cuidados de saúde, e, esta narrativa de tentar arranjar culpados no passado, no presente, ...

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD)

O Orador: ... é que os Srs. já conseguem arranjar culpados no vosso próprio Governo, isto tem que acabar, Sra. Secretária.

A verdade é que os açorianos não merecem isso! E deixo aqui essas perguntas, é verdade ou não aquilo que eu acabei de dizer? Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Peço a palavra para agradecer as palavras do Sr. Deputado Lúcio, é de facto, um reconhecimento que o PS/Faial tem feito, reconhecer as obras do Hospital da Horta.

Entretanto, deixa-nos aqui, levanta-nos aqui questões que estão, ou umas esclarecidas, outras devidamente justificadas e, eu gostava de lembrar relativamente às preocupações do Sr. Deputado Lúcio, e, por exemplo, no que ao Faial diz respeito, de que, com certeza que o Sr. Deputado Lúcio não quer falar de encerramento de valências, quando deixaram a câmara hiperbárica, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Bem lembrado!

A Oradora: ... quer do Faial, quer em Ponta Delgada, sem qualquer manutenção, e, portanto, pondo em risco a sua certificação e foi preciso este Governo ter feito um investimento para garantir essa certificação que neste momento funciona em pleno.

Também não quer, com certeza, falar de redução de especialistas quando em tempos, redução de especialistas, ou pôr em causa valências por falta de pagamentos de especialistas, quando, por exemplo, todos nos lembramos, não há muitos anos atrás, que o Governo Regional na altura fazia nota, pela boca do Sr. Secretário Regional, de que teria de avançar com a redução de algumas valências e especialidades nalgumas ilhas, nomeadamente no Hospital da Horta, anunciando o encerramento de especialidades como Oncologia, a

Urologia e os Cuidados Intensivos, 2013, portanto, avistamos, infelizmente esta luz.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não existiu!

A Oradora: E, portanto, foi com o esforço, neste momento o Serviço Regional de Saúde e a Sra. Secretária, com todo este esforço que é feito de financiamento do Governo Regional, consegue manter algumas destas valências abertas, obviamente fruto da prestação de profissionais que não são residentes no Hospital da Horta e isso, infelizmente é mais uma herança que recebemos, e, que é responsável por parte da despesa do Hospital da Horta, que de outra forma se tivesse médicos residentes talvez fizesse face a estas valências a um custo menos oneroso. Obrigada.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária, eu penso que foi por lapso, porque eu fiz-lhe uma pergunta...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Não temos tempo.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PS, IL, CH e BE)

O Orador: ... que é importante e que, Sra. Secretária, a Sra. com certeza que tem a resposta e isto era importante explicar, se me permitem, relativo à calendarização do projeto, sim, mas a Sra. é que tem a área da Saúde, os centros de saúde do Pico estão ao seu cuidado não estão ao cuidado da Dra. Berta Cabral.

E a questão é a seguinte, eu vou reformular a questão, essa obra é importante, reconhecendo essa decisão do Governo, não é isso que está aqui em causa, o que nós pretendemos saber e os picarotos, não é o Mário Tomé, não é esta bancada, é os picarotos, querem saber é, quando é que está prevista a calendarização do projeto e o lançamento da empreitada? Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Ávila tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O problema que eu tenho é exatamente igual ao que o Sr. Deputado Mario Tomé acabou de colocar, eu fiz algumas perguntas à Sra. Secretária...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não fez pergunta nenhuma!

O Orador: ... e são perguntas importantes e há aqui uma... são considerações com perguntas implícitas, talvez o Sr., eu sei que o Sr. Deputado João Bruto da Costa não gosta que se fale nos problemas que acontecem na Graciosa, mas o Sr. vai ter paciência, vai ter que me ouvir muitas vezes aqui, porque sempre que a Graciosa estiver em causa eu virei aqui falar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sra. Secretária, há aqui três questões que ficam por responder, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Faça o requerimento!

O Orador: ... ó Sra. Secretária, a Sra. espere que eu vou-lhe repetir as perguntas.

Eu queria saber o que é que se passa com o facto dos doentes Machado Joseph não terem acesso à fisioterapia.

Quero saber o que é que se passa com o acompanhamento das crianças com Necessidades Educativas Especiais.

E queria também saber porquê esta descida de consultas de Terapia Ocupacional. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Dora Valadão, faça favor.

(*) **Deputada Dora Valadão (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários.

A propósito de solidariedade social, eu gostaria de colocar aqui algumas questões, que não tendo sido apresentadas na intervenção de ontem, mas que servem para algum esclarecimento, nomeadamente aos Deputados que não estão tanto dentro do assunto como deveriam, e, gostaria de dizer o seguinte, relativamente aos acordos de cooperação, eu limitei-me apenas a dizer aquilo que está no parecer da URIPSSA (União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores) que está anexado ao Plano e Orçamento

para esta Região 2025, é tão simples quanto isso, sugerem que o Orçamento para 2025 seja refletido um valor base que tenha em conta o aumento do ordenado mínimo, aumentos salariais e da inflação com base de negociação dos valores dos acordos de cooperação para as IPSS, que neste momento ainda estão abaixo do custo real que as IPSS têm nas suas valências e a pôr em causa a sustentabilidade das mesmas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Considero que todas as IPSS, que não tendo outros meios de sobrevivência, a não ser aqueles que vêm do acordo de cooperação, de facto, necessitam muito de serem revistos para poderem emprestar um melhor serviço àqueles que são a maior parte da nossa população, que são os idosos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Em relação ainda às IPSS, gostaria de dizer-vos que, nós temos falta de cuidadores, mas esses cuidadores, onde a maior parte são mulheres, temos que cumprir a lei, ou seja, quando há mulheres que são mães, até aos 12 anos só fazem o trabalho das 39 horas em dias úteis, portanto, as IPSS aos fins de semana e durante a noite, as ERPI's, trabalham e precisam de socorrer-se daqueles que são mais velhos.

Por isso mesmo, e na minha opinião e pelo pouco que tenho de experiência, entendo que as mesmas deviam ser ressarcidas de mais alguns valores para poder fazer face a estas necessidades que são prementes e que acontecem e que é necessário.

Os idosos de hoje não são os idosos de ontem nem são os de há 10 anos, as necessidades são outras, as demências aparecem com muita mais frequência e,

de facto, precisam de ser acompanhados, precisamos de mais técnicos para fazer face a estas necessidades.

Em relação à formação, posso dizer que, já no passado, e, penso que já tive até esta conversa com a Sra. Secretária, no passado houve formação para os cuidadores sociais, é muito importante que as formações existam e sejam bem administradas em prol de todos aqueles que precisam e que, no fim de contas, todos nós um dia vamos lá parar, eu já vou a caminho, outros felizmente são mais novos, vão esperar ainda uns tempos.

Depois, gostaria de dizer aquilo que já foi falado aqui, de facto, o programa NOVOS IDOSOS é um programa fantástico...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ah!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... e eu tenho que o dizer, eu não tenho medo de assumir, é de facto um programa fantástico, mas vem criar desigualdades sociais, ...

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Onde??

A Oradora: ... para além de que também devo dizer, já agora vou dizer, os NOVOS IDOSOS, o programa, é apoiado pelo PRR, não existia antes porque não havia PRR, agora existe o PRR há os NOVOS IDOSOS, muito bem, então o que é que acontece? Eu considero que há desigualdade porque o apoio que é dado ao idoso que está em casa, não é vergonha nenhuma, Sr. Vice-Presidente, antes pelo contrário, eu sou apoiante dos NOVOS IDOSOS, mas devo dizer, e posso dizer, posso, posso e sei o que é que estou dizendo e sabe porquê? Porque os NOVOS IDOSOS quando estão em casa são muito mais bem acompanhados pelos técnicos das nossas ERPI's do que aqueles que são, por exemplo, do apoio domiciliário, e porquê? Porque nós não temos técnicos suficientes, não são do

meu tempo, são do nosso tempo, que o Sr. também está aqui como eu também estou!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Eram do seu tempo! No tempo da sua Santa Casa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Por aquilo que ouvi dizer há pouco, parece que a saúde na ilha das Flores e a Ocidente está ótima, ainda bem, eu fico contente, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): A senhora não tem moral para falar!

A Oradora: ..., mas infelizmente tenho que dizer que não concordo com tudo aquilo que foi aqui dito e digo isto porquê? Porque a saúde na ilha das Flores tem que ser vista com outros olhos e não com aqueles que aqui estão a ser vistos.

É verdade que no passado houve um investimento de 1 milhão e 300 mil euros, se a minha memória não me traiçoa, para a unidade de saúde, hoje, a Sra. Deputada Cecília falou em 30 mil euros, se a minha memória não me traiçoa, no investimento que foi feito relativamente há pouco tempo.

Mas na realidade, nas ilhas pequenas, o problema cresce e é transversal, a falta de técnicos é uma realidade que precisa de soluções urgentes, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Quais são? Diga lá.

A Oradora: ... é essencial, e, já agora devo dizer, as obras foram adjudicadas, ainda bem, a aquisição da TAC também está a decorrer, ainda bem, mas obras e TAC sem técnicos não serve de nada, é sempre um amontoado de cimento e nada mais, pronto, eu tenho que dizer isto, porque é isto que eu sinto, é aquilo que eu penso e é aquilo que eu venho defender, a minha ilha e a saúde da minha ilha.

É essencial autorizar a abertura de concursos para colmatar as lacunas, nomeadamente para fisioterapeutas, terapeutas da fala, psicólogos, radiologistas...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Radiologistas? A senhora sabe o que são radiologistas? Pelo amor de Deus!

A Oradora: ..., enfermeiros e técnicos auxiliares de saúde, que o último concurso que houve para técnicos auxiliares de saúde foi em 2017, e, já agora devo dizer que é lamentável que na ilha das Flores todas as semanas saiam crianças acompanhadas do seu encarregado de educação para fazer terapia da fala em São Miguel, porque não há terapeuta da fala nas Flores.

Apesar de haver cinco médicos ao serviço, há listas de esperas para consultas, o que é intolerável.

A USI das Flores também necessita de mais viaturas, e, já foi falado aqui, para responder às diversas solicitações.

(Protestos dos Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP)

A Oradora: Estamos numa ilha pequena e afastada e muitas vezes entregue à nossa sorte.

É preciso cativar jovens a regressar ou a fixar-se, criando incentivos que valorizem quem aqui vive ou quem quer voltar, sem isso, corremos o risco do isolamento e do despovoamento.

Outra preocupação generalizada dos habitantes da ilha das Flores e das ilhas pequenas é que dependem dos três hospitais da Região e para que o serviço de evacuações seja agilizado, por forma a ser mais célere na resposta.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): E mais, diga lá!

A Oradora: O envelhecimento populacional é uma das realidades maiores das Flores, tornando a população mais dependente de cuidados de saúde e exigindo a resposta rápida e eficaz do sistema.

E já agora, porque estamos a falar de saúde e porque já foi falado várias vezes aqui dos doentes da Machado Joseph, eu sinceramente pode-me ter passado, mas neste ano ainda que estamos, tinha-se falado na aquisição de um aparelho...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já falei disso!

A Oradora: ... de Estimulação Magnética Transcraniana, só quero confirmar porque eu não vi no Plano, pode-me ter passado e espero que seja adquirido para o HDES e para que seja bem utilizado a favor e a bem dos doentes da Machado Joseph nos Açores que não são tão poucos como parecem ser. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Pacheco, prescinde? Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Confesso que foi com, não digo surpresa, mas...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Estupefação!

A Oradora: ... estupefação, exatamente, que assisti...

Deputado Nuno Barata (IL): Abesbílca!

A Oradora: ... àquilo que se passou por parte da bancada socialista nos últimos minutos.

Infelizmente é certo que não vem trazer nada de novo ao debate, porque reconheço que muitos dos problemas que aqui foram levantados são velhos problemas, são problemas que já existiam na altura que o Governo Socialista governava...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ... são problemas que têm mais do que 20 anos, mas que tendem a não ter uma solução, mas também não vou certamente responder a todos porque pedi a palavra não para isso, mas para dar as garantias ao povo açoriano que efetivamente o Plano e Orçamento que esta semana aqui debatemos falam por si.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: São documentos que quer no setor Social, quer na Saúde refletem aquilo que é o investimento e aquilo que são as prioridades deste Governo Regional, prioridades estas centradas nas pessoas, nas famílias, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Responder às perguntas não tem tempo.

A Oradora: ... nos mais vulneráveis, naqueles que efetivamente necessitam de ajuda para que, efetivamente também se consiga atingir melhores resultados do que aqueles que encontramos.

E, portanto, tenho a clara noção de que há dificuldades, que não corre tudo bem, que há pontos que naturalmente terão de ser melhorados, mas é também aqui que este Governo faz a diferença, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Fazemos toda a diferença!

A Oradora: ... porque assume aquilo que não está bem, mas ao mesmo tempo tem a intenção e efetivamente concretiza aquilo que tem de ser melhorado. Mais 50 milhões de euros no setor da Saúde, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... o Orçamento mais elevado que alguma vez a Região Autónoma dos Açores teve, mais 150 milhões de euros, que possibilita a conversão de dívida comercial em dívida financeira, que já este ano permitiu nas unidades de saúde de ilha uma redução de dívida a 31 de julho na ordem dos 56 %, que permitiu na redução de dívida aos hospitais da Região, Hospital da Horta e Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, 6 e 3 %, significativamente uma redução na dívida destas duas instituições.

E, por isso é com grande surpresa que, ao fim de já algumas horas de debate e depois de ter estado presente na Comissão, existem ainda Sras. e Srs. Deputados que metem em causa a credibilidade destes documentos.

Infelizmente a dívida comercial já no passado, a redução poderia ter sido mais significativa se o Partido Socialista da República tivesse possibilitado...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já cá faltava!

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: ... esta conversão de dívida comercial em dívida financeira já em 2023, que já os camaradas da Região não conseguiram influenciar o então Primeiro-Ministro para que tudo isto fosse possível.

E, portanto, estou naturalmente atenta àquilo que foi aqui dito, reconheço que há dificuldades que devem ser ultrapassadas, mas também tenho muita confiança nos profissionais de saúde desta Região, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Temos todos.

A Oradora: ... nos serviços e nas instituições do Serviço Regional de Saúde, porque efetivamente são eles que permitem melhorar a resposta que é dada aos nossos utentes, a todos eles muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Pacheco, faça favor Sr. Deputado.

Deputado Flávio Pacheco (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É lamentável que a Sra. Secretária teve 3 minutos e tal, 4 minutos, e, não respondeu a nenhuma questão do Partido Socialista, não respondeu a nada...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já respondi! O senhor não vai controlar as minhas respostas!

O Orador: ...é lamentável!

Mas eu vou continuar com a minha intervenção com licença, a construção e reabilitação do Centro de Saúde de Vila Franca do Campo conta com uma dotação de apenas 50 mil euros, pelo que facilmente se percebe que não é para levar a sério e reflete a falta de compromisso do Governo Regional para com a população de Vila Franca.

O atual centro de saúde funciona num edifício antigo, pouco funcional e que não oferece as condições ideais...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Essa é nova, por isso é que não lhe respondi!

O Orador: ... para a prestação de cuidados de saúde que todos desejamos, sobretudo quando temos o HDES com grandes limitações.

Este valor, 50 mil euros, nem chega para pagar o projeto, muito menos para comprar o terreno, pelo que traduz e evidencia a forma como este Governo de coligação exerce funções, discriminando negativamente o concelho de Vila Franca do Campo.

Os vilafranquenses merecem mais do que uma promessa política de fachada. Merecem um Governo que priorize investimentos equitativos, que compreenda as necessidades reais de cada população e que atue com seriedade na promoção da qualidade de vida, para todos. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado João Mendonça tinha pedido a palavra para uma interpelação, prescinde!? Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu peço a palavra para que não fiquem dúvidas na mente de nenhum açoriano que esteja a assistir a este debate sobre, não só a disponibilidade do Governo, mas a total transparência com que encara sempre e encarou sempre a atividade governativa e a relação com este Parlamento.

A Sra. Secretária Regional da Saúde esteve 2 horas e 45 minutos, cerca de 3 horas, em Comissão, a responder a todas as questões que quisessem o Partido Socialista perguntar sem tempo limite, sem tempo limite.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quando a coisa se complica, lá vêm as Comissões!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Nem mais!

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Todas as questões que os Srs. queriam responder foram possíveis de responder em Comissão. O debate na generalidade tem tempo limite, tem um enquadramento próprio, e, aquilo que os Srs. Deputados do Partido Socialista descobrindo ontem e hoje que o debate provavelmente não ia ao encontro daquilo que eram as suas expetativas populistas de criar alarme social nas questões mais importantes para os açorianos e querem ignorar os 50 milhões de euros a mais que este Orçamento vai ter para a área da Saúde e todo o trabalho que está a ser feito para melhorar a saúde dos açorianos e vêm para aqui com questões que podiam estar, e, algumas já estão respondidas e que podiam ter sido devidamente esclarecidas, tentando aqui dar uma ideia de que o Governo se recusa ao debate quando o Governo não se recusou em momento nenhum ao debate neste Parlamento. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa levanta-se numa tentativa de desculpar o indesculpável, a gestão do tempo compete ao Governo e a cada um dos partidos, as Comissões têm as suas funções, nós já tivemos esta conversa aqui eu não vou repeti-la, tem tempos...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Quando dá jeito, tem!

A Oradora: ... limitados para audição das Sras. e dos Srs. Secretários e mesmo que não tivessem, nós não abdicamos do debate que tem que ser feito nesta Assembleia, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: ... é um direito que nos assiste, estamos aqui para colocar as questões.

O Sr. bem sabe que os Deputados não têm assento em todas as Comissões, estão a fazer audições noutras e é aqui que se colocam as questões.

Há uma coisa que eu... eu tenho um amigo meu que usa uma expressão que se aplica aqui na perfeição, que é, sabe uma coisa, Sr. Deputado João Bruto da Costa, as desculpas evitam-se, aqui, o fundamental é dar as respostas, as respostas que os picarotos esperam, que os vilafranquenses esperam, que os graciosenses esperam, que os micalenses esperam, a propósito do HDES, é para isso que aqui estamos, com calma, com serenidade para debater assuntos que são fundamentais ao desenvolvimento da nossa Região.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, as desculpas evitam-se, o tempo é igual para todos, igual para o Governo, para o Partido Socialista e para o Grupo Parlamentar do PSD, portanto, giram o tempo como entenderem, nós gerimos como entendemos e colocamos as questões nos termos e na forma que entendemos.

E Sr. Deputado, não se trata de minudências, estamos a falar da saúde dos açorianos e do acesso a respostas sociais imprescindíveis, gastaremos o tempo que for necessário, mesmo que os Srs. os adjetivem da forma menos adequada. Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estevão*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Dirijo-lhe a questão neste sentido, há um tempo limite para o Governo Regional dos Açores poder responder ao conjunto de questões como é evidente...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... posso, posso? A democracia é ouvir as pessoas também, todos têm direito a falar e todos têm direito a ser ouvidos, e, é muito importante que eu possa realmente em relação à interpelação que quero fazer.

E a questão é que, porque está aqui a ser abordada a questão dos trabalhos e de como é que eles estão a decorrer, que há cinco membros do Governo para responder ainda, cinco membros do Governo, evidentemente o Governo tem muito menos tempo que os diversos Grupos e Representações Parlamentares somados e podem fazer um grande conjunto de questões a que nós não temos tempo para poder responder e, portanto, não é uma questão de não se querer responder, é uma questão que as pessoas percebem, que é lógica, Sr. Presidente, e esta informação é importante para a Câmara e eu gostava que o Sr. Presidente confirmasse que há, de facto ainda cinco membros do Governo para responder e que existe uma desproporção...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Mas qual desproporção? O tempo é igual!

O Orador: ... muito grande entre o tempo que tem o conjunto dos Grupos e Representações Parlamentares e que tem o Governo e, portanto, nesse sentido, obviamente, o Governo responderá a todas as questões e aquelas que não for possível responder aqui existem por parte dos Srs. Deputados, a oportunidade

regimental de poderem colocar requerimentos, pedir informações e tudo o que pretenderem solicitar e têm à disposição esse mecanismo regimentais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional, O que eu posso-lhe dizer é que efetivamente assim é, o Governo tem que gerir o seu tempo, tem os mesmos que tem e tem que responder às questões.

Todos os debates do Plano e Orçamento se colocam estas questões, todos nós já sabemos como é que isto decorre, todos nós já sabemos que há muito tempo que estamos a discutir esses documentos, Conselhos de Ilha, Comissões, e, portanto, nesta fase do debate, as questões estão mais que colocadas e esclarecidas e, portanto, este debate coloca-se sempre, compete a cada um fazer a sua gestão do tempo e não vale a pena estarmos a interpelar uma bancada e outra bancada e muito menos a envolver a Mesa nestas questões, porque é evidente, imaginem que o Governo gastaria o seu tempo agora todo com a área da Saúde, o que não diriam os Srs. Deputados quando os outros Membros do Governo não tivessem tempo para responder, tenhamos equilíbrio nas coisas, tenhamos equilíbrio nas coisas, nós temos que ter um debate político com equilíbrio, com bom senso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E onde é que falta o bom senso?

Presidente: Para uma interpelação a Sra. Deputada Andreia Cardoso tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para uma interpelação.

Eu gostava de perceber uma coisa, onde é que existe desproporção nos tempos de debate? A não ser que o Sr. Presidente não saiba o mesmo que eu sei, onde é que existe desproporção? Não existe! E onde é que faltou bom senso? Onde é que faltou bom senso? Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. A sua interpelação estará e ficará registada.

Eu penso que quando o Sr. Secretário falava em desproporção, somando os tempos de todos os Grupos e Representações Parlamentares, comparando com o Governo.

Penso que essa é que é a questão que o Sr. Secretário, e, que não me estou a pronunciar sobre ela, estou a interpretar o que o Sr. Secretário aqui fez. Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma intervenção.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu acho que ficou claro para todos o que se está a passar e o que se passou aqui, o Partido Socialista diz pela voz da Sra. Deputada Andreia Cardoso, que as desculpas não se pedem, evitam-se, eu não vi ninguém por acaso a pedir desculpas, mas realmente percebo a teoria do Partido Socialista, que evita pedir desculpas, porque de facto, o que fez aqui devia pedir desculpa aos açorianos de vir dizer que não deve fazer perguntas em Comissão, que as Comissões não servem para nada, que o que têm é que vir aqui ao Plenário fazer todas as questões...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... que foram colocadas pelos Srs. Deputados à vez no desfile das perguntas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É todas as vezes a mesma desculpa.

O Orador: ... que podiam e que algumas estão respondidas e, portanto, de facto, eu percebo que o Partido Socialista não venha pedir desculpa por esse seu comportamento, mas devia Sra. Deputada, porque fica bem reconhecer essa atitude de chicana política que estão a querer fazer no debate do Plano e Orçamento para evitar que o Governo e as bancadas que o suportam possam,

de facto, debater estes documentos, porque nós queremos é debater estes documentos.

E, depois faz outra coisa, que é uma confissão também da forma como o Partido Socialista aborda este debate é que não se pode criticar o Partido Socialista, ninguém falou em minudências...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Senhor!

O Orador: ... não, não falei em minudências, eu falei em queixinhas é diferente, é diferente, as queixinhas é no sentido em que os Srs. vêm a este debate...

Deputado José Ávila (PS): Vocês queriam era que ficássemos calados.

O Orador: ...fazer as frases fortes que agora andam a publicar nas redes sociais ou os pequenos dizeres que agora querem fazer passar e isso é que é importante para vocês.

Para os Srs. não é importante que, de facto, estes documentos vêm ajudar a resolver uma questão fundamental que tem que ver com o subfinanciamento do setor da Saúde, que está a ser feito um esforço enormíssimo por parte de todos os açorianos e de todas as açorianas para, de facto, termos um melhor Serviço Regional de Saúde, ignoram todo o processo que tem sido conduzido por este Governo relativamente ao trabalho que está a ser feito de melhoria do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente os edifícios podres e a cair...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É verdade!

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... que os Srs. nos deixaram, os veículos que não andavam, os técnicos desmotivados, os profissionais desmotivados, porque os Srs. os ignoraram durante anos e agora que nós temos melhorias para apresentar os Srs. querem fazer deste debate uma chicana política de pequenos problemas...

Deputada Joana Pombo (PS): Pequenos problemas? Vou perguntar à Santa Casa da Misericórdia.

O Orador: ... que ainda estão por resolver, mas que com o trabalho de todos nós vamos resolvê-los sem necessidade de pedir desculpa ao Partido Socialista por não responder às perguntas que os Srs., se não sabem, a resposta, deviam saber porque foi os Srs. que deixaram as coisas no estado em que deixaram. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos continuar com o nosso debate, sem inscrições? Bom, encerramos este debate, creio eu, desta parte setorial, eu creio que a esta distância do almoço não sei, Srs. Secretários, Srs. Membros do Governo, Grupos Parlamentares, concordamos em encerrar os trabalhos e iniciamos à tarde com a Agricultura? Então estão encerrados os nossos trabalhos por agora.

Eram 12 horas e 52 minutos.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos então continuar os nossos trabalhos agora com a seguinte área governativa, Agricultura e Alimentação, Sr. Secretário, faça favor, tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*):

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Estamos a produzir mais alimentos para o consumo interno, para quem nos visita, para a pecuária e para expedição.

Produzimos mais na horticultura, na fruticultura, na agricultura biológica, na carne de bovino, temos mais área de milho, produzimos mais alimentos DOP e IGP, temos mais diversificação agroprodutiva, temos a matéria-prima leite com um melhor conteúdo nutricional e vendemos mais para fora da Região. Um sucesso.

A título de exemplo, a produção agrícola expedida, transformada ou por transformar, ascendeu a mais de 458 milhões de euros em 2023. O maior valor dos últimos 10 anos.

Estamos, assim, gradualmente a aumentar a nossa riqueza alimentar para a procura interna e para expedição. O que significa maior segurança nas disponibilidades alimentares e maior sustentabilidade para as gerações vindouras.

E é preciso ter a consciência de que uma Região só é verdadeiramente segura na sua riqueza se produzir alimentos. E, sim, somos, cada vez mais, uma Região agrícola. O que assume uma grande vantagem no turbulento mundo atual.

O sucesso agrícola que se assiste só é possível com a participação e o empenho dos açorianos que se dedicam a produzir agroalimentos...

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): E bem!

O Orador: ...e à sua representação regional, a Federação Agrícola dos Açores. É também este o momento de dizer obrigado aos agricultores. Obrigado pelo empenho, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Quando não há mais nada para pagar...!

O Orador: ... pela resiliência, pela produtividade de bens agrícolas, pela manutenção ambiental e pela conservação da biodiversidade animal e vegetal. Temos vindo a implementar algumas políticas públicas de incentivo e reequilíbrio que deram bons resultados, como seja, o fim dos rateios nos apoios comunitários, o apoio à compra de sementes de milho em 80%, o apoio nos custos da certificação biológica em 70%, o apoio à instalação de pastagens biodiversas em 50%, o apoio em 50% na aquisição de equipamentos e máquinas de trabalho, o apoio em 80% em investimentos até 32.500 euros, o apoio à redução da produção de leite e a reconversão agrobovina, entre outras medidas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas também, criamos mais sete Perímetros de Ordenamento Agrário, passando a abranger todas as ilhas e certificamos seis matadouros no âmbito do bem-estar animal. Somos uma referência internacional.

Tínhamos e temos razão nas medidas construídas. Neste sentido, centraremos a política pública no desígnio da produção agroalimentar local, privilegiando as cadeias curtas de distribuição e por isso o Plano e Orçamento para 2025 tem um crescimento de 13,4 % relativamente a 2024. Ou seja, um esforço regional de 9,2 milhões de euros.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Asseguramos em 2025, o compromisso de pagar as ajudas comunitárias sem cortes, ...

Deputado José Ávila (PS): Igual as pescas!

O Orador: ... por isso o POSEI cresce 19 %. Ajuda anunciada é igual a ajuda paga e não como no passado que a ajuda anunciada era diferente da ajuda paga.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Eliminámos os tetos ao consumo do gasóleo agrícola e inscrevemos uma dotação de 14,6 milhões de euros para o apoio ao investimento nas explorações agropecuárias para a transição verde, digital e tecnológica e para a instalação de jovens agricultores a tempo inteiro e a tempo parcial.

O Governo cria confiança nos agricultores e contribuí para a melhoria do seu rendimento e defende o preço justo. Para esta determinação o Observatório Agroalimentar estará a funcionar em 2025.

Deputado Carlos Silva (PS): Agora é 2025.

O Orador: Nas acessibilidades agrícolas, vias de crescente multiutilização turística e de lazer das comunidades locais, apresentamos um investimento que ultrapassa os 30 milhões de euros e, o plano contempla uma ação específica para a ilha do Pico e para a ilha de São Miguel, o grau de degradação elevado, porque a herança política também é elevada.

As medidas florestais têm um incremento de 57 %, o bem-estar animal engrandece 15% e a medida específica sobre as pragas agrícolas, sobe 150 %, principalmente para se iniciar as operações de desratização.

Seguiremos com a execução dos Planos Estratégicos para a bovinicultura de leite e de carne, vitivinicultura, horticultura, floricultura, fruticultura, apicultura e agricultura biológica, temos uma orientação e sabemos para onde queremos ir.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Prosseguiremos com as medidas na agricultura de precisão, na agricultura circular, na agricultura de carbono, na biotecnologia e sensibilizaremos para o desperdício zero alimentar.

Abrimos candidaturas para implementar a vulgarização rural em diversas áreas da agricultura.

A cooperação com a Universidade dos Açores está presente em protocolos como a análise dos solos, no melhoramento fitossanitário das castas tradicionais de videiras, no chá, na alimentação animal, no melhoramento de pastagens e na genotipagem.

No Ordenamento do Território, iniciaremos a avaliação e a revisão do POOC de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo e acompanharemos os processos de revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) e das Reservas Ecológicas (RE).

Este Plano e Orçamento para 2025 assume o compromisso de progressivamente, sermos açorianos com mais autonomia, através da criação de riqueza pela produção agroalimentar regional. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado do CHEGA, o Sr. Deputado Francisco Lima, a quem dou a palavra faça favor.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu tinha aqui umas pequenas perguntas aqui para o Sr. Secretário, que penso que não será muito difícil de responder e até de resolver, sobre o VITIS, aqui nesta Casa, foi dito que iam abrir as candidaturas em setembro, consta que ainda não abriram, gostaria que me fizesse o ponto da situação.

Sobre o PO2030 também parece que ainda não abriu, que o Governo da

República não cumpriu com a parte que tinha que cumprir, sim o PEPAC, exatamente, e, gostaria que me fizesse o ponto da situação também sobre isso. E agora sobre os caminhos agrícolas, que disse na Comissão de Economia, que eram os que estavam em pior estado era Pico e São Miguel...

(Neste momento, o deputado Francisco Lima exhibe várias fotografias)

O Orador: ... eu trazia-lhe aqui imagens das Flores, imagens da Serra das Quatro Ribeiras, e, agora aqui, esta é de propósito, aqui que é perto de sua casa, por acaso o asfalto frio resolvia esse problema e com pouco dinheiro, ou seja, o Sr. Secretário, pode dizer é que é uma pessoa isenta, que os caminhos agrícolas que vão até sua casa são dos piores, e, neste caso da Canada da Praia do Porto Judeu é muito mau, por isso é que eu digo que umas sacas de asfalto frio resolvia o problema.

E nesse sentido, eu queria que me dissesse se não concorda comigo, que também em quase todas as ilhas está uma desgraça.

E se acha que neste Orçamento tem verba suficiente para fazer face a esta calamidade que onera e muito os nossos agricultores, destrói as carrinhas, os acessos são... é uma autêntica desgraça em termos económicos. Muito obrigado, Sr. Secretário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. A Sra. Deputada Dora Valadão tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Dora Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Como se tem constatado, a agricultura não está bem, apesar de ser apregoado o contrário, os Açores sofreram intempéries ao longo do ano, bem como no Verão fomos assolados por altas temperaturas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ó Ventura baixa a temperatura!

A Oradora: ... que prejudicaram significativamente a nossa agricultura em diversas ilhas.

Todos nós sabemos o que se passou na Cooperativa das Flores, em que o Governo foi um carrasco, aproveitando-se da fragilidade dos agricultores florentinos, que este procedimento do Governo não seja exemplo para as cooperativas que atravessam problemas semelhantes noutras ilhas.

Na ilha das Flores, o Governo continua por cumprir o que prometeu, nomeadamente com eletrificação de oito explorações, com a manutenção dos caminhos agrícolas, onde as infestantes continuam a tomar conta e desde há quatro anos que não tem sido feito nada.

O abastecimento de água às pastagens continua sem ser feito, o que prejudica muitíssimo a lavoura.

Os caminhos florestais, Morro Alto, Lombas, Caminho dos Roxões, o caminho que dá acesso à Lagoa Comprida, a Estrada dos Ferros Velhos, precisam de intervenção célebre para que fiquem seguras para quem circula, quer em trabalho, quer em lazer.

O Sr. Secretário afirmou nesta Assembleia, que a desratização iria ser feita...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Eu desratizava muita coisa!

A Oradora: ... casa a casa, rua a rua.

É imperioso dar início a essa tarefa, que pode ser feita de forma alargada e em colaboração com os vários serviços, para que o resultado seja eficaz e assertivo.

A falta de mão-de-obra, o envelhecimento dos agricultores e os atrasos de pagamentos constituem grandes entraves à agricultura.

Há associações agrícolas que receberam os apoios devidos de 2023 apenas em 2024 e, até à data os apoios deste ano que está a terminar ainda não foram pagos. Se este é o caminho do progresso na agricultura, estamos mal, não é o que queremos para a ilha das Flores, nem para as outras ilhas de maneira nenhuma, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*):

Quando cortavam 1 milhão de euros aos agricultores, estava melhor.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) Deputado Luis Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra para reconhecer que efetivamente os caminhos agrícolas, as acessibilidades agrícolas estão em mau estado, não há dúvida nenhuma, este Governo não esconde nada de ninguém, então o que está à vista de todos é quase impossível de esconder, e, como não esconde nada de ninguém é visível também para toda a gente, ou seja, o que eu vou dizer é uma verdade de “La Palice”, a agricultura dos Açores está bem melhor do que o que estava, Isso é uma verdade de “La Palice”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Coitadinho do La Palice!

O Orador: Aliás, se os agricultores açorianos quiseram ou prosperaram, foi

sempre graças aos governos do PSD e agora da coligação.

Estas estradas que os Srs. dizem que estão em mau estado foram abertas a esmagadora maioria por um Secretário do PSD...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Do PSD?! Secretário Regional, é dos Açores!

O Orador: ... que teve uma visão estratégica para a agricultura, que percebeu que para prosperar, para poder produzir, as acessibilidades eram essenciais, por acaso até tem o último nome “Lima”, não sei se era parente ali do Sr. Deputado do CHEGA, mas por acaso tinha o nome de “Lima”.

Este homem teve uma visão estratégica para a agricultura e quando a gente pensava que não podia melhorar, eis que aparece António Ventura e melhora ainda mais a agricultura dos Açores, estes caminhos abertos então, caminhos com mais de 30 anos alguns, foram feitos, foram dimensionados para a maquinaria que havia, para o trânsito de animais que existia, estes caminhos precisam ser todos requalificados, precisam ser todos reabilitados.

Hoje um trator não pesa 3 mil quilos, pesa 4, 5, hoje uma trela não leva fardos de palha, leva rolos de erva, e, pisam exatamente a mesma estrada, circulam exatamente pelo mesmo sítio que tinha uma caixa de estrada assim.

E mais, algumas que foram requalificadas e eu vou-me ficar por aqui em que quando era para levar 10 cm de betuminoso, levava 5, ou seja, uma dava para duas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: Nós não fazemos assim, nós fazemos as coisas, é lento, mas fica bem feito.

E já que, o Sr. Deputado Francisco Lima esqueceu-se de ir, já que teve na Canada da Praia, podia ter dado um saltinho à Canada da Quinta, ...

Deputado Francisco Lima (CH): Vou lá ver se fica feito.

O Orador: ... que foi a primeira Canada a ser requalificada, a Canada da

Quinta está requalificada por este Governo e é realmente próximo da casa do Sr. Secretário, mas podia ter ido ao Quinhão Grande, a S. Sebastião, podia ter ido ao Terreiro da Macela, à (impercetível) da Caparica, aos Pomares à Caparica, podia ter ido ao Caminho dos 40, em Santa Bárbara.

Portanto, o Sr. podia ter ido a essas estradas todas que estão requalificadas e reabilitadas por este Governo, num investimento de mais de 3 milhões de euros, de mais de 3 milhões de euros.

Agora fazê-las todas com orçamentos que nós temos, nós ontem ou antes de ontem fizemos 4 anos de Governo, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Houve festa? Apagaram velas?

O Orador: ... acho que foi ontem ou antes de ontem, foi por aí, mas com um orçamento, se calhar governámos 3.

Portanto, fazer o que está feito em tão pouco tempo, olhe é obra, com duas guerras, com o fim de uma Pandemia, desculpem, mas isto não vale a pena voltar a referir.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu acho que sim. Fechava-se o Parlamento e ficava tudo bem!

O Orador: Há coisas que são tão evidentes. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem inscrições. Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor.

(*) Deputada Isabel Teixeira (PS): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O queijo de São Jorge é um produto de elevado valor, que reflete a tradição, a

qualidade e o esforço dos produtores da ilha, e, o preço do leite pago aos produtores tem de incluir esse valor. Não foi com as medidas de apoio implementadas por este Governo que o leite pago aos produtores é dos mais bem pagos no País, mas sim, e volto a frisar nesta casa, devido ao processo de reestruturação do setor agrícola em São Jorge e à valorização do produto no mercado.

Os agricultores precisam de receber mais e, além disso, de condições para percorrer todos os dias os caminhos agrícolas. No entanto, os caminhos agrícolas em São Jorge estão em péssimas condições, da ponta do Topo à ponta dos Rosais e a resolução desse problema não tem sido uma prioridade para este Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem do anterior, pelos vistos!

A Oradora: No Plano e Orçamento constam verbas específicas para caminhos rurais e florestais em outras ilhas, o mesmo não acontecendo em S. Jorge.

Sr. Secretário, o que os jorgenses podem esperar em 2025 em relação ao caminho Ponta, Sete Fontes, Farol?

O abastecimento de água à lavoura é outro problema com que os agricultores se debatem, especialmente no verão, numa ilha com inúmeros recursos de captação de água, os “tanques” nas pastagens, como o Sr. Secretário anunciou, não são viáveis para a maioria dos agricultores jorgenses. É necessário, sim, investir em lagoas artificiais, já que a ilha possui todas as condições para o mesmo. Até agora, não vimos qualquer ação por parte do Executivo para aproveitar esses recursos e resolver, de uma vez por todas, esta situação.

O setor agrícola está a envelhecer de ano para ano, precisa de renovação, para isso os jovens precisam de estímulo e apoios concretos.

A falta de energia elétrica nas explorações também preocupa, aumentando os custos de produção e representando um passo atrás na modernização do setor.

Por fim, gostaria de saber qual o ponto de situação da ação de diversidade

produtiva das Fajãs de São Jorge?

Os agricultores açorianos precisam de uma política séria...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*):

Séria?! O melhor preço do leite desde sempre!

A Oradora: ... e concreta para proteger todos aqueles que dedicam os seus dias e o seu tempo a um dos setores mais importantes da nossa economia. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Chaves tem a palavra faça favor.

Deputado Paulo Chaves (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, tendo nós aqui no Plano e Orçamento para 2025, é justo que a oposição faça perguntas ao Governo, mas também é justo que o Grupo Parlamentar do PSD devolva as questões ao Partido Socialista.

E é curioso, estando nós no Plano e Orçamento para 2025, eu ainda não vi uma única medida concreta do Partido Socialista para Agricultura.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): É porque o senhor não tem estado atento.

Deputado José Ávila (*PS*): Quando não se tem nada para dizer é assim.

O Orador: Ainda não ouvi, não vi, foram onze ideias, nenhuma delas estava lá inscrita e, portanto, vou deixar aqui a pergunta para perceber o que é que o Partido Socialista pensa e quer como política alternativa ao setor agrícola, fico a aguardar, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está difícil a seguir ao almoço... Sr. Deputado Paulo Chaves, novamente, tem a palavra.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Bom, eu fiquei à espera, pelos vistos, realmente comprova-se as onze ideias gerais não tinha nada lá, portanto, é um facto, Sra. Deputada Andreia Cardoso é um facto! Você entregou um memorando com onze ideias e nenhuma delas contempla a agricultura, é um facto, é a prioridade agrícola para o Partido Socialista, mas vamos então àquilo que interessa.

Ora connosco deixou de haver rateios e deixou de haver limite ao consumo ao gasóleo.

Deputado José Ávila (PS): Também nas Pescas.

O Orador: ... sabe o que é isso, consumo ao gasóleo, o limite? O teto limite? Anteriormente havia um teto limite para o combustível, neste caso, o plafond que era atribuído aos agricultores, neste momento, deixa de haver, Sr. Deputado António Lima.

Portanto, é uma política pública inédita e desenhada por este Governo de coligação, ou seja, injetar e investir na economia do setor primário de forma direta.

Connosco deixou de haver rateios e deixou de haver limite ao consumo ou gasóleo, como diria eu, não criamos travões ao crescimento da nossa agricultura, como fizeram os governos do PS durante 24 anos. A agricultura nunca foi uma prioridade para o PS, sempre foi um setor remetido para o esquecimento governativo.

O PS nos seus últimos 10 anos de governação, cortou em média 16 milhões de euros aos agricultores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): 16 milhões de euros, é preciso ouvir bem este número.

O Orador: O Plano e Orçamento, porque estamos aqui a debater o Plano e Orçamento para 2025, para a Agricultura contempla a maior dotação orçamental de sempre, são 78 milhões de euros, um aumento de 9,2 milhões de euros relativamente a 2024, o que significa um acréscimo de 13,4 %.

Uma aposta como nunca na nossa Agricultura na Região Autónoma dos Açores. Algumas dessas medidas para 2025, Sra. Deputada Andreia está sorridente, está a gostar, ainda bem, ...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Estou a adorar!

O Orador: ... ainda bem, continuo, não há problema nenhum.

E, portanto, é sempre bom lembrar, Sra. Deputada Andreia Cardoso, eu sei que dói, sei que custa ouvir, mas é bom lembrar, que os rateios não é uma política pública adquirida, é uma política pública devolvida, esse investimento aos agricultores pelo Governo da coligação, portanto isso não caiu de céu, isso não é adquirido.

Neste sentido, continuamos também em apoio em 70 % aos custos de certificação do modo de produção biológico, continuidade do apoio a 80 % às sementes de milho e sorgo, o SAFIAGRA importante para os agricultores, 40 % de apoio direto nos juros e aqui também uma medida inédita, sendo esta a primeira vez que o Governo da coligação teve a hipótese de desenhar o PEPAC, criou então o prémio à instalação de jovens agricultores que fixa-se agora nos 55 mil euros e os jovens em atividade a tempo inteiro, os ATP em 15 mil euros e os apoios máximos passam de 75 para (impercetível). Portanto, Srs. Deputados, muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já te enganaram outra vez Paulo Chaves. Vais ver.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Podemos então avançar para a próxima área. Sr. Deputado Mário Tomé.

(* Deputado Mário Tomé (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Numa Região como a nossa, a Agricultura ocupa um lugar de enorme preponderância na economia das nossas ilhas, sendo também na ilha Pico uma das maiores fontes de rendimento, mesmo apesar dos desafios inerentes à orografia e ao solo.

O Pico é uma ilha cheia de potencialidades, onde o engenho, a dedicação e a resiliência dos seus agricultores e organizações de produtores têm sido fundamentais para desenvolver um setor com grande impacto económico, gerador de riqueza e de emprego, mas também com grandes benefícios ambientais e na paisagem.

O Pico produz produtos de grande qualidade, como a carne, a manteiga, os queijos, o mel e em especial o vinho, que são imagem de marca da ilha e que necessitam de apoios para garantir uma melhor valorização e a sustentabilidade da agricultura da ilha.

Os caminhos agrícolas e o abastecimento de água à lavoura na ilha do Pico são um tema crucial para a agricultura local, especialmente considerando as condições climáticas e a geografia da ilha.

Passados 4 anos e dois ciclos governativos desta coligação, da assunção do investimento no armazenamento de água na Lagoa do Paul das Lajes do Pico, as perguntas que se impõem são as seguintes:

Sr. Secretário Regional da Agricultura, para quando o lançamento da

empreitada numa obra tão importante, não só, para o concelho das Lajes como para a ilha do Pico e também uma explicação, se nessa empreitada que, digamos, por isso solicito essa calendarização que já foi assumida, se prevê também o abastecimento às populações, de acordo com o já manifestado e reivindicado pela Associação de Municípios das ilha do Pico? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Só queria informar o Sr. Secretário Regional da Agricultura, e, também ao Sr. Deputado, vou-lhe dar algo de ler, eu vou ter 15 propostas...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Isso é bom.

O Orador: ... relativamente à sua tutela, porque eu acho que, acho não, acredito que tem mais força, acredito que aquilo que foi apresentado por V. Exa. não cumpre com aquilo que é necessário tanto em termos de agricultura como também de proteção e bem-estar animal. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Bom, vamos avançar. Sras. e Srs. Deputados, eu vou mesmo avançar, os Srs. já me conhecem o suficiente para perceber que eu avanço mesmo. Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. É natural o desconforto que esta área causa ao Partido Socialista...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... porque enquanto o Sr. Secretário explanava o que pretende fazer, muito inquietude houve naquela bancada.

Este é um Governo com resultados positivos e a Agricultura e a Alimentação disso não foge.

E também não me furto em relação ao repto lançado em relação a São Jorge, Sra. Deputada Isabel Teixeira, e bem, falou dos caminhos agrícolas que sempre o assumimos que tem sido efetivamente um problema, que se tem tentado com os meios próprios dos serviços de ilha colmatar as situações mais emergentes e tem-se dado essa resposta, mas efetivamente a questão dos caminhos agrícolas não é de hoje, é já de longa data e tem-se tentado responder e nunca escondemos essa essa dificuldade efetivamente.

Quanto ao abastecimento de água, como é sabido, este Governo já, na anterior legislatura e nesta, fez a requalificação de algumas zonas de abastecimento, algumas que até colapsaram, que foi o exemplo da Cancela D'Água no Topo, por falta de manutenção dos Governos Socialistas aos depósitos que ficavam até rebentar sem ninguém olhar por eles e sem poder mantê-los.

Mas é curioso que não tenha tido única palavra para uma obra que o PS levou décadas a prometer, que era o Matadouro de São Jorge, está a ser uma realidade, está em execução e vai ser uma mais-valia para o setor da carne da ilha de São Jorge.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas nós apostamos num discurso positivo porque os nossos agricultores, este setor merece o nosso profundo respeito e estamos cansados de ver sempre puxar para baixo este setor, a puxar para baixo os nossos

agricultores, é gente trabalhadora, humilde, resiliente e que merece que tentamos levá-los para cima e este Governo tem feito e não vou sequer repetir, aqui já foi algumas coisas ditas, e, eu vou-me cingir só ao ano 2024 para vos dar algum exemplo.

Como eu já referi o Matadouro de São Jorge é uma realidade;

Foi inaugurado o novo Laboratório do SERCLA de São Miguel, num investimento de 2,9 milhões de euros ao abrigo do PRR;

Foram abertas desde julho deste ano candidaturas ao Investimento nas Explorações Agrícolas e Agrorural do PRORURAL+; no valor de 18 milhões de euros.

Avançaram-se com Sessões de acompanhamento ou orientação (Coaching), nas ilhas do Pico, Graciosa, Flores, Corvo, Santa Maria e São Jorge, Terceira e São Miguel, no âmbito do PRR;

Apoiou-se a compra de 13.000 Kg de material fibroso para os agricultores pecuários, durante o inverno rigoroso, no valor 17 milhões de euros.

Foi criada, como foi aqui referido aqui pelo Sr. Deputado Paulo Chaves me muito bem, a Linha de Apoio SAFIAGRI IV, através do qual se apoia em 40% os juros relacionados com empréstimos agrícolas, pagos em 2023;

Continuou-se a promover os produtos açorianos através da Marca Açores, tendo esta estado presente na SAGAL 2024, na Feira Internacional de Agropecuária de Estremoz, no festival “Sentir o Pico”, na Foiling Week, em Itália, na ilha de Santa Maria e recentemente no Cheese World Awards, no qual o Queijo de S. Jorge mais uma vez foi premiado;

Foi renovada a certificação da Gestão Florestal Pública na ilha de São Miguel; Produziram-se, em parceria com a Associação dos Produtores Açorianos de Café, 6.000 plantas de café que serão plantadas em campos de experimentação em várias ilhas;

Foi garantida a candidatura da Melo da Graciosa a produto DOP ou IGP

Avançou-se com a realização do “FÓRUM AÇORES BIO” – edições 2024 e 2025, destinado a produtores, trabalhadores agrícolas, técnicos e público em geral.

É desta forma, na nossa visão, inequívoco, que o caminho que os Açores tem vindo a trilhar no campo da Agricultura e Desenvolvimento Rural é para continuar este bom caminho.

Estão previstos, no total 127 milhões de investimento, que são necessários investir para este Governo de José Manuel Bolieiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por economia de tempo, foco-me em 3 investimentos, que até de certa forma o meu colega Paulo Chaves já aflorou.

A liberalização do consumo do gasóleo agrícola, uma medida revolucionária que permitirá estabilizar preços, fazer descer fatores de produção, sem plafonds nem distinção entre produtores a tempo inteiro e produtores a tempo parcial e que será alargada aos apicultores como beneficiários deste sistema, até agora excluídos;

A abertura de um novo período para a conversão da produção de leite em carne, direcionada principalmente para as ilhas de São Miguel, Terceira e Graciosa, garantindo a oportunidade para o aumento da capacidade produtiva regional, numa verdadeira aposta na diversificação da atividade agrícola e na capacidade exportadora da Região, para fazer face às necessidades do território continental e da vizinha Madeira, por exemplo;

Não menos importante, e essa aí é que causa mesmo muita comichão, é a manutenção de apoios sem rateios aos agricultores, numa cultura de proximidade e de respeito para com o produtor agrícola, de previsibilidade do montante candidatado, deferido e pago.

Importa também deixar muito claro a aposta que este Governo Regional tem vindo a fazer para o bem-estar animal, sendo disso exemplo a certificação dos

matadouros da Região com o selo de bem-estar animal, que já conta com 6 matadouros certificados. Aos matadouros de São Miguel e Terceira, recentemente se juntaram os do Faial, São Jorge, Pico e Santa Maria.

A par destes investimentos, por ação do Governo Regional e desta Assembleia Legislativa, também os trabalhadores dos matadouros viram as suas condições de trabalho melhoradas, com a recente publicação do Regime Jurídico da Carreira Especial dos Trabalhadores da Rede Regional de Abate, que já está publicado em Diário da República, que muita gente aqui duvidou e no passado nunca quiseram fazer.

E se é importante a aposta na diversificação agrícola, é inegável a importância do setor dos laticínios na agricultura da Região. Também aí, o Governo Regional dos Açores tem assumido uma postura de defesa dos interesses dos agricultores e da atividade agrícola, de valorização da qualidade e da certificação da nossa excelência que é o Leite Açoriano e, no que me toca, o Queijo de São Jorge.

Também neste Plano para 2025 pretende-se avançar com a candidatura do Queijo de São Jorge a Património Imaterial da UNESCO.

Recentemente a Uniqueijo veio anunciar a sua intenção de certificar toda a fileira do leite da ilha de São Jorge em Bem-Estar Animal em 2025, num reforço da capacidade produtiva da ilha que, sendo pequena, agiganta-se no contexto regional e nacional, pela qualidade e excelência do seu produto.

Lembro, e, aos interessados que acaba de ser lançado um queijo com 40 meses de cura, em que a oferta não consegue cobrir a procura.

É este o caminho, no nosso entendimento, valorizar a qualidade, dar condições à rentabilidade do produtor, assegurar a sustentabilidade do setor.

O setor agrícola, os nossos agricultores sabem com quem podem contar, e é com esta governação plural, responsável e determinada. Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, tem a palavra faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ora tentando responder rapidamente, Sr. Deputado Francisco Lima, sim, o VITIS ainda não está, não abriram as candidaturas porque o anterior Governo, da responsabilidade do PS, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Outra vez!?

O Orador: ... nunca quis dar mais autonomia aos Açores para fazer a sua própria política na vitivinicultura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E finalmente vamos ter mais autonomia, vamos poder decidir sobre nós próprios, na nossa orientação para a produção de vinho nos Açores, e, que vai ser publicada a Portaria dentro em breve, com as alterações dos Açores e da Madeira, reconhecimento da nossa autonomia, da nossa decisão própria sobre um setor fundamental, o anterior Governo nunca quis, quis sempre afogar e querer estar com a total decisão sobre as regiões autónomas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, a questão do PEPAC, sim, Sr., ainda não temos programa informático, é verdade, esperemos ter em breve, uma responsabilidade do anterior Governo, agora uma responsabilidade deste Governo da República.

Finalmente a questão dos caminhos, sim, o grau de degradação é muito elevado, não começou ontem nem há 4 anos, é um grau de degradação de mais de uma década e, portanto, nós temos cerca de 37 milhões para investir, mas não dá, não dá, qualquer proposta é bem-vinda nesse sentido, porque, de facto, os nossos caminhos rurais, florestais estão em estado de degradação muito elevado, mais em específico no Pico e em São Miguel.

Depois Sra. Deputada Dora Valadão, olhe, Sra. Deputada, é verdade, a Sra. está a dizer que se fez pouco investimento, mas quando se compara o investimento de 4 anos na ilha das Flores, naquilo que é abastecimento de água, caminhos agrícolas, eletrificação agrícola com 4 anos desta governação, sem ter terminado os 4 anos, houve um aumento de 66 % do investimento na ilha das Flores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E Sra. Deputada, a ilha das Flores não tinha nenhum perímetro de ordenamento agrário, criámos dois perímetros de ordenamento agrário na ilha das Flores, estava esquecida, estava esquecida!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E mais, Sra. Deputada, eu não sei como é que a Sra. dorme bem, eu não sei como é que a Sra. dorme bem em consciência, quando cortavam na

ilha das Flores, cerca de 1 milhão de euros por ano aos agricultores dos apoios comunitários.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mais grave que isso, eu não sei como é que a Sra. dorme bem quando a ilha das Flores, caracterizada por pequenas e médias explorações de 2018 a 2020, cortaram 30 euros nos escalões às antigas indemnizações compensatórias...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Bem lembrado!

O Orador: ... e afetou muito os agricultores da ilha das Flores, como é que a Sra. dorme bem? Que consciência é essa?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Se a Sra. está-nos a criticar, está a criticar a governação do PS, não a nossa.

A Sra. está a criticar, acima de tudo, a governação do PS porque fez menos que nós e nós fizemos mais e, portanto, responsabilidade à governação do PS.

Depois, Sra. Deputada Isabel Teixeira, é extraordinário, Sra. Deputada, com aquilo que é os cortes dos apoios comunitários por ano, que eram cerca de 600 mil euros, mais os 200 mil euros do armazenamento ao queijo, dá 800 mil euros que cortavam anualmente aos agricultores e ao armazenamento do queijo, não consideravam o queijo.

A ilha de São Jorge tem o melhor preço leite pago em Portugal desde sempre, desde sempre!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E sabe porque é que isto acontece? Porque nós criamos um incentivo de 3 cêntimos e meio por litro de leite, para o aumento do litro de leite, coisa que os Srs. nunca fizeram, nunca criaram um incentivo à produção de aumento de leite.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Nós vamos inscrever o queijo em Património da Humanidade, e sim Sra. muito bem.

E o Matadouro, Sra.? Que tanto reivindicou, já começou, já começou mesmo com 12.3 milhões de euros já começou e vai ser uma estrutura de abate que vai dignificar os Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, Sr. Deputado Mário Tomé, sim, Sr. Ora, a ilha de Pico também sofreu nas governações do PS, padeceu...

Deputado Mário Tomé (PS): E vai continuar a padecer. E o VITIS? o senhor não fala.

O Orador: ... do mesmo carrasco que cortava em mais de 1,5 milhões de euros aos apoios comunitários dos agricultores da ilha do Pico. Agora o abastecimento de água, quando se compara o investimento na ilha do Pico,

abastecimento de água, caminhos agrícolas, eletrificação, com 4 anos incompletos desta governação aumentou 55 %. Há muito para fazer, mas aumentou, há muito para fazer, mas aumentou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Portanto, quando diz que é pouco está a dizer que as governações do PS durante 24 anos esqueceram-se da ilha do Pico? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas é sempre a ilha do futuro.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Carlos Freitas, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Freitas (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Não era para intervir na área da Agricultura, mas pela intervenção do meu colega Mário Tomé, Deputado Mário Tomé, faz-me tomar a palavra para elencar algumas situações e dar aqui algumas notas no que concerne à Agricultura na ilha do Pico.

E a verdade é que tudo tem um ponto de partida e também no que concerne à Agricultura no Pico, nomeadamente nos caminhos florestais que nós sabemos que estão em muito mau estado na ilha do Pico, o ponto de partida é muito abaixo de zero e é importante que se dê nota que em 2020, final de 2020 quando o XIII Governo tomou posse, tínhamos uns serviços florestais completamente

largados ao abandono a nível de equipamentos, como também com muito poucos recursos humanos.

Importa salvaguardar que o parque máquinas da ilha do Pico, dos serviços florestais era dos melhores da Região e é lamentável da forma que o Partido Socialista, ao longo de mais de duas décadas, deixou aquele parque de máquinas completamente abandonado, e, isto é importante ressaltar, para as pessoas terem noção do ponto de partida que este Governo teve de começar para a realização dos tais e muitos mais de 400 km de caminho florestal na ilha do Pico.

Não foi fácil, não está a ser fácil, todos nós reconhecemos isso e é com muito agrado que vemos um forte investimento para 2025 no que concerne à manutenção da rede viária florestal da ilha do Pico.

Mas, também e ainda na Agricultura, importa ressaltar o empenho do Governo Regional no que concerne ao Matadouro da ilha do Pico, que infelizmente ficou pela segunda vez deserto o concurso, esperamos que abra um novo concurso e que a obra se faça porque sem dúvida vai aumentar a capacidade instalada nesta área na ilha do Pico, que é muito significativo.

E, verdade é que, costuma-se dizer que o caminho faz-se caminhando e já muito foi dito também pelo Sr. Secretário e não há dúvida que imensas medidas foram elencadas pelo Sr. Secretário, que são transversais a todas as ilhas da Região...

Deputado Carlos Silva (PS): Como por exemplo?

O Orador: ... e sem dúvida que essas boas medidas também chegaram à ilha do Pico. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça

favor.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em relação ao preço do leite em São Jorge, Sr. Secretário realmente é dos melhores preços dos Açores, mas o facto não se deve às políticas implementadas pelo Governo, ...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Quando desce a culpa é nossa.

A Oradora: ... deve-se à reestruturação do setor nos últimos 10 anos, à resiliência dos agricultores e à valorização do produto no mercado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em relação ao Matadouro de São Jorge, claro que nós nos congratulamos com o início da obra do mesmo, mas no matadouro anterior foram promovidas obras para que o mesmo fosse certificado, em janeiro de 2020 o Governo do Partido Socialista apresentou o projeto para o novo matadouro e incluiu o mesmo no PRR e os Srs. levaram 4 anos para que esta obra se iniciasse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Isso é que é demagogia, pura e dura.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo.

Sr. Secretário da Agricultura por lapso, esqueci-me de perguntar quando é, e, a pergunta é muito simples, quando é que vai pagar os apoios devidos aos produtores de carne? Que está previsto e que ainda não foram pagos. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Os nossos agricultores percorrem verdadeiros trilhos de resistência, não só pelo esforço das suas longas jornadas de trabalho, mas também pelo estado degradante em que se encontram muitos caminhos agrícolas.

Pode parecer algo secundário para quem não pertence ao setor, mas, quando se enfrentam elevados custos de produção e baixos rendimentos, todos os gastos adicionais pesam de forma significativa na vida dos agricultores.

Esses “caminhos da vergonha”, como alguns o designam, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Exatamente, da *vergonha socialista!*

A Oradora: ... são o reflexo da inação deste Governo: buracos, falta de acessibilidade e de manutenção e promessas por cumprir.

Bem sabemos que nunca estará tudo feito, nem exigimos isso, mas no mínimo o que se esperava era a manutenção do que já existia e a execução de algumas obras estruturantes. Em vez disso, querem fazer-nos crer que, em apenas um ano, vão realizar o que não fizeram em quatro.

É um desrespeito e um incumprimento reiterado perante os nossos agricultores, esses que enfrentam, também, atrasos no pagamento de apoios, cerca de 10 milhões de euros (intempéries, associações, suplemento dos abates) e um défice no SAFIAGRI, que demorou a chegar e o que chega não é suficiente, são

candidaturas de 2,7 milhões de euros para apenas 1,5 milhões de euros orçamentados.

Sr. Secretário, como pretende resolver esta diferença? Mais rateios ou mais adiamentos?

No setor do leite, a ausência de estratégia é alarmante.

Desde janeiro de 2023, o preço caiu 14 cêntimos — mais de 27%. Onde estão as soluções concretas?

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*):

Agora a culpa é nossa, mas quando sobe não temos nada a ver com isso.

A Oradora: O Sr. Secretário António Ventura, quando era Deputado da Assembleia da República dizia, a propósito de uma crise no setor do leite, que o então Ministro da Agricultura era incapaz de resolver o problema, dizendo mesmo e cito: “O Sr. Ministro de voz de leão em campanha eleitoral passou a voz de gatinho enquanto governante”, será caso para dizer que quem agora passou de leão a gatinho perante a crise do setor do leite foi o Sr. Secretário António Ventura? É que os produtores continuam à espera do fundo de garantia ao preço do leite, quando é que vai estar em ação? Quando é que vai-lhes resolver o problema?

E mais, o Sr. Secretário Duarte Freitas, na altura Presidente do PSD/Açores, também em campanha eleitoral dizia e passo a citar: “O PSD/Açores tem propostas e soluções que vamos aplicar quando formos governo”, já estão no Governo há 1.460 dias, quantos mais dias é que precisa para resolver o problema aos produtores de leite?

Os jovens agricultores continuam abandonados. Faltam avisos aos programas de investimento, os licenciamentos demoram anos e as promessas, como o apoio à segurança social anunciado em 2023 pelo Presidente do Governo, Dr. José Manuel Bolieiro, continuam por cumprir.

Investir na agricultura é uma prioridade estratégica, mas diante de desafios

emergentes e estruturais, como a falta de soluções eficazes para garantir um rendimento digno aos agricultores, a estratégia deste Governo resume-se ao alegado fim dos rateios.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): E acha pouco?

A Oradora: Uma falsa estratégia...

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Ah acha pouco?!

A Oradora: ..., porque em bom rigor e é o tempo que o comprova é que o fim dos rateios é apenas uma ilusão.

Porque os rateios não acabaram. Este Governo apenas se limitou a disfarçá-los. Não pagar apoios de 2021, desinvestir em infraestruturas agrícolas e falhar em políticas que respondam aos desafios atuais – é ou não é um rateio encapotado? Sr. Secretário, os nossos agricultores e as associações que os representam não pedem milagres; pedem o cumprimento dos compromissos assumidos! Pedem apoios desenvolvidos na altura certa e pagos a tempo e horas, estratégias claras, caminhos agrícolas em condições, preços justos e políticas que os valorizem. E por acreditar na Agricultura e por defender que apostar na Agricultura é uma opção estratégica, o Partido Socialista tem propostas de alteração para este Orçamento.

Deputado Paulo Chaves (*PSD*): Oh afinal sempre chegaram!

A Oradora: Nomeadamente para o rejuvenescimento da Agricultura com o programa jovem agricultor, para a segurança hídrica, para evitar situações como aquelas que aconteceram este ano em agosto e com a qual o Governo não acautela nem tem previsto medidas para as acautelar...

Deputado Pedro Pinto (*CSD-PP*): Não é verdade.

A Oradora: ... e também para investir no futuro da agricultura, com medidas, nomeadamente na agricultura regenerativa.

A verdade, a verdade é que o Sr. Secretário diz daquela tribuna que se produz

mais e que se vende mais, diz mesmo é um sucesso total...

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*):

Exatamente!

A Oradora: ..., mas deve ter sido numa das suas viagens ao futuro com certeza, porque no presente os agricultores continuam com os mesmos problemas, continuam com as mesmas dificuldades e continuam com o rendimento baixo, eu digo mesmo, os agricultores concordam, é um fracasso as suas políticas. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Começo a minha intervenção, e, depois da intervenção que me antecedeu, acho que o Partido Socialista vai ter que se entender, ou bem o preço do leite é um preço bom e o Governo não tem nada a ver, mas se o preço é mau, ...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não é verdade. Esses malabarismos linguísticos não lhe ficam bem!

A Oradora: ... a culpa é do Governo e por isso vão ter que se entender.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas depois dizer que nas suas intervenções, e, que tem sido habitual, primeiro, é impressionante que não reconhece uma medida, uma única

boa medida que este Governo tenha feito no setor da Agricultura e isso é que é inacreditável, Sra. Deputada.

Depois dizer que, nos seus discursos sucessivos sobre a Agricultura, nunca se percebeu, é a favor ou é contra o fim dos rateios? Concordava com os rateios que o seu partido fazia? É isso que a Sra. sucessivamente quer dizer, até aparece que não concorda com o fim dos rateios deste Governo de coligação, mas concordava com os rateios que o seu Governo fazia e em que os agricultores não tinham previsibilidade.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Depois vem falar dos jovens, que é uma preocupação do Partido Socialista em relação aos agricultores, ao incentivo aos jovens agricultores, nem mesmo assim conseguiu reconhecer a importância da medida deste Governo em apoiar em 55 mil euros os jovens a tempo inteiro e uma medida inédita em 15 mil euros aos jovens que não se instalem a tempo inteiro, coisa que nunca aconteceu, mas nem isso a Sra. é capaz de reconhecer, isto é que é política séria.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Isto é que é política séria, Sra. Deputada e a Sra. sabe, porque a Sra. é do setor e conhece o setor.

Depois dizer, quanto ao fim dos rateios e que são rateios encapotados, não, Sra. Deputada, o fim dos rateios é uma opção deste Governo, é um esforço deste Governo Regional de 16 milhões de euros, de 16 milhões de euros.

O fim do teto ao gasóleo foi uma medida importante que a Sra. não é capaz de reconhecer e mais, em relação à diversificação da agropecuária, o apoio na compra das sementes do milho, o apoio na questão da certificação biológica, um passo importantíssimo para a nossa Região no setor agrícola, na diversidade, da sustentabilidade deste setor, também não é capaz de reconhecer, a questão da instalação das pastagens biodiversas, que é um passo importantíssimo para a nossa Agricultura.

Mais, da questão também que este Governo é que repôs os valores às ajudas das zonas com condicionantes específicas e naturais, que foi uma medida deste Governo que os Srs. tinham cortado, foi este Governo que repôs esse valor, isso sim, é no rateio também encapotado, Sra. Deputada, é no rateio encapotado.

Mas, relativamente, e, porque o tempo passa, é relativamente à questão de São Jorge, sem dúvida que o passo do matadouro e também temos que dizer que este espaço temporal, o concurso ficou deserto diversas vezes...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Ora bem!

A Oradora: ... e também o esforço deste Governo Regional de a obra que vai situar em 12,5 milhões de euros, é preciso também dizê-lo, a questão dos caminhos agrícolas já foi reconhecido, que realmente é preciso fazer uma intervenção, uma manutenção, tem sido feito um esforço que é preciso continuar a trabalhar nesse sentido.

Mas também é este Governo que também numa valorização daquilo que é a nossa joia da coroa, que é o Queijo de São Jorge, a candidatura do Queijo de São Jorge a património imaterial da UNESCO, um passo também muito importante neste caso, em particular para a ilha de São Jorge, deste que é um

produto de excelência, que é a imagem de marca da nossa ilha e da nossa Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Leal, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Luis Leal (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário da Agricultura e Alimentação, no dia 2 de agosto de 2024, V. Exa. confirma perante o Diário Insular, um apoio extraordinário no âmbito da Marca Açores ao Barbarensense e Boa Viagem de 60 mil euros, 40 mil euros ao Boa Viagem, 2.350 euros ao Marítimo. Sr. Secretário disse que estava para breve esse despacho, vai existir ou não vai existir? Será alargado...

Deputado Carlos Silva (PS): Com rateios ou sem rateios?

O Orador: ... o âmbito desses apoios a outros clubes desportivos da Região Autónoma dos Açores, sim ou não? Isto é fundamental, porque além destas equipas estarem a ver completamente atrasados apoios no âmbito ao Desporto têm sido dos bolsos dos próprios dirigentes que têm acatado as despesas diárias e o Barbarensense, o Marítimo e todas as equipas dos Açores merecem a dignidade da expectativa que foi gerada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional da Agricultura e

Alimentação, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (*António Ventura*):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, muito se queixa o PS dos investimentos na eletrificação, nos caminhos e no abastecimento de água.

Ora, quando comparando o investimento regional dos 4 anos de 2017 a 2020 e comparando esta legislatura com a anterior 2021 a 2024 e com o ano 2024 incompleto, nós temos um acréscimo de investimento de mais 3 milhões 248 mil 216 euros e 94 cêntimos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E sem o PRR?

O Orador: ... mais 22% comparativamente ao vosso tempo da governação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isto significa que, não estão a criticar esta governação, estão a criticar aquilo que não fizeram no passado, a vossa inércia, a vossa falta de investimento relativamente aos estado dos caminhos, por isso é que chega a este momento o estado de degradação.

Mas vamos mais à conservação, em 2020, nos Açores gastou-se 460 mil 864 euros em conservação, em 2021 694 mil, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E em 2019?!

O Orador: ... em 2022 852 mil e em 2023 872 mil, temos gasto mais dinheiro, investido mais dinheiro na conservação, relativamente à vossa governação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... e, portanto, a vossa crítica é, acima de tudo, a assunção da vossa inércia perante estas áreas, acima de tudo, a assunção da vossa inércia, do vosso descuido e da vossa falta de investimento, senão vejamos a questão dos rateios, só em 2020 foram 20.5 milhões que cortaram aos agricultores.

Nós podemos ter algum atraso, mas não cortamos, pagamos!

Deputado Carlos Silva (PS): Então pague. O senhor não paga a ninguém!

O Orador: Os Srs. anunciavam, anunciavam e cortavam e cortavam.

E alguma vez a governação do PS atribuiu diretamente aos produtores 1 cêntimo e meio?

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o senhor vai atribuir agora em relação à Terceira ou não?

O Orador: Quando houve a crise de leite? Já houve várias crises de leite na nossa história nos Açores e nunca, nunca uma governação do PS atribuiu um apoio direto aos agricultores, aos produtores de leite como nós, foi um cêntimo e meio que custou-nos 5 milhões de euros esse 1 cêntimo e meio, porque de facto é uma justiça e eles merecem.

Relativamente à segurança social, bom, eu não percebo, o PS chumbou nesta Casa uma proposta dos partidos da coligação que propõe ao Governo da República uma redução nas contribuições à segurança social dos produtores de leite, chumbou nesta Casa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E agora pede ao Governo que faça aquilo que chumbou, aquilo que não queria, o PS chumbou nesta Casa a contribuição.

E, Sra. Deputada, sim, a única redução que aconteceu a nível dos Açores foi

por proposta minha na Assembleia da República durante 3 meses, 50% da redução das contribuições de leite para os produtores de leite...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... aprovada na Assembleias da República por proposta minha, Sra. Deputada.

A inércia e a falta de atenção dos Governos da República era algo de facto terrível.

Deputado Carlos Silva (PS): Já receberam os 200 milhões da República?

O Orador: Nós, efetivamente é necessário tirar esta conclusão que elucida bem aquilo que é a governação do PS, nós governámos muito melhor com o passado do PS e governamos melhor quando o PS se propõe a governar, reparem, governamos mais que no passado melhor e governamos muito melhor quando o PS que propõe a governar, basta ver o programa eleitoral do PS, antes, achavam que o fim dos rateios, e, eu vi várias vezes em Comissão, não havia fim nenhum dos rateios, bom aparece a primeira proposta do programa eleitoral do PS é fim dos rateios, fim dos rateios, bem-vindos, admitiram que estavam a prejudicar os agricultores, fim dos rateios.

Depois, no gasóleo agrícola, há uma proposta no programa eleitoral que é reformular o plafond do gasóleo agrícola, não é terminar com o teto, é reformular o plafond, a palavra plafond está, nós de certeza que vamos ver no próximo programa eleitoral do PS, a palavra plafond desaparece e é o gasóleo agrícola ilimitado que nós estamos a fazer e, portanto, nós fazemos escola, ou seja, com uma linguagem agrícola, nós somos o trator e os Srs. são os atrelados, porque vêm sempre a reboque.

(Aplausos e risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares tem a palavra.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário da Agricultura e Alimentação, à semelhança das outras ilhas dos Açores, Santa Maria foi esquecida na requalificação dos caminhos agrícolas, e, vou falar agora é dos seus compromissos, vou falar dos seus compromissos na Lapa de Baixo, os agricultores aguardam a recuperação do acesso ao reservatório de água e que, apesar do município ter cumprido com a sua parte do protocolo do IROA, este nada tem feito em Santa Maria, e, pegando nas suas palavras, Sr. Secretário, aqui o trator foi o município de Vila do Porto, mas a trela nem vê-la, a trela nem vê-la, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Em Santa Maria a trela nem sequer aparece ao fundo do túnel. Em São Pedro, o Sr. Secretário presencialmente prometeu em 2023, nem estou a falar em 2024, em 2023, prometeu na Canada das Senhoras, na Canada de Mateus de Almada, com o apoio da Junta de Freguesia, requalificar os caminhos, a Junta de Freguesia cedeu os seus inertes e o Sr. nada, não fez até agora nada!

Mas ainda mais, quem está em falta com os agricultores e com os agricultores marienses é o Sr. Secretário, apenas 25 % do orçamento previsto para 2023 foi

executado em Santa Maria, Sr. Secretário...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Já não é mau!

A Oradora: ... e pergunto-lhe se vai investir, se vai acrescentar naquilo que tem planeado para 2025 os 2 milhões de euros que ficaram por executar em Santa Maria em 2023, tendo em conta aquilo que prometeu no início do plano e aquilo que ficou por executar, o papel leva tudo, Sr. Secretário, mas executar é que é preciso. E mais lhe alerto, infelizmente, para os seus serviços terem alguma execução em Santa Maria este ano estão a ser apoiados pelas entidades locais por terem falta de dinheiro para poderem executar aquilo que têm no seu plano.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Regional. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar a próxima... Sr. Deputado José Toste, faça favor.

(*) Deputado José Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, desde janeiro que um troço de bagacina é a única ligação possível entre a Serreta e o Raminho.

Em julho, o Sr. Secretário afirmou, relativamente à asfaltagem daquele caminho, “A obra inicia-se esta semana, com os trabalhos preparativos e esperemos que até ao final do ano a obra esteja concluída”, até hoje não se iniciou o prometido asfaltamento.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Já está adjudicado.

O Orador: Na semana passada, os terceirenses ficaram a saber, pela Sra. Secretária Berta Cabral, que a Estrada Regional vai manter-se encerrada

indefinidamente, e, já se percebeu que até ao final do ano o caminho alternativo não estará asfaltado.

Sr. Secretário, uma vez que é responsável pelos caminhos florestais e foi quem, em nome do Governo, em julho, se comprometeu com o início da obra e o asfaltamento até ao final do ano, pergunto-lhe, dando-lhe a possibilidade de renovar o prazo da promessa já incumprida, quando vai estar asfaltado o caminho alternativo, Sr. Secretário?

E aproveito a oportunidade, porque é público, a perda de rendimentos dos produtores de leite na Terceira, o Partido Socialista tinha uma estratégia para a valorização, assente no fomento da concorrência. O Sr. Secretário reconhece a existência de um monopólio, no entanto, o que fez o Governo para combater esse monopólio? Além do zigzague relativamente à classificação como Projeto de Interesse Público Regional da nova fábrica, primeiro retiraram o PIPR à nova fábrica e depois recuaram com a atribuição do PIPR, que há 6 meses desta fábrica, sim, foi isso que aconteceu, foi retirado o PIPR à nova fábrica e houve um recuo com a atribuição desse reconhecimento como Projeto de Interesse Público Regional de uma fábrica que há 6 meses que já devia estar a laborar e não está. No entretanto, enquanto não surge o mercado concorrencial, que medidas de mitigação da perda de rendimentos dos produtores serão implementadas pelo Governo Regional? Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Rodrigues, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Rodrigues (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Realmente também não estava para intervir nesta área, mas realmente, depois de ouvir a Deputada Joana Tavares, traz-me aqui à memória 12 anos...

Deputado João Vasco Costa (PS): De má memória.

O Orador: ... da minha estada na Câmara Municipal de Vila do Porto, e, é com surpresa, reconheço efetivamente que os caminhos referidos não estão em bom estado, mas é com grande espanto que verifico que passou a haver muito mais caminhos agrícolas em Santa Maria do que no tempo que eu presidia à Câmara Municipal de Vila do Porto, essa grande obra que a Sra. refere que a Câmara Municipal tem vindo a fazer, não sei qual é, não é visível.

O Caminho da Lapa, quando nós chegamos à Câmara, tinha sido refeito pelos serviços florestais, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Fizeram um vídeo.

O Orador: ... a partir do dia que nós tomámos posse, passou a ser municipal, havia um delegado, também tem para si se quiser, depois, também tem para si aqui.

Portanto, mas fico satisfeito efetivamente, finalmente temos caminhos agrícolas em Santa Maria que não havia, havia eram quase todos municipais, o resto eram as canadas, a Canada das Senhoras, as canadas que referiu, eram limpas pela Junta e pagas pela Câmara Municipal de Vila do Porto, Sra. Deputada, não se desconcentre...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Eu não me desconcentro, eu ouço.

O Orador: ... A Canada das Senhoras, que eu suponho que deve saber onde é que fica, eram limpas pela Junta e pagas pela Câmara Municipal de Vila do Porto até 2021, era só para lembrar.

Olhe e sobre Agricultura em Santa Maria, na posse deste Governo, temos tanta coisa para dizer, nunca foi tão florescente, nós tínhamos, é verdade, é verdade, é óbvio que no tempo do Partido Socialista fez muita coisa boa, chegou-se a comprar terrenos duas vezes para ajudar a cooperativa.

(Aplausos e risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O mesmo terreno foi comprado duas vezes, portanto... e sabe do que é que eu estou a falar, não é!? Umas empresas que havia por aí de imobiliária, acho que isso ainda não está resolvido, portanto, umas imobiliárias que o Governo tinha aí.

De maneira que, é óbvio, Sr. Secretário que a gente aguarda que, já falei consigo também sobre isso, a segunda fase do caminho de faixa é preciso fazer, há um caminho no poço grande em Santa Bárbara, que também é preciso fazer, portanto, infelizmente, o equipamento adquirido pelo Diretor dos Serviços Florestais naquela altura, que ele gostava muito de brincar com máquinas, comprou uma central de asfalto que está lá para criar coelhos...

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: ..., portanto, tenho dito. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): O senhor continua no atrelado, não se preocupe!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-

Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ora, tentando responder às questões colocadas, Sr. Deputado José Toste, é, de facto a crítica, quando não se tem nada para se criticar, critica-se pelo atraso de um mês, ora, o caminho foi adjudicado a semana passada, no valor de 400 mil euros para se iniciar em breve.

Deputado José Toste (PS): Mas não era para iniciar. Era para concluir!

O Orador: E, portanto, Sr. o que está a dizer é que o caminho estava pronto em dezembro, vai estar pronto em janeiro, ah isto é que é a crítica do PS? Isto é que é a crítica do PS? É o atraso de um mês.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, quando não se tem nada para criticar, pega-se por um dia, 24 horas, um mês, bom isso é ridículo.

E depois, relativamente à nova fábrica, a nova fábrica, nós estamos a resolver um problema que foi uma falta de cumprimento da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo comprometeu-se a investir, a realizar a ETAR e deu um passo atrás, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ...não realizou, tivemos que abrir um aviso no PRORURAL+ ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... de 10 milhões de euros para essa nova fábrica se candidatar e se candidatou para resolvermos o problema e, portanto, é uma falta de compromisso da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que deu um passo

atrás, pergunte aos dirigentes, nós tivemos que urgentemente abrir um aviso de 10 milhões de euros para resolver o incumprimento, a falta de palavra da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ...isso foi o que aconteceu. Depois, Sr. Deputado Luís Leal, sim, eu já tinha dito em Comissão, nós estamos a fazer a fazer o enquadramento legislativo, o enquadramento jurídico para atribuir aquilo que eu tinha dito que iríamos atribuir aos quatro clubes desportivos.

Sra. Joana Pombo, em fevereiro de 2024, houve eleições antecipadas...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Em 2023, Sr. Secretário! Os seus serviços andam a pedir a outras entidades para darem inertes para acabar a obra! Oh Sr. Secretário por favor!

O Orador: ... porque os Srs. votaram contra o Orçamento Regional, só tivemos o Orçamento em julho, não se faz uma estrada em três dias, nem uma semana, nem em um mês, nem em dois meses, em 2024 há um atraso na execução de investimento dos caminhos por causa da vossa irresponsabilidade de ter chumbado o Plano e Orçamento para 2024. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, eu penso que não foi propositadamente, porque o Sr. obviamente respondeu a um conjunto de questões aqui que foram levantadas, mas é a questão que eu levantei, penso que é importante, a Lagoa do Paul, para quando o Governo prevê o lançamento da empreitada e se essa empreitada contempla só o abastecimento de água à lavoura ou também, vindo ao encontro da intenção dos municípios da ilha do Pico, se contempla também o abastecimento às populações. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (*António Ventura*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tem razão, Sr. Deputado Mario Tomé, para a ilha do Pico está previsto não só um investimento na Lagoa do Paul, mas também na Serra das Velhas, dando razão aos três concelhos, e, efetivamente os projetos já estão executados, ou seja, no âmbito da Lagoa do Paul, não está o da Serra das Velhas e será candidatado ao PEPAC, que terá um apoio de 80%.

Também vamos candidatar parte deste investimento no abastecimento de água ao fundo ambiental, sim, e também, penso que está articulado, e, aí não dou com certeza, mas penso que está articulado com as câmaras municipais a questão do abastecimento de água também às populações. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governos.

Há uma questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário da Agricultura, mais específica de uma situação da ilha de São Miguel, que diz respeito ao processo

de expropriação para a construção da “Variante a Capelas”.

Este processo deixou os agricultores de São Vicente, Capelas e Santo António desamparados, desamparados no sentido que vão ficar com terrenos cortados ao meio, explorações inviabilizadas e até o próprio emparcelamento fica comprometido, sentem-se traídos e injustiçados, porque não foram tidos em conta neste processo nem com eles foi negociado praticamente nada.

Sr. Secretário, considera aceitável o valor de 5,50 euros a pagar por metro quadrado a estes agricultores?

Será que este valor cobre os prejuízos que eles irão enfrentar?

Tiveram um impacto o efeito que isto tem nestas famílias, e, Sr. Secretário, que ações concretas tomou para defender os interesses legítimos destes agricultores?

Há outra questão que também gostava de deixar, também diz respeito à questão dos jovens agricultores, dizem aqui que é uma medida inédita o pagamento de 40 mil euros para os ATP e 15 mil euros para os não ATP, não podem somar porque não dizem respeito ao mesmo agricultor, eu vou repetir, um jovem agricultor com esta medida não recebe 55 mil euros, ou recebe 40 se for a tempo inteiro...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): A senhora está enganada! Que falta de conhecimento!

A Oradora: ... ou recebe 15 se for em tempo parcial.

E se nós formos comparar com o PRORURAL até um jovem agricultor no anterior Quadro Comunitário recebia mais, porque recebia 50 mil euros e eu vou fazer chegar à Mesa o documento do PEPAC que comprova exatamente aquilo que eu estou a dizer.

Relativamente aos pagamentos, ou melhor, ao investimento dos caminhos agrícolas, Sr. Secretário, isto não é uma questão de herança, é uma questão de gestão política, é uma questão de escolhas e o Sr. Secretário já governa há 4

anos, fez as suas escolhas, estes foram os investimentos que o Sr. fez...

(A Deputada Patrícia Miranda exhibe perante a câmara um gráfico)

A Oradora: ... a nível de infraestruturas agrícolas, e, como podem ver foi sempre a descer, porque em 2019...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Isso está ao contrário.

A Oradora: ... nós estávamos no topo e em 2023 nós estamos cá em baixo. Não é à toa que em 2023 foi este Governo que decidiu não pagar ao IROA quase 2 milhões de euros, faz falta ou não faz falta aos investimentos agrícolas? Relativamente à estratégia do leite, bom, foi este Governo que se assumiu como promotor do leite, em 2021 pagou para produzir, em 2022 pagou para não produzir, quando o preço do leite começou a subir por questões de mercado, veio o Governo em pompa e circunstância reclamar os seus métodos, seis meses depois, o preço do leite começou a descer, o Governo veio dizer alguma coisa sobre esse assunto? Veio dizer que a culpa é sua? Claro que não! A culpa é do mercado, são das indústrias que não pagam o preço justo, não, Sr. Secretário, o Governo não tem competências para interferir no preço de leite, nem quando sobe nem quando desce, mas pode e deve fazer pressão junto da indústria e da distribuição, não pode, é apenas vir para a comunicação social dar palmadinhas nas costas aos agricultores e dizer que está do lado deles, quando depois, no final das contas, não fazem nada, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor.

(*) Deputado Paulo Chaves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo.

Eu vou explicar devagarinho, com calma, para a Sra. Deputada Patrícia Miranda perceber então do que é que estamos aqui a falar.

PEPAC foi agora sim, criado e desenhado por este Governo de coligação, Sra. Deputada, anteriormente o apoio fixava-se nos 40 mil euros...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): O máximo!

O Orador: ..., neste momento passa para os 55 mil euros, são mais 15 mil euros...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): A todos os agricultores!

O Orador: ..., e, nos ATP, atividade a tempo parcial, fixava-se nos 10 mil e agora passa para os 15 mil.

Eu não consigo perceber onde é que a Sra. Deputada não consegue atingir.

Portanto, há um aumento significativo no investimento dos novos agricultores e era isto que eu queria novamente referir para ficar bem claro a quem nos ouve lá em casa. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Soares, faça o favor.

(*) Deputado Luis Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sra. Deputada Patricia Miranda tem que se entender com a Sra. Deputada Isabel, é porque há bocadinho quando o Sr. Secretário falou do preço do leite

em São Jorge, a Sra. Deputada Isabel diz que não tinha nada a ver com o Governo, tinha a ver com os produtores, com a resiliência e muito bem.

O preço do leite está baixo a sua colega de bancada diz que a culpa é do Governo que o Governo tem que fazer qualquer coisa, portanto, têm que estudar melhor essa lição porque ela efetivamente não está..., portanto, vão ter que se entender relativamente a essa matéria.

Depois há aqui uma coisa que eu já é a segunda vez que eu ouço o Sr. Deputado José Miguel Toste...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E há de ouvir todas as vezes que forem precisas.

O Orador: ... vir a esta Assembleia falar da estrada do Raminho à Serreta, sim, com toda a legitimidade que tem, com toda a legitimidade que tem, mas com uma falta de sensibilidade que tem, porque legitimidade não é sensibilidade, aquilo é uma obra extremamente complexa, é preciso ir lá, é preciso estar lá, verificar o que é que se está lá a fazer, porque há aqui uma pressão constante para que aquela estrada seja aberta, para que aquela acessibilidade seja aberta, e, a verdade é que aquilo é extremamente complexo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quer ver o vídeo? Complexidade num caminho alternativo?!

O Orador: ... não se pode assim, vamos pôr vidas em risco à conta da evacuação, porque pode haver perda de vidas, quer dizer, isso é de uma incongruência, uma coisa medonha.

Aquilo é uma situação muito complexa, que necessita de ser trabalhada com muito, muito cuidado e não é com pressões políticas.

Portanto, eu acho que essa questão da estrada do Raminho, asfaltagem sim, criar uma alternativa, sim, estamos completamente de acordo, completamente de acordo, agora relativamente àquela ligação, quem chegou lá primeiro e pôs

lá os blocos e as grades e as fitas foi a Câmara Municipal de Angra, sabia bem o que é que estava a fazer, se estava a preparar a pressão a seguir, isso aí já não é legítimo. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Creio não existirem mais inscrições. Sr. Secretário Regional da Agricultura tem a palavra, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, relativamente à política para o setor leiteiro, importa perceber aquilo que as governações do PS faziam e o que é que nós fazemos, as governações do PS faziam o mais fácil, faziam os chamados resgates leiteiros, terminavam com a laboração, terminava com os produtores, retiravam os produtores do setor, foram vários os resgates leiteiros efetuados, reduzindo o número de produtores. Nós não, nós mantemos o número de produtores fazendo um apoio à redução da produção de leite, uma reconversão e um apoio direto de um cêntimo e meio, esta é a diferença, tiravam pessoas do setor, nós mantemos as pessoas no setor com o apoio, criamos dignidade.

No passado, fazia-se a política mais fácil, fazia-se resgates, retiravam-se todos os produtores para estarem de sofá, sem estarem a produzir, e nós hoje estamos a padecer por isso, por causa desses vários resgates leiteiros que foram efetuados.

E, Sras. e Srs. Deputados do PS, nós podíamos ter mais 2 milhões de euros no Orçamento para caminhos e não temos porque estamos a pagar uma multa de 2 milhões de euros...

(Neste momento, o Secretário António Ventura exhibe um documento)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Outra vez?!

O Orador: ... de irregularidades processuais, por várias irregularidades processuais na análise de projetos de investimento. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Pergunto se há mais inscrições? Creio não existirem, vamos avançar para a próxima área governativa...Sra. Deputada Patrícia Miranda, foi por um triz.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, eu fico a aguardar ainda as respostas do Sr. Secretário...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Pode-se sentar!

A Oradora: ... relativamente à “Variante a Capelas”, porque de facto é importante, eu fiz uma questão diretamente ao Sr. Secretário da Agricultura, enquanto governante responsável pela pasta da Agricultura, e, relativamente aos resgates leiteiros, sempre que o Sr. Secretário se levanta e fala da política de resgates leiteiros aplicada em anteriores governações, está a desrespeitar não só os agricultores, mas também as próprios associações que os defendiam e defenderam essa medida.

E, ainda lhe digo mais, o Sr. sabe muito bem que medida é que foi essa e aquilo que implicou e não é à toa que o Sr. Secretário agora também defende resgates leiteiros em determinadas ilhas dos Açores, nomeadamente na ilha do Pico e

também ainda lhe digo mais, na altura, era também o Sr. Secretário Duarte Freitas Presidente do PSD/Açores e também na altura falava em resgates leiteiros para aplicar nos Açores, portanto, um conselho, que os Membros do Governo se entendam para bem dos açorianos, disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então avançar para a próxima área governativa, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas faça favor, Sr. Professor Mário Rui.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Os setores do Mar e das Pescas têm vindo a afirmar-se como de grande relevância para a Região, com passos muito concretos nessa afirmação, como o caso da recente publicação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para a subdivisão dos Açores ou a recente revisão da Rede das Áreas Marinhas Protegidas.

Em 2025, o objetivo é aumentar a ambição e é com esse objetivo, que apresentamos, no âmbito do Plano e Orçamento para a Secretaria Regional do Mar e das Pescas, um valor total de 45 milhões de euros, dos quais se destacam 28 milhões de euros, que correspondem ao desenvolvimento do Cluster do Mar dos Açores, projeto que se afirma como absolutamente estruturante para a Região e, até para o país, onde se inclui a aquisição de equipamento para o novo navio de investigação e a construção do centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao mar (Tecnopolo MARTEC), no âmbito do PRR, ou a construção do Centro de Experimentação de Tecnologia dos Açores e a definição da Zona Livre Tecnológica dos Açores.

Estes instrumentos estão intimamente interligados com as restantes ações do plano, no que diz respeito à capacidade de dar resposta aos compromissos da Região, à necessária e fundamental relação com a ciência no apoio à decisão ou à determinante implementação de estratégias de inovação e desenvolvimento da economia do mar.

O ano de 2025 será determinante para a definição da estratégia da Região relativamente à economia do mar. Além da criação do Hub Azul Açores, em 2025 pretende-se definir as linhas de operacionalização de todo o Cluster do Mar dos Açores, ou melhor dizendo, de definir a forma como todo este ecossistema se relaciona criando valor acrescentado, desde a cadeia de produção à cadeia de inovação e desenvolvimento.

O XIV Governo Regional dos Açores tem trabalhado arduamente num conjunto de políticas para conhecer e valorizar o Mar dos Açores.

Para 2025, no que toca a conhecimento e valorização, saliento um conjunto de projetos a realizar que visam dar resposta à Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha, os projetos que visam mitigar o impacto da poluição luminosa, que visam implementar melhores práticas para a redução do 'Bycatch', ou que visam implementar novas atividades de ecoturismo marinho ou atividades que promovam a sustentabilidade do ambiente costeiro e a economia circular.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Existem também um conjunto de novos projetos que visam precisamente dar resposta a desafios que o setor enfrenta como a gestão dos resíduos marinhos ou a recolha de dados.

Na partilha de conhecimento e valorização, nota também para a relação e a

comunicação com a comunidade, em eventos como a Semana das Pescas, o Conselho Regional das Pescas ou a participação nas reuniões ICCAT.

No que diz respeito às infraestruturas de apoio às pescas, destaca-se o contrato-programa com a Lotaçor, Serviço de Lotas dos Açores SA., empresa parceira e estratégica para a Secretaria Regional em todas as ilhas, que tem vindo a fazer um apurado e importante trabalho de recuperação e manutenção de um conjunto de equipamentos que são absolutamente fundamentais, para assegurar a sustentabilidade do setor.

Em termos de frota e recursos humanos, nota para o fundo de compensação salarial, a aposta na formação do setor das pescas e ainda a disponibilização de um sistema de incentivos ao setor da pesca financiado pelo PRR, destinando a financiar a renovação da frota ao nível da eficiência energética, a implementação de procedimentos digitais nas infraestruturas portuárias e a disponibilização de equipamentos para a recolha de resíduos provenientes da atividade da pesca.

De relevar, ainda, o apoio às associações do setor das pescas, o ‘rosto’ da Secretaria junto das comunidades piscatórias, que ascende a quase um milhão de euros. Aqui, permitam-me reconhecer o importante papel associativo do setor das pescas e agradecer a disponibilidade destas organizações para, em coletividade, contribuírem para a resolução de problemas específicos das comunidades piscatórias, incluindo-se no papel decisório.

Destaque também para o MAR 2030, um vasto sistema de incentivos ao setor já disponível, incluindo em específico o regime de compensação aos operadores do setor das pescas e da aquicultura pelos custos adicionais de produção resultantes da agressão da Rússia contra a Ucrânia.

O apoio à Escola do Mar dos Açores continua a ser uma aposta do XIV Governo Regional dos Açores, na medida em que esta instituição se tem vindo a afirmar na excelência da formação, promovendo um aumento de formação disponível,

captando mais alunos e projetos formativos.

No que diz respeito à gestão e licenciamento marítimo, à digitalização de processos, à disponibilização de equipamentos de apoio ao mergulho e à promoção de ações de sensibilização e formação e à participação e organização de reuniões de trabalho, é também importante dar nota do investimento realizado por este Governo nestes projetos.

Finalmente, no âmbito da gestão e requalificação costeira, mantemos preocupações com a gestão das zonas balneares que estão sob a responsabilidade do Governo Regional e terminaremos o estudo sobre a alga invasora ‘*Rugulopteryx okamurae*’, que está a ser desenvolvido pela Universidade dos Açores e cuja conclusão prevemos que ocorra no prazo fixado, em junho do próximo ano.

Assim, relativamente ao Mar, o XIV Governo Regional, evidencia aquele que tem sido o desígnio deste Governo ao afirmar o Mar como uma economia de futuro e de extrema importância para a Região Autónoma dos Açores. A aposta no conhecimento e na valorização através da disponibilização de infraestruturas, demonstra ser o caminho correto para um setor mais sustentável. Inovar e desenvolver o nosso mar é a nossa principal aposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado José Sousa do CHEGA.

(*) Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Governar significa ouvir as pessoas e os seus legítimos representantes. Constatamos, com alguma desolação, que os sucessivos orçamentos regionais

não dão a devida atenção às reivindicações dos conselhos de ilha, podendo haver o risco de tal ser entendido como uma governação de costas voltadas para os reais problemas das pessoas.

As visitas oficiais do Governo não se podem transformar numa feira de promessas, num mar de desculpas e no empurrar com a barriga para a frente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: É necessário falar a verdade às pessoas, mesmo que isto custe bastante.

Os nossos pescadores já eram vítimas do mar, do vento e das tempestades, passaram agora também a ser vítimas do fanatismo ambiental e ideológico, e a ser empurrados para o servilismo dos tecnocratas da Europa e para a subsidi dependência.

O inimigo já não está no mar, nas intempéries e nos infortúnios. O inimigo agora está nos gabinetes, nos estudos falaciosos e num mar de gente que gravita à volta da pesca, mas que nada lhes acrescenta. Os pescadores sentem-se abandonados por este sistema de prioridades invertidas. O aparato burocrático que gira à volta da pesca consome mais recursos que aqueles que são realmente investidos nas infraestruturas marítimas e de apoio.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade!

O Orador: Enquanto os nossos pescadores e as empresas marítimo-turísticas, vivem na penúria, com gruas e infraestruturas degradadas e desajustadas à atualidade, desviam-se milhões da pesca para estudos inúteis e para sustentar a Lotaçor, com milhões de prejuízos anuais, uma empresa totalmente subsidi dependente com milhões de prejuízos anuais que não para de aumentar a sua estrutura de custos e mordomias dos seus administradores que de pesca pouco ou nada percebem.

Os projetos que realmente poderiam aumentar o rendimento e a valorização do nosso pescado, como a venda eletrónica, não saem da gaveta, porque não dá

jeito a alguns senhores que dominam a compra de pescado na Região.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor está a acusar este governo de ser de lobbies?

O Orador: Após a aprovação nesta Casa, com o voto contra do CHEGA, da extensão das Áreas Marinhas Protegidas para até 30%, os nossos pescadores vão ficar ainda mais condicionados na pesca.

Ainda esta semana a União Europeia discute a possibilidade de fazer um corte de 30% na quota do Goraz, para os Açores, a juntar aos cortes dos anos anteriores, com consequências dramáticas para o rendimento dos nossos pescadores.

O Sr. Secretário das pescas, aqui presente, ainda acredita que a República vai reforçar a fiscalização no mar dos Açores, acreditar nisso é acreditar em milagres, ...

Deputado José Pacheco (CH): Ou no Pai Natal!

O Orador: ... como a época assim o permite, é acreditar no Pai Natal, algo que dificilmente vai acontecer, até porque não há meios disponíveis, nem vontade política.

Como a pesca serve de catalisador a outras atividades conexas como o turismo, investir na pesca é investir no turismo e na nossa gastronomia. Não podemos só apostar nas atividades contemplativas e dismantelar as atividades extrativas. Tem de haver um equilíbrio sério e consistente.

Quando analisamos este Orçamento constatamos a verba ridícula destinada à manutenção das gruas, a mesma que destinada ao artesanato, mas muito longe dos milhões destinados à promoção do turismo, aos subsídios às cooperativas ou os milhões destinados à Secretaria do Ambiente para salvar escaravelhos e caracóis. O CHEGA constata que nesta Região as prioridades estão invertidas, a balança está desequilibrada contra quem trabalha e produz riqueza, mas a favor dos tecnocratas e burocratas.

Está na altura de dizer CHEGA, os nossos pescadores não aguentam mais este abandono a que estão condenados por quem os devia defender.

O CHEGA mesmo que fique sozinho nesta missão vai ser a voz dos pescadores e não nos calarão com argumentos falaciosos e agendas radicais. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pelo Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Início a minha intervenção afirmando que este governo trata o Sector das Pescas como um parente pobre da governação!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não é verdade!

O Orador: E digo isto com muita pena e não ao acaso e dou três exemplos dessa manifestação, expressa na proposta de Plano e Orçamento para 2025:

1.º exemplo: O documento não contempla qualquer verba para o plano de reestruturação do setor da pesca, recentemente aprovado nesta Casa, com um compromisso financeiro superior a 10 milhões de euros para 2025-2030, no âmbito das Áreas Marinhas Protegidas. Isto demonstra que o Governo dos Açores desrespeita as decisões do Parlamento e falha nos compromissos com os pescadores.

Sr. Secretário Regional, por que razão não está inscrita qualquer ação neste plano?

2.º exemplo: A proposta ignora a necessidade de um auxílio financeiro para compensar os rateios do "POSEI Pescas". Enquanto na agricultura o Governo

anuncia que “não faz rateios”, nas pescas faz.

Sr. Secretário, por que não inclui um apoio financeiro complementar no plano?

3.º exemplo: Não prevê qualquer reforço no apoio ao combustível para as pescas, enquanto na agricultura se anuncia o fim do limite ao combustível agrícola.

Sr. Secretário, conhece as dificuldades do setor, como justifica esta desigualdade numa área tão sensível e tão inconstante, sabendo por exemplo que um atuneiro numa semana pode “gastar” 15 mil litros de gasóleo sem capturar um único atum? Isto é inadmissível!

Deputado José Sousa (CH): É verdade!

O Orador: Infelizmente, assim se comprova que o governo da Coligação não trata o sector primário por igual, promove a desigualdade, promove a diferença e promove o benefício de uns em prol de outros sem qualquer argumento minimamente coerente, não contribui e não promove a coesão do sector primário e não vai ao encontro das necessidades que o sector da pesca nos Açores atravessa.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional, gostaria de lhe perguntar qual a parte do negócio da Lotaçor que o Sr. e o seu Governo vão privatizar? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa aguarda mais inscrições.

Sr. Deputado José Sousa, faça favor.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Já por 2 anos seguidos, que aparece uma rubrica com a aquisição da grua para o Porto das Poças, essa grua penso que já foi adquirida, portanto, acho que esta rubrica não tem que estar aqui.

Outra questão é o melhoramento e operacionalização do Porto de Ponta Delgada nas Flores também estava o ano passado, aparece novamente, mas não têm cumprido, portanto, nem as luzes de navegação nem as luzes de entrada na barra ainda colocaram naquele porto.

Quanto ao Porto das Poças estão a fazer o mesmo que o PS, que é adiar e se calhar daqui a 20 anos começam já por 2 vezes que estão à espera do estudo de impacto ambiental e isto já é uma desculpa grave demais para ser verdade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos avançar. Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo.

Este Orçamento é um orçamento realista, um orçamento que vá ao encontro daquilo que são as necessidades do setor, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não vai não!

O Orador: ... sabendo desde já que este é um setor com problemas estruturais, com problemas antigos e que logicamente que não se pode exigir que de um momento para o outro se faça o trabalho, que outros não conseguiram resolver e mostrar os alicerces durante muitos anos.

Sim, há outros governantes, há outros partidos que têm mais responsabilidades neste setor porque não prepararam o setor para o futuro que ai se adivinha.

Por isso, queria dizer o seguinte, logicamente que este Orçamento baseia-se em

quatro importantes aspetos, o primeiro a sustentabilidade, sim, porque há muito que os diversos governos do Partido Socialista nunca fizeram um caso dos alertas que vinham, quer da Universidade, quer também dos cientistas e nada o fizeram para precaver o futuro que agora estamos a atravessar.

Rendimento sim, porque continuamos a ter a nível geral mais valor em descargas do que tínhamos na governação do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais formação, sim, porque mais uma vez nunca é demais relembrar que foi com este Governo, que foi com estes partidos que apoiam o Governo, que efetivamente a Escola do Mar, tornou-se uma escola efetiva.

Sim, porque para breve teremos o navio de investigação e acima de tudo o Tecnopolo – MARTEC, porque como eu já referi anteriormente, para se atuar é preciso conhecer e não atuar sem se conhecer algo que os diversos governos socialistas faziam, atuavam apenas porque ficava bem atuar, por isso esta é uma nova narrativa.

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Meus Srs. termino esta intervenção dizendo o seguinte, sabemos que muito há para fazer, sabemos que continua a não estar tudo bem neste setor, mas também sabemos, porque efetivamente estamos a criar um caminho que já devia ter sido criado por outros, disse. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor.

(*) Deputado Mário Tomé (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu penso, Sr. Secretário, que o Sr. num minuto conseguia, por razões de respeito a esta Câmara, às pessoas e aos Deputados que aqui estão, eu vejo ali 1h22, eu compreendo que os seus colegas obviamente têm que falar, mas estamos a falar num setor extrativo, no setor primário de extrema importância para a economia dos Açores e acho que merece o maior respeito de todos nós, como Deputados, mas acima de tudo do Governo e numa área que o Sr. tutela e acho que não fica bem o Sr. não responder às questões,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas quem é que não responde?!

O Orador: ... que não é que preocupam os Deputados quer do CHEGA quer do PS, é aos pescadores açorianos e eu vou reforçar, Sr. Secretário, que gostaria que o Sr. me respondesse às três questões que levantei: porque é que não consta no Plano e Orçamento nenhuma verba do plano de reestruturação que foi aqui definido e aprovado por maioria nesta Casa? Porque é que a Região não contemplou um auxílio extraordinário para fazer face aos rateios? E a terceira questão, tal e qual como na agricultura, porque é que não prevê ou acaba com o limite do consumo ao combustível? Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional do Mar e

Pescas, tem a palavra faça favor.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Mário Tomé, vou-lhe responder diretamente às perguntas que põe, mas deve ter algum cuidado quando utiliza a linguagem, porque deve vir mais bem preparado...

Deputado Mário Tomé (PS): Eu não disse isso!

O Orador: ... para este debate, não pode utilizar uma linguagem incorreta para o mesmo.

Problema da reestruturação da frota, a reestruturação da frota tem duas componentes: primeira componente - o impacto das Áreas Marinhas Protegidas na frota. Como sabe o Blue Azores fez uma primeira avaliação desse impacto, por uma questão de transparência, o gabinete, porque havia muita contestação relativamente à proporção do impacto, solicitou à Universidade dos Açores que fizesse o levantamento para certificar que os cálculos que estão a ser feitos, bem, esse pedido já foi feito à Reitoria da Universidade dos Açores e foi também solicitado que fosse aproveitado o mesmo estudo para fazer o cálculo das indemnizações a realizar, portanto, este é um processo da reestruturação do setor,

o segundo processo da reestruturação do setor é aquele que a Direção Regional das Pescas está a fazer com o próprio setor, eu já disse isto aqui duas vezes.

A primeira fase desse desenvolvimento está pronto, da definição da visão, dos objetivos e das medidas, está o setor neste momento a rever grande parte do que foi concluído no grupo de trabalho e vamos evoluir agora para uma segunda fase, que tem a ver com o plano de ação dessa reestruturação do setor e, portanto, dizer-lhe, em primeiro lugar, que o financiamento não está previsto no...

Deputado Carlos Silva (PS): Oh Sr. Secretário, mas houve um compromisso

assumido pelo Sr. Presidente do Governo.

O Orador: ... Sr. Deputado, ouça, o orçamento não está previsto no orçamento da Secretaria porque o Governo Regional está, no âmbito do processo das Áreas Marinhas Protegidas a captar investimento externo para esse efeito, como sabe, o Fundo Ambiental já se disponibilizou para pagar grande parte dessas indemnizações, portanto, o Fundo Ambiental já se disponibilizou para pagar grande parte dessa reestruturação, como resultante do impacto das Áreas Marinhas Protegidas. Ora, o segundo, o desenvolvimento natural é agora ir procurar investimento, que é uma coisa que os Srs. não faziam, era ir buscar financiamento privado externo para financiar estas atividades.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Segundo, dizer-lhe, Sr. Deputado, o apoio ao combustível, nós já dissemos aqui que o apoio ao combustível nós tentamos, tanto quanto possível, não o financiar e não o financiamos por uma medida técnica de gestão financeira da gestão pesqueira, tem a ver com o facto de que se o Sr. incentivar o consumo do gasóleo, está a incentivar indiretamente o esforço de pesca.

Deputado Carlos Silva (PS): E na agricultura?

O Orador: Ó Sr. ouça, o Sr. fez-me uma pergunta, eu estou-lhe a responder, quero ouvir ou não?

Deputado Carlos Silva (PS): Não concordamos consigo, mas queremos ouvir.

O Orador: O Sr. estava-me a acusar de não responder, eu agora estou a responder e o Sr. não quer ouvir, não é? Portanto, eu estou-lhe a dizer que tem uma medida técnica por trás de dizer que não apoiamos, não gostamos de financiar o gasóleo porque incentiva o esforço de pesca, incentivar o esforço de pesca incentiva a insustentabilidade e, portanto, não incentiva maior

rendimento dos pescadores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso já é muito elaborado.

O Orador: Segunda razão porque não fazemos o financiamento, porque Sr. Deputado, não é necessário, a frota não tem necessidade de um maior plafond de gasóleo porque não o consome, Sr. Deputado, não o consome, não, não Sr., o Sr. não foi isso que me perguntou, o Sr. o que perguntou foi porque é que não eliminávamos o plafond do gasóleo e eu estou-lhe a dizer que não é necessário, porque a frota não necessita dele, não é?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque, também no âmbito da gestão financeira da área da pesca, os próprios armadores sabem que não o devem fazer porque é um custo de produção relativamente elevado.

Por último, dizer-lhe o auxílio financeiro para os rateios, o auxílio financeiro para os rateios implica que nós tivéssemos maiores aumentos de financiamento europeu, nós não temos e, portanto, temos que por um plafond.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas isso é uma contradição flagrante. É o orçamento regional que paga.

O Orador: Devo-lhe dizer-lhe também que nas conversas que temos tido com a União Europeia, a Comissão não está disposta a pensar em aumentos para este objetivo e, portanto, nós vamos ter que procurar outra maneira de poder fazer esta solução, mas já agora gostaria de ouvir de V. Exa. quais são as soluções que V. Exas. têm para isso, porque V. Exa. só faz acusações, não tem nenhuma solução para o problema, porque, aliás, não teve até agora.

Deixe-me dizer-lhe também, ao Sr. Deputado José Sousa, não é boa ideia, nós pormos os resultados científicos em causa, as recomendações científicas têm também o trabalho dos nossos cientistas e, portanto, não é boa ideia nós pormos isso em causa, os resultados científicos são aquilo que são, nós temos 35 % de redução na quota do Goraz, eu não queria fugir a este aspeto, mas também não vos queria dar muito mais informação porque tenho um Conselho Regional das Pescas que o setor para tratar sobre este assunto.

Quero dizer-vos também que o Governo Regional está preocupado, já em sede própria, denunciou junto da própria Diretora da DG MARE, que considerava este valor demasiado excessivo, propunha uma solução mais leve na redução, embora, assumindo que teremos que ter uma redução nas capturas e no TAC, porque o que estamos a falar é o que é que nós preferimos? Preferimos manter e ajustar a frota aos recursos que temos ou preferimos depletar o recurso e, portanto, não ter soluções nem de curto, nem de médio nem de longo prazo, e, aliás, a depleção do recurso do goraz, quer em França, ...

Deputado José Sousa (CH): Mas isso não faz sentido nenhum!

O Orador: ... quer em Espanha, demonstrou quanto penoso é depois para reabilitar o stock, portanto, gostaria só de dizer isto.

Gostaria também de dizer o seguinte, governar é ouvir, é verdade e, portanto, este Governo tem tido uma preocupação grande de ouvir, ...

Deputado José Sousa (CH): Não é só sobre o setor. Isto é também uma chamada de atenção para os conselho de ilha.

O Orador: ..., mas houve, Sr. Deputado, ouça bem, aquilo que eu lhe vou dizer, houve incorporando o setor na decisão, não é por nas portarias a dizer: ouvido o setor, não, é perguntando ao setor qual é a proposta que têm para a decisão. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Sr. Deputado Gualberto Rita tem a palavra.

(*) Deputado Gualberto Rita (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Os Srs. iniciaram ontem este debate acusando-nos dos arautos da desgraça, ora, vejamos quem tem sido os programadores da desgraça no setor da pesca nos Açores.

No que se refere ao Goraz e ao já anunciado corte da quota para 2025, onde ultrapassará 120 toneladas, representa mais 2.7 milhões de euros de perdas diretas para os pescadores, chegando a 3.5 milhões, caso o corte seja de 35 %, ou seja, para embarcações que dependem desta espécie como base de rendimento, será catastrófico, que me respondam, Sras. e Srs. Deputados e a quem nos estiver a ouvir lá em casa, é a primeira vez que este assunto é discutido? É a primeira vez que alertamos para esta catástrofe?

Uma autêntica vergonha para a Região na Europa que não soube defender e conservar este recurso tão importante para os Açores. Isto não aconteceu por falta de aviso, alertamos para o desgoverno na gestão da pesca e pelos efeitos da falta de entrega de dados à Comissão Europeia e ao Conselho Internacional para a Exploração do Mar. O resultado, um corte de 35 % na quota que coloca em causa o sustento de dezenas de famílias de todas as ilhas.

Perguntamos, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Governo, que medidas o Governo prevê para colmatar as quebras de rendimento?

Será que serão mais uma vez os pescadores açorianos a suportar esse peso? É, porque, segundo as declarações do Sr. Secretário, só para as pescas é que não há dinheiro, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mário Tomé (PS): Exatamente.

O Orador: ... só para as pescas é que não há dinheiro.

Continuando ainda nos proclamadores da desgraça, os Srs. gostam muito de vir ao passado, em 2023 menos 20 % na quota do Alfonsim e Imperador, o mesmo em 2024, com prejuízos de milhões de euros para os pescadores.

A constante redução da quota do Patudo e a mais recente notícia de que os pescadores, do Sr. Secretário no passado sábado, de que os pescadores esperavam o Governo Regional cito: O Governo Regional está muito satisfeito com os resultados da reunião do ICCAT”, o resultado: aumento de umas miseras 27 toneladas para os Açores e para a Madeira.

Sr. Secretário ainda repito, porque tem que ser repetida a questão do POSEI que o Sr. foge dela muitas vezes, tem que aprender um pouco, se calhar com o seu colega da Agricultura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouvia Sr. Deputada Patrícia Miranda?

O Orador: O POSEI Pesca tem agravado as dificuldades financeiras de pequenos e médios armadores, esse corte implica diretamente no rendimento e na viabilidade de muitas pequenas e médias empresas pesqueiras da Região e a diminuição de apoio financeiro coloca em risco a capacidade dos armadores de manter as suas embarcações em operação.

Enquanto o Governo Regional usa recursos, Sr. Secretário do Mar e das Pescas, enquanto o Governo Regional usa recursos para minimizar os rateios na agricultura ignora os armadores e os pescadores açorianos.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem! É verdade.

O Orador: Há açorianos, Sr. Presidente do Governo, de primeira e há açorianos de segunda?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, agora mesmo para acabar, como disse, falir os armadores da pesca nos Açores, vamos perder mais 35 % na quota da espécie que representa

mais de 25 % no rendimento dos pescadores.

Todas essas notícias, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Governo, sim, todas essas notícias é que referenciam que este Governo é que vai acabar com o setor da Pesca nos Açores. Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pelo PSD tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo.

Mais uma vez a intervenção do Partido Socialista veio demonstrar aquilo que nós já esperávamos, que está tudo mal, que nada se faz bem e que efetivamente nós viemos governar para prejudicar e de que maneira o setor das Pescas, ou seja, todos os que estão daquele lado são os bons, nós somos os maus, nós acordamos e dissemos: nós queremos prejudicar a vida dos pescadores e do setor das pescas, é errado, Srs. Deputados, é errado, aliás, isto leva-me a ideia que as repetidas intervenções que o PS anda a fazer não é mais do que um alerta, não é mais do que um alerta, atenção, nós já governamos e fizemos asneira, não façam exatamente aquilo que nós fizemos, mas podem ficar descansados, Srs. Deputados, que nós iremos fazer tudo para salvar o setor nos cuidados intensivos que os Srs. deixaram aquando da sua governação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Cuidados intensivos há 4 anos.

O Orador: Esta é uma verdade! Sim, só temos 4 anos, mas há estratégia.

O Sr. lembra-se de uma intervenção que eu tive há uns anos atrás, vão perceber exatamente isso, deixaram o setor das pescas nos cuidados intensivos, esta é que é a verdade.

Srs., também acho que de uma vez por todas também têm que começar a pedir satisfações para quem deixou o setor, para quem há muitos anos atrás também contribuiu para a baixa crescente na quota do Goraz, sim, porque a perda da quota do Goraz não começou agora, começou desde 2010, ou já se esqueceram? Aliás, nós tínhamos 1.200 e tal toneladas em 2010, que automaticamente passou para 600 toneladas, aliás, em 2014 há uma entrevista: Governo dos Açores, em 2014, quem governava, Governo dos Açores considera a redução da quota da pesca do Goraz um mal menor, ...

Deputado José Ávila (PS): Mas não se atingia a quota.

O Orador: ... um mal menor em 2014, o Governo dos Açores, fizemos tudo o que podíamos, ouçam, ouçam, têm que ouvir também um bocadinho, fizemos tudo o que podíamos ter feito e o resultado está à vista, repito, fizemos tudo o que podíamos ter feito e o resultado está à vista, houve um corte, mas os menos 25 %, ridículo, menos 25 % era “Peanuts” na altura, é um mal menor, afirmou o Secretário açoriano do Mar Ciência e Tecnologia, em declarações à Agência Lusa, sim, teriam que pedir satisfações também no passado da governação do Partido Socialista, mas onde é que andava o Partido Socialista e os Deputados para defender essa perda da quota do Goraz? Não havia, porque não interessava, ponham os interesses do partido à frente dos interesses dos pescadores açorianos, isto era o que os Srs. faziam.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Quanto à questão do gasóleo, é verdade, já foi dito, mas também é preciso não esquecer que o gasóleo pesca ainda continua a ser mais barato que o gasóleo agrícola.

Mas também não é bonito, é verdade e posso repetir, ainda é mais barato do que o gasóleo agrícola, mas também não é bonito colocar setores contra setores, colocar açorianos contra açorianos, isto não é bonito da vossa parte e é preciso nós começarmos também a pensar um pouco quando se afirma determinadas afirmações...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como essas que foram feitas, aliás, deixem-me também terminar a minha intervenção, muito havia para dizer, mas o tempo é escasso, tirando-se a vossa governação, por exemplo, a Cofaco do Pico desapareceu, não é vossa responsabilidade, mas desapareceu, com este Governo aparece...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... a Conseran, é uma dualidade e as diferenças, estão-se a rir, mas é verdade, é verdade sim Sr., tudo fizeram, calma...

Durante a vossa governação, a Santa Catarina vivia com grandes dificuldades financeiras, com a Região a injetar verbas a seguir a verbas, com esta governação privatizou-se e hoje é um grande sucesso.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É mais um triunfo desta governação.

E ainda, aqui mesmo na ilha vizinha, quando o PS tomou posse em 1996,

tínhamos na ilha do Pico uma fábrica de peixe que era robusta, a empresa mais empregadora na altura, um entreposto robusto, o maior da Região, quando este Governo Regional tomou posse em 2020, não tinha fábrica, não tinha estaleiro e nem entreposto.

Deputado Mário Tomé (PS): Não é verdade!

O Orador: Foi isto que a estratégia do Partido Socialista trouxe para o setor das pescas.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Aliás, termino dizendo o seguinte, o PS de agora até tem algumas ideias, mas governou tão mal para o setor das pescas, disse.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo, regressamos às 17h30.

Intervalo às 17:05

Os trabalhos recomeçaram às 17h36

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos. Está inscrito o Sr. Deputado José Sousa, a quem dou a palavra faça favor Sr. Deputado.

(*) Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, uma pergunta muito direta, quanto custaria ao Governo Regional dos Açores eliminar os rateios no POSEI Pescas? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Há momentos o Sr. Deputado José Sousa foi à tribuna fazer uma graça em tom jocoso sobre os investimentos que a Secretaria do Ambiente tem no âmbito dos projetos LIFE IP Azores Natura, LIFE IP Climaz, LIFE Beetles, e, de que esse dinheiro deveria ser alocado às Pescas em vez de ser alocado ao Ambiente. Pois bem, esses programas introduzem na economia mais de 40 milhões de euros e, por sinal, a ilha das Flores é a terceira mais beneficiada...

(Neste momento, o deputado Pedro Pinto exhibe um gráfico)

O Orador: ... em termos desses investimentos.

Portanto, o que o CHEGA nos veio dizer é que prefere que não se faça a restauração de habitats, nem recuperação de habitats na ilha das Flores e, portanto, foi essa a mensagem que o Sr. Deputado José Sousa nos veio trazer. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Ávila, faça favor?

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu começo a minha intervenção, há pouco tempo, o Sr. Secretário abordou-me aqui nos passos perdidos relativamente a uma situação que se está a passar na

Graciosa, que é uma situação muito, mas mesmo muito grave, e, eu vou passar a mostrar o que é que se está a passar em termos fotográficos, ...

(Neste momento, o Deputado José Ávila exhibe uma série de fotos)

O Orador: ..., é isto! Na Graciosa estão a varar embarcações de outras ilhas, foram autorizadas pelo Sr. Secretário e as embarcações da Graciosa estão impedidas, quer de varar, quer de arrear, portanto, o Porto da Graciosa está paralisado, ainda por cima, ninguém tem acesso à grua nem sequer ao pórtico de varagem.

O que se está a passar, repito, é uma situação muito grave, e, a responsabilidade, Sr. Secretário é sua, e, essa responsabilidade é sua porque foram muitos os avisos que temos dado a este respeito a alguns anos a esta parte.

O Porto de Pescas da Praia está fechado por incompetência deste Governo.

A pergunta que faço ao Sr. Secretário é se está à espera de acontecer alguma desgraça para tomar uma decisão?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas qual decisão?!

O Orador: Quando toma coragem, quando é que o Sr. Secretário toma coragem e muda o regulamento daquele Porto, desta vez em diálogo com os pescadores, que foi o que faltou na outra situação?

Relativamente à quota do Goraz, e, isso já foi abordado aqui pelos meus colegas, eu queria dizer ao Sr. Secretário que há ilhas que estão mais dependentes da pesca do Goraz, a Graciosa é uma delas!

Em 2021, 84 % do rendimento dos pescadores da Graciosa provinham desta espécie. Em 2022 representa 55% e em 2023 baixa para 34%, isto muito à conta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o preço?

O Orador: ... da pesca da lula, que é feita sobretudo por embarcações fora

daquele porto armador.

Este ano, em julho a quota do Goraz estava completamente esgotada.

Como vai fazer a nova repartição da nova quota e como vai compensar os pescadores por este desastre? Que é um desastre provocado por incúria do Governo.

A desculpa, “que já ouvi essa”, a desculpa de que vão continuar a pescar para o monte não pega, e, não pega porque em 2025 e 2026, com os cortes previstos, a quota prevista será inferior ao histórico desde, pelo menos, 2009.

É importante dizer aos pescadores o que se vai passar nos próximos tempos e já agora, Sr. Secretário, quando é que prevê pagar o apoio dos seguros de 2023 que ainda falta pagar? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ó Sr. José Ávila, diga-nos lá, Sr. Deputado José Ávila, peço-lhe desculpa, diga-me lá de quem é a responsabilidade da incúria na Graciosa? Quem é que criou a situação na Graciosa, foi o atual Secretário? Sim, ponha lá a mãozinha na cabeça, pense lá um bocadinho, veja quem é que fez a reestruturação do setor...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade. O senhor está a faltar à verdade.

O Orador: ... e veja quem é que tomou as decisões das consequências, foram

os Srs. que deixaram esse problema para nós resolvermos, foram Sr., foi sim, Sra., foram os Srs., foram os Srs. que o processo de reestruturação de 2015, foi com o processo de reestruturação de 2018, foi com a criação da mobilidade dos pescadores que os Srs. criaram esta situação e não resolveram o problema, portanto, não acuse, não faça esse tipo de acusações, porque não é verdade, são os Srs. que têm essa responsabilidade, foram os Srs. que tiveram essa incúria, mas já agora, Sr. Deputado, deixe-me perguntar em 2024, de quem é a incúria de 35 % da redução da quota do Goraz? Diga-me de quem é a incúria, Sr. Deputado? Portanto, não vá por aí.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vai por aí, sim!

O Orador: O Partido Socialista tem enorme responsabilidades na situação atual.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Os Srs. Deputados do Partido Socialista têm responsabilidades muito grandes nesta situação, portanto, por favor, não venha com esse discurso porque esse discurso é que não pega.

O Governo Regional está a trabalhar para resolver os problemas, está a trabalhar bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não se nota!

O Orador: Digo-lhe, porque foi aqui dito pelo Sr. Deputado Gualberto Rita que o Secretário estava satisfeito com as reuniões da ICCAT, pois está! Temos zero reduções de quota, zero! Diga lá quem é que reduziu as quotas do Patudo das 13 mil para as atuais, de quem é a responsabilidade, Sr. Deputado?

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

O Orador: O que é que os Srs. fizeram, Sr. Deputado? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relativamente a este assunto, o Sr. Secretário faltou à verdade e o Sr. sabe que não foi isso que se passou.

O Governo do Partido Socialista promoveu a mobilidade de pescadores, o seu Governo promoveu a mobilidade de embarcações, que é completamente diferente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E o Sr. sabe outra coisa? Eu vou-lhe explicar, Sr. Secretário, o Sr. criou uma situação desgraçada para a minha ilha, infelizmente eu tenho que dizer isto, Sr. Secretário, o Sr. sabe que neste momento tem gente a dormir em casas de aprestos, quando foi no tempo do Governo do Partido Socialista houve mobilidade de pescadores, sim Sr. e esses pescadores estavam devidamente acomodados, tinham as suas casas, tinham creche para os seus filhos e tinham escola para os seus filhos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que o Sr. está a fazer agora é completamente diferente, tem gente a viver em casas de aprestos, é um indignidade e o Sr. é responsável por isso, Sr. Secretário, já que o Sr. grita, grito eu também. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Sousa tem a palavra faça favor.

(*) Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Era só mesmo para pedir ao Sr. Secretário que respondesse à questão que eu coloquei. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado José Ávila, eu não criei nenhuma situação, não contribui nada para ela, ...

Deputado José Ávila (PS): O senhor não era diretor regional?!

O Orador: ... o Governo contribuiu e o Governo vai resolver o problema, agora deixe-me dizer-lhe uma coisa, casas de aprestos, eu acho que essa discussão, casas de aprestos, em primeiro estamos com uma situação ilegal, o Sr. ainda não me disse é o que é que o Sr. propõe como solução, porque o Sr. não tem nenhuma solução.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já disse muitas vezes, o senhor é que não ouve!

O Orador: Os Srs. não têm nenhuma solução, nunca tiveram durante 24 anos, não tiveram solução nenhuma, bem pelo contrário, tiveram a solução da degradação do setor e isto que estamos a viver hoje é o resultado das políticas que o Srs. desenvolveram, sim Sr., o Sr. não gosta de ouvir, mas vai ter que ouvir. Sr. Deputado José do CHEGA, esta contabilidade... Sr. Deputado José Sousa, quando falamos do POSEI, mas estamos a falar do Plano de

Compensação, o Plano de Compensação é dado à produção e à comercialização, nós temos cerca de 5 milhões de euros para este apoio, retirar os rateios no momento atual custaria cerca de meio milhão de euros.

Deputado José Pacheco (CH): Querem dar 2 milhões aos jornalistas e não querem dar meio milhão aos pescadores?!

Deputado José Sousa (CH): Menos do que à agricultura, não é assim tão difícil.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional, pergunto se há mais inscrições? Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de questionar o Sr. Presidente e a Mesa.

Presidente: Sr. Deputado aguarde, Sras. e Srs. Deputados, eu preciso de ouvir a interpelação do Sr. Deputado António Lima, faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de questionar o Sr. Presidente e a Mesa que, tendo eu feito uma pergunta ao Governo bastante direta e curta, se ela foi respondida eu não me apercebi, pode ter sido falha minha, é que a pergunta que coloquei diz respeito à privatização da Lotaçor, que é, nas palavras do Sr. Secretário, um serviço essencial e este Orçamento prevê que não sejam privatizadas empresas essenciais, queria perceber qual é a parte da Lotaçor que será privatizada. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, na Comissão e, porque na Comissão fiz essas questões sem ter as respostas, pergunto muito diretamente aqui sobre o assinalamento marítimo do Porto de Ponta Delgada, está adiado e as necessárias obras para remoção dos

blocos à entrada do Porto que causam entraves à manobra e segurança das embarcações não avançam bem como não se vê qualquer desenvolvimento no que concerne à extensão e prolongamento do cais acostável daquele Porto.

Não se vislumbram as obras na Lota de Santa Cruz nem o lançamento da obra da 2ª fase do Porto das Poças que apesar de já ter sido anunciado em várias reuniões do Conselho de ilha continua adiado e sem previsão de lançamento, e sem que existam certezas de quais as infraestruturas que ali serão construídas como o terminal para passageiros, bomba para combustíveis, instalações de apoio às empresas marítimo turísticas.

Também sobre as intervenções na orla costeira de Santa Cruz, e apesar de terem sido também anunciadas que seriam uma realidade em 2024 não se encontram inscritas nos documentos que estamos a analisar, motivo pelo qual o Conselho de Ilha das Flores manifestou também o seu desagrado por esta falha e esta falta de compromisso por parte do Governo Regional para com a Ilha das Flores.

Nesta área bem podem os Florentinos colocar a mão na cabeça, isso sim, esperar porque não seremos atendidos por este Governo Regional, as pescas nas Flores estão a afundar-se e o Governo ignora os problemas e deixa aquela ilha para trás. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado José Toste, faça favor.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): E ainda dizem que o setor está a perder pescadores!

(*) Deputado José Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional, São Mateus é uma das mais importantes comunidades

piscatórias dos Açores, cujos pescadores e armadores enfrentam as mesmas preocupações que assolam o setor, no entanto, o seu porto de pescas tem problemas que, apesar dos alertas da oposição, continuam por resolver e este plano também não apresenta soluções.

A recuperação do molhe de proteção do porto devia ser uma prioridade.

O furacão Lorenzo acelerou a degradação do troço terminal, existindo risco de perda de blocos, sendo urgente para evitar custos adicionais e garantir a segurança de pessoas e bens, realizar uma obra de recuperação, Sr. Secretário, para quando a recuperação do molhe de Porto de Pescas de São Mateus?

Deputado Flávio Soares (PSD): O senhor já foi a S. Mateus?

O Orador: Ainda neste contexto, quando vai estar operacional o “TravelLift” avariado há 1 ano e em manutenção há mais de 1 mês.

E por fim, quando terá início a obra das infraestruturas de apoio à pesca, projeto apresentado com pompa e circunstância e até com direito a simulação de início de obra antes das eleições e que, segundo o Sr. Presidente do Governo Regional estariam prontas este Verão? Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor tem a palavra.

(Ruído na sala)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não sei o que aconteceu no intervalo, mas deve ter sido algo muito animado. Sr. Deputado, faça favor.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do

Governo.

Naturalmente não estava para vir a este debate visto que o meu colega Jaime Vieira já fez 2 excelentes intervenções sobre o setor das Pescas, mas não podia deixar de passar em claro a intervenção do colega, Deputado do Partido Socialista, José Toste.

Começando por dizer-lhe que ainda bem que conhece São Mateus e sabe onde é que fica, porque, e, já disse isso no outro dia e volto a dizer, o Partido Socialista nestes últimos três anos, desde que a Junta de Freguesia mudou de cor partidária, abandonou São Mateus, tem sido um garrote, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... um garrote da Câmara municipal à Vila de São Mateus, um garrote, chega a ser vergonhoso, e, até o Sr., como também é Deputado Municipal, devia interceder mais pela Vila de São Mateus, coisa que não tem acontecido.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Eu sei que não é assuntos para trazer para aqui, ...

(Ruído na sala)

O Orador: ..., mas nem uma alteração de trânsito, que toda a população quer,

está a ser aceite pela Câmara Municipal, uma tentativa de prejudicar o trabalho da Junta de Freguesia.

Mas vamos às referências que o Sr. fez, reparação do molhe, é necessário essa essa intervenção, sim, Sr. e sabe porquê? Porque foi construído em cima de um banco de areia, quando ao lado há um alicerce natural de pedra que podia ter sido construído o molhe ali, mas não houve essa visão.

Deputado José Toste (PS): E agora?! Nem visão nem execução!

O Orador: Não houve essa visão no passado, e, atenção que, ao contrário de alguns Deputados do Partido Socialista, eu também sei reconhecer, sei reconhecer que aquele Porto de pescas foi obra do Partido Socialista, foi uma obra bem concebida e bem realizada, reconheço isso, agora, o molhe podia ter sido construído ao lado, onde todos os pescadores sabem que havia um acesso natural, foi construído em cima da areia, claro que ele já está todo de lado, é normal.

Deputado José Toste (PS): Está como o Governo, de lado!

O Orador: Mais, em relação ao “TravelLift”, bem, eu penso que não andam desatentos, ainda recentemente estivemos num debate em que se falou nessa questão, debate sobre Pescas em que os Srs. e aí está, vão-me obrigar a falar no passado, os Srs. deixaram as infraestruturas portuárias ao abandono, ao abandono, o “TravelLift” de São Mateus...

Deputado José Toste (PS): Quando é que vai estar operacional?

O Orador: ... os comandos, os comandos é onde o Sr. da Secretaria saltava para conduzir, nem sequer isso tinha uma proteção, está todo podre, cheio de ferrugem, nem isso e até mais, na Praia da Vitória os Srs. construíram um armazém de reparação em que por 1 metro o “TravelLift” não entra, ou seja, isto é uma coisa que não cabe na cabeça de ninguém, portanto, não vamos falar em infraestruturas.

Em relação à infraestrutura de apoio aos pescadores, pois se os Srs. não

tivessem reprovado o Plano e Orçamento, se calhar a obra já estava em andamento, mas como sabem, está no Tribunal de Contas, está à espera do visto do Tribunal de Contas e a obra vai arrancar, os Srs. não gostam, mas vai arrancar. Obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados, eu já dei a palavra à Sra. Secretária e é a Sra. Secretária que vai falar, faz favor, Sra. Secretária.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A proposta de investimento público para 2025 da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas foi estruturada com o foco prioritário na execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e na contínua resposta às necessidades reais da população das nove ilhas dos Açores.

Mais do que uma prioridade contratual, a execução do PRR é uma prioridade política e estratégica, demonstrando, de forma evidente, a credibilidade e o compromisso da Região perante os grandes desafios estruturais e conjunturais do País e da União Europeia.

Temos à nossa responsabilidade 12 empreitadas enquadradas no PRR, em conjugação, com diversos setores da governação regional, que totalizam, em 2025, cerca de 63 milhões de euros.

Nos circuitos logísticos, para além das duas empreitadas já concluídas em São

Miguel, as obras de todos – repito: todos – os restantes oito circuitos logísticos, em sete ilhas, já estão a decorrer, representando um investimento de 45,8 milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Daremos igualmente continuidade aos investimentos no projeto Escolas Digitais, no Centro de Qualificação dos Açores, na segunda fase do TERINOV e no Laboratório de Experimentação da Administração Pública Regional.

Estão igualmente previstos os projetos geridos pela EDA, no que concerne à exploração geotérmica, e concluiremos a execução do programa SOLENERGE, um verdadeiro caso de sucesso do PRR, reconhecido a nível nacional, que já esgotou a dotação disponível. Temos fundadas expectativas de ver este programa reforçado por forma a dar resposta às muitas candidaturas em situação de ‘overbooking’.

Além do PRR, daremos continuidade a uma política de investimento criteriosa e consistente, introduzindo novas obras e projetos, e reabilitando aquilo que não mereceu atenção durante largos anos.

Nas nossas estradas regionais, aplicaremos cerca de 53,5 milhões de euros, onde se inserem os trabalhos de procura de novas soluções para a modernização e construção de infraestruturas viárias muito necessárias, como sejam a ligação de Ponta Delgada aos Mosteiros, de Vila Franca a Ponta Garça ou das Furnas à Povoação, para além da nova fase de intervenção na Ribeira Quente.

Recordo que temos mais de 1.400 km de estradas regionais, muitos dos quais exigem uma substancial alocação de recursos. A falta de manutenção ao longo de dezenas de anos, desde estradas, edifícios públicos (escolas, hospitais, entre

outros), até ao parque automóvel e equipamentos em geral, é absolutamente gritante.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O trabalho de retificação progressiva desta situação e de racionalização das intervenções é algo que temos vindo a fazer e que fica, mais uma vez, patente no investimento previsto para 2025.

Daremos, por isso sequência a várias obras e equipamentos nos diferentes setores de governação, incluindo:

8,6 milhões de euros na Educação, Cultura e Desporto;

8,0 milhões de euros na Saúde e Solidariedade Social;

8,6 milhões de euros no Mar e Pescas;

10,3 milhões de euros na Qualificação Profissional;

2,5 milhões de euros no Ambiente e Ação Climática;

2,3 milhões de euros na Ciência e Tecnologia;

800 mil euros em infraestruturas agrícolas; e

5,2 milhões de euros em edifícios públicos.

Alocaremos, igualmente, um assinalável volume de recursos financeiros para melhoria e manutenção das nossas infraestruturas portuárias e aeroportuárias.

Os nossos portos serão alvo de um investimento de quase 50 milhões de euros, muitos dos quais associados à recuperação dos estragos provocados pelo Furacão Lorenzo.

Investiremos nos portos das nove ilhas, com destaque para o novo Porto das Lajes das Flores (obra adjudicada há poucos dias), o projeto para o novo cais multiusos da Praia da Vitória, as gares marítimas do Porto de Pipas e do Porto da Casa, e o ordenamento da baía de São Roque do Pico, sem esquecer o equipamento portuário de acordo com as necessidades sinalizadas pela Portos dos Açores.

Aplicaremos mais de 78 milhões de euros nos transportes aéreos na Região,

onde estão incluídos 22 milhões de euros em infraestruturas aeroportuárias, entre as quais intervenções estruturais nas aerogares de São Jorge, Pico e Flores, a conclusão da aerogare e o alargamento da pista do aeroporto da Graciosa e o projeto para a nova aerogare no Corvo.

Entendemos que a mobilidade interilhas de pessoas e bens é um fator determinante na criação de um verdadeiro mercado interno, que é um desígnio estratégico deste Governo.

Por isso mesmo, para além da entrada em vigor do novo contrato de prestação de serviços para o transporte marítimo de passageiros, daremos sequência ao trabalho junto de armadores de cabotagem insular e tráfego local para evolução do modelo de transporte de mercadorias.

Neste contexto, serão garantidas, já no início do próximo ano, escalas semanais de abastecimento em todos os portos da Região, com exceção de Flores e Corvo que continuam com dois navios dedicados ao seu abastecimento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Reforçaremos a «Tarifa Açores», que continua a ser um verdadeiro marco do novo paradigma da mobilidade regional e que já movimentou quase um milhão e cem mil passageiros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Como novidade, e para além da «Tarifa Açores», temos o «Passe Açores Nove Ilhas», um passe intermodal, aéreo e marítimo, a vigorar no decorrer do inverno IATA, que permitirá aos residentes visitar todas as ilhas

por apenas 180 euros.

Nos transportes terrestres, daremos continuidade à transição para os novos contratos de prestação de serviço para o transporte coletivo de passageiros.

Já temos em vigor os contratos de Santa Maria, São Jorge, Pico e Flores, concluímos já Graciosa e Faial, e no início do próximo ano fecharemos também os processos mais complexos e de maior dimensão relativos a São Miguel e Terceira.

Em apenas dois anos, fizemos o que não foi feito desde 2015, mas não descansaremos enquanto não estiver tudo devidamente concretizado, incluindo o novo sistema de bilhética.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O turismo dos Açores está num verdadeiro momento de ouro e no seu ponto mais alto de sempre.

Acabamos de ser reconhecidos, pelo segundo ano consecutivo, pelo World Travel Awards, o «Melhor Destino de Turismo de Aventura do Mundo».

Conquistamos o Nível Ouro na certificação como «Destino Sustentável», pela Earth Check, e estamos a consolidar níveis de notoriedade e atratividade externa nunca dantes alcançados.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: São resultados de excelência, proporcionados por políticas estratégicas acertadas e investimento público seletivo.

Nos resultados acumulados de janeiro a setembro deste ano, todas as ilhas – repito: todas as ilhas – cresceram em dormidas e proveitos totais da hotelaria,

...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... perspetivando-se superar quatro milhões de dormidas e 175 milhões de euros de proveitos de hotelaria, até fim do ano, representando um aumento de 36% nas dormidas e 47,6% nos proveitos relativamente a 2019.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É um sucesso inequívoco, que proporciona crescimento, emprego, rendimento e oportunidades em toda a Região.

Manteremos a nossa política de investimento criterioso, aplicando mais de 19 milhões de euros num setor que tem um impacto de cerca de mil milhões euros na nossa economia e representa 17 % do PIB, ...

Deputado António Lima (BE): Isso é preocupante, Sra. Secretária.

A Oradora: ... 16 % do emprego e 20 % do VAB.

Continuaremos a investir na consolidação da nossa premissa fundamental de ter turismo todo o ano e em todas as ilhas, focando a promoção na época baixa, a diversificação da conetividade nacional e internacional e a valorização do território.

Temos uma rede inédita de ligações aéreas, com mais de 30 rotas e 14 companhias aéreas durante o verão - algumas estão a alargar a sua operação para o inverno.

Continuaremos o nosso trabalho de qualificação e desenvolvimento sustentável do produto turístico, com especial foco nos pontos de atração turística mais procurados, como sejam as Furnas e as Sete Cidades, tal como foi feito para o Vulcão do Fogo, que já serviu mais de 100.000 pessoas em apenas dois verões. Seguiremos, igualmente, com o trabalho de desenvolvimento e melhoria dos

nossos produtos estratégicos, incluindo as Rotas Açores, a Rede Integrada de Atividades de Natureza dos Açores, a Rede Regional de Percursos Pedestres, bem como a valorização do ‘wellbeing’.

Por fim, contratualizaremos e iniciaremos os trabalhos técnicos de revisão do Plano de Ordenamento do Turismo dos Açores, que passará a ser designado - Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo dos Açores - PDTA, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é importante, alterar o nome!

A Oradora: ... um novo conceito, adaptado à realidade atual e com capacidade de responder aos desafios do futuro.

No que concerne à energia, manteremos o nosso rumo de descarbonização da economia e de aumento da autossuficiência, de acordo com a Estratégia Açoriana para a Energia 2030, com um investimento de 35,9 milhões de euros. Através do PROENERGIA e do PO Açores 2030, continuaremos a investir em incentivos à eficiência energética, para famílias, empresas e IPSS. Criaremos Vales de Eficiência Energética, para famílias em pobreza energética, visando a aquisição de equipamentos mais eficientes.

Manteremos a aposta no desenvolvimento da mobilidade elétrica, dando sequência à aplicação do Plano de Mobilidade Elétrica dos Açores.

Em termos globais, o nosso Plano de Investimento, o Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas ascende a 338,7 milhões de euros, mais 18,7 milhões do que em 2024, orientados para áreas económicas de importância estrutural.

É esta a nossa missão. Saberemos cumpri-la, ultrapassando os desafios que certamente surgirão, com a mesma força e a mesma determinação com que este Governo tem vindo a alterar o perfil da nossa economia e a transformar os Açores numa terra de oportunidades. Muito obrigada.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional. Estão abertas as inscrições. A Mesa tem várias inscrições já. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, Sr. Deputado

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária, eu queria-lhe fazer uma pergunta muito direta, são públicas as suas declarações sobre a estrada do Raminho-Serreta, as obras foram interrompidas supostamente alegadamente por novos perigos, eu gostaria de saber que perigos são esses, uma vez que foram iniciadas as limpezas e adjudicada até serviços de retroescavadora ou de giratória e não vi, o empreiteiro à partida continuou a obra, não vi que perigos são esses, aliás, eu fui lá pessoalmente verificar e acho que a zona pior já passou e eu gostaria que me informasse e informasse aqui a Câmara que perigos foram esses, quais são os técnicos que identificaram esses perigos, que relatório é esse que fez com que a obra interrompesse? E mais, se houver uma catástrofe, o vulcão, por exemplo, de Santa Bárbara, quem é que se vai responsabilizar, porque a única via de evacuação é aquela, então as pessoas vão ficar ali encaixotadas, não será pior do que parar as obras?

Gostaria que a Sra. Secretária esclarecesse a mim e aos terceirenses que me estão a ouvir. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pelo Partido Socialista tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

Deputada Marlene Damião (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

A falta de regulação no Turismo gera cada vez mais desigualdades, o Orçamento para 2025 sendo continuidade, persiste nos erros e nas omissões sobre os principais problemas sentidos pelos profissionais de turismo, como a falta de mão de obra qualificada, a drástica redução de voos da Ryanair no Inverno e a ausência de medidas eficazes que atenuem este impacto e os constrangimentos na mobilidade dos residentes.

A falta de mão de obra qualificada nos Açores, que é transversal a vários setores, tem-se revelado cada vez mais como um dos maiores desafios a enfrentar.

No caso do Turismo e com a economia açoriana fortemente dependente deste setor como já foi afirmado, a falta de profissionais qualificados afeta a qualidade dos serviços e a capacidade de acompanhar o desenvolvimento turístico sustentável.

Não há planos para novos programas de qualificação, especialmente para atrair e capacitar jovens para este setor, o Turismo cresce em proveitos, mas os salários dos trabalhadores são muito baixos.

É urgente que o Governo seja mais interventivo em matérias de contratação coletiva.

Há que dignificar as profissões ligadas ao setor do Turismo e torná-lo mais atrativo para quem nos visita, mas também para os residentes e sobretudo para quem vive do Turismo.

Bem sabemos que há empresários que estão a pagar acima da média, mas também sabemos que persistem salários baixos e vínculos precários que não valorizam o setor.

Se queremos bem e seguir o modelo e o exemplo...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): E quem fica de baixa 2 anos?

A Oradora: ... de casos de sucesso como o da Islândia, necessitamos de urgentemente demonstrar que investir em salários dignos não só beneficia os trabalhadores, mas também fortalece a economia como um todo, promove o ambiente de trabalho mais justo e sustentável.

Tornar este setor atrativo para os visitantes implica necessariamente que a qualidade de vida dos residentes seja salvaguardada.

Se os transportes são fundamentais para o Turismo, o transporte aéreo para o exterior é crucial para assegurar a mobilidade dos açorianos.

Se é verdade que a responsabilidade pela imposição do teto máximo de 600 euros no preço das viagens para efeitos da elegibilidade do Subsídio de Mobilidade é do Governo da República do PSD, CDS e PPM, é também verdade que cabe ao Governo Regional encontrar respostas que anulem ou minimizem esse impacto na mobilidade dos açorianos, o que não está a acontecer.

Para o Partido Socialista é essencial que seja garantido o acesso à mobilidade dos açorianos e este Governo da coligação não dá sinais de proteger quem cá vive.

O novo teto máximo de 600 euros de Subsídio de Mobilidade prejudica sobremaneira os açorianos porque representa um aumento dos custos de viagem, restringe a escolha de voos...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Onde é que isso está fundamentado?

A Oradora: ... e horários mais convenientes, especialmente em época de maior procura, gera desigualdade, restringe o acesso a esses serviços e impacta negativamente a vida dos nossos residentes que muitas vezes são obrigados a viajar por razões de saúde e de trabalho.

Srs. Deputados, para além disso, a redução de voos da Ryanair durante o Inverno IATA combinada com a instabilidade no grupo SATA representam bem a incapacidade das políticas públicas do Governo de José Manuel Bolieiro, em garantir a conectividade e a competitividade no setor aéreo nos Açores protegendo, tanto os residentes quanto a economia regional.

É este Governo que tem de atrair e negociar com a Ryanair para reforçar os voos para os Açores, numa abordagem estratégica que combine incentivos financeiros, garantia de viabilidade operacional e benefícios mútuos.

O equilíbrio entre incentivos e garantias de rentabilidade é essencial para atrair e manter voos reforçados para os Açores.

Não é coerente dizer que se pretende atenuar a sazonalidade e equilibrar a procura turística ao longo de todo o ano quando, por exemplo, não se conhece ainda novas negociações com a Ryanair para retomar pelo menos a operação que tínhamos até 2023.

Não é desta forma que se consegue alcançar o objetivo de ter turismo todo o ano...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É como a sua, quando era diretora regional!

A Oradora: ..., em todas as ilhas, numa perspetiva de distribuição equitativa, quer geográfica, quer em termos temporais.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Isso depois da Ryanair já não sei o que é que hei de dizer, a Delta, pronto, venha

a Delta.

Eu não quero perder mais tempo, Sra. Secretária, (que é isso que interessa) eu gostaria de a questionar, se me for permitido, eu tenho, eu, o CHEGA, temos recebido e com certeza a Sra. também, muitas reclamações sobre o transporte marítimo com o continente, carga que fica atrás, um pesadelo para os empresários, recebemos também do transporte aéreo a mesma coisa, prejuízos enormes, os empresários começam a dizer se calhar não vale a pena trabalhar nos Açores, se é para perdermos aos milhares e milhares e milhares de euros, gostaria de saber o que é que o Governo tem para acautelar isto, que protocolos é que tem, há um operador privado, que conversas é que há sobre isto?

Quanto ao Subsídio de Mobilidade, eu não vou falar, senão eu tinha que falar da Ryanair outra vez, não me apetece. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Este Governo está de facto a “matar” o transporte coletivo de passageiros...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Lá vem o dilúvio, a desgraça!

O Orador: ... nos Açores, menos 3 milhões e meio de passageiros desde 2013 e a solução é uma verdadeira revolução neste setor, mas o Governo não deixa, não quer, governa para satisfazer os interesses instalados de sempre, é por isso que não mexe nesses interesses e não mexe nesse setor e deixa qualquer mudança na gaveta.

E dessa mudança é preciso reduzir o preço, mas também é preciso implementar a legislação que já foi aqui aprovada e para a qual não há verba no Plano, há 5 milhões de euros para esta área no Plano, diz a Sra. Secretária, que está a rever a legislação, que está a regulamentar a legislação e, ao mesmo tempo, a implementar e irá lançar o concurso para prestação de serviços em São Miguel, como a Iniciativa Liberal, tem dito e bem.

Sra. Secretária, a Sra. a quem é que está a enganar? É o Bloco de Esquerda ou a Iniciativa Liberal?

Deputado Nuno Barata (IL): É verdade. Acho que quer enganar todos!

O Orador: É que os 5 milhões de euros não dá para tudo, mas eu suspeito que a Sra. está a enganar os dois, está a enganar os dois e isso é que é grave.

No transporte aéreo, Sra. Secretária, este Governo desbaratou uma oportunidade de salvar a SATA, porque hoje a SATA está pior do que estava, mas é muito pior, recorreu a empréstimos ruinosos como aquele que o Bloco denunciou de 60 milhões de euros, que tinha uma taxa efetiva de 30 %, custou 6 milhões de euros.

Continua o aventureirismo com as rotas da SATA Internacional e ficamos a saber que o processo de privatização, que tinha um concorrente que não era credível, afinal, continua e continua as negociações com um comprador que não é credível.

E pior, este Governo pela calada quer privatizar o serviço de Handling, ...

Deputado José Pacheco (CH): Como é pela calada?! Isso já foi notícia!

O Orador: ... fazendo uma coisa inédita, que é pedir uma autorização para vender uma empresa que não existe, que ainda não foi criada e que é uma parte da SATA Air Açores, é preciso que o diga, é uma parte da SATA Air Açores, aquela que era a menina dos olhos do Governo, afinal, é para vender às parcelas, às fatias e é para privatizar ou fechar aquilo que os Srs. lá sabem.

E isso é grave, não aceitamos essa decisão e apresentaremos uma proposta neste

Orçamento de alteração para garantir que essa decisão é tomada aqui, depois de se conhecer que empresa é essa que os Srs. pretendem criar.

E uma última palavra, Sra. Secretária, uma economia que está altamente dependente do Turismo, é uma economia com dois problemas, será uma economia pobre, com elevado risco de pobreza e desigualdade, e será uma economia sujeita a enormes riscos externos, a Pandemia foi um exemplo, há muitos outros. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rúben Cabral, faça favor tem a palavra.

(*) Deputado Rúben Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem sei que após a intervenção do Partido Socialista parece que não, mas estamos a debater o Plano e Orçamento, e sobre isso tenho de manifestar a satisfação social-democrata pela aposta deste GRA na continua valorização do destino Açores.

E isso é notório pelo facto de que mais de metade das medidas previstas neste Plano e Orçamento serem focadas no aumento da qualidade e sustentabilidade deste destino composto por 9 pedaços de paraíso.

Isso mostra bem que esse Governo mais do que estar focado em bater recordes, que os bate, está focado em aumentar, de facto, a qualidade desse destino e tem um plano para o Turismo dos Açores, aliás, tem um plano para a governação dos Açores e por isso também tem um plano para o Turismo dos Açores. E, eu até vou atrever-me a replicar uma expressão, uma frase que ouvi, aprendi há pouco tempo, que nos diz que, de facto, o sucesso da governação desse Governo é o insucesso da retórica do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

O Orador: Não é só o insucesso da retórica, é também outra expressão que eu aprendi há bem pouco tempo, um ciúme, vê-se claramente um ciúme, um ciúme de, por exemplo, ter sido a social-democracia que liberalizou o espaço aéreo quando estava na República, em 2015, por ser a social-democracia que está a rasgar os horizontes do Turismo dos Açores, como nunca antes se viu.

Deputado José Ávila (PS): Também o acesso às creches, foi a social-democracia.

O Orador: E há um turismo que de facto, não permite o Partido Socialista reconhecer um conjunto de situações, como, por exemplo, o facto de termos menos sazonalidade, porque nós temos mais rotas, porque nós temos mais frequências, porque nós temos mais companhias aéreas, nós temos mais promoção do nosso turismo o ano inteiro para os Açores inteiros.

E sobre as companhias e sobre a promoção do destino gostava de fazer aqui um alerta.

A mudança de paradigma, a mudança de paradigma, ouviu-se falar por reações que o Plano veio tarde, o Plano não veio tarde, o Plano finalmente veio, finalmente há um plano para a promoção do destino Açores no Inverno IATA e o plano que existe é muito diferente, os Açores com esse Governo deixaram de pagar a companhias aéreas para voar para os Açores, agora nós pagamos para fazer parte do plano de marketing das companhias aéreas, isso é muito diferente, muito diferente...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque não são as companhias aéreas que têm que ser apetecíveis

aos Açores, os Açores é que têm que ser apetecíveis às companhias aéreas.

Há uma menor dependência de um único mercado emissor e isso dá-nos menos risco para o turismo dos Açores e isso existe porque nós temos mais distribuição, uma maior distribuição da procura ao longo de vários mercados emissores, há também menos pressão turística nos atrativos e isso é verdade, porque existe uma gestão dos fluxos turísticos ao longo da Região dos Açores, há menos desconfiança do turismo dos Açores ou no turismo dos Açores ou na economia açoriana e isso vê-se claramente pelo aumento do crescimento, pelo crescimento do investimento privado nos Açores.

E eu vou relembrar uma questão, já que se falou do pagamento de salário, foi com esse Governo que os agentes turísticos dos Açores viram uma redução das taxas de impostos e isso permite mais competitividade e até podem pagar melhores salários, porque não é o Governo que paga melhores salários no turismo dos Açores é o setor privado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E vou relembrar também que há menos indiferença, muito fora sobre os Açores ou em relação aos Açores e isso vê-se de uma forma muito clara no reconhecimento que tem existido através dos prémios e certificações. Muito recentemente os Açores, recebeu ou teve a renovação do prémio de melhor destino de aventura do mundo e viu a sua certificação de destino sustentável, atribuído pela Earthcheck, alcançar o nível ouro.

Tudo isto é real, Sras. e Srs. Deputados, tal como é real, a resiliência, paixão e a visão de todos os agentes açorianos ligados ao turismo desde o agenciamento, alimentação, mobilidade, alojamento, animação, investigação e até na segurança e na saúde.

Reconheço que sem eles, nada disto seria a mesma coisa, pois estão de parabéns pelo trabalho feito e temos a convicção que podem contar com esse Governo Regional da coligação como parceiro ativo, cada um no seu lugar, para podermos todos continuar a lucrar nesse destino Açores e para que os nossos filhos e netos possam vir a continuar a lucrar no futuro num destino que se quer também deles para o futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Francisco Gaspar, faça favor tem a palavra.

(Neste momento a Deputada Isabel Teixeira substituiu o Deputado Lubélio Mendonça no lugar de secretário da Mesa)

(*) Deputado Francisco Gaspar (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Plano e o Orçamento Regional são, antes de tudo, ferramentas essenciais que definem as prioridades políticas, orientadas em ações estratégicas e concretas, que refletem o investimento público e o compromisso do Governo Regional com desafios económicos, sociais e ambientais.

No centro deste debate está o compromisso de garantir que os recursos disponíveis sejam aplicados de forma eficiente e transparente, promovendo o crescimento económico, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável e inclusivo para todas as nossas ilhas.

O documento em apreciação traduz a consistência das políticas públicas

implementadas e a implementar, baseadas no compromisso de fazer mais e melhor, consubstanciadas no diálogo com todos os agentes políticos e em consensos institucionais, afirmados com parceiros sociais, assumindo um caminho de continuidade com o ciclo de governação iniciado no final de 2020 e sufragado a 4 de fevereiro último, com uma clara e inequívoca votação, reflexo da confiança que as açorianas e os açorianos depositaram neste Governo de Coligação.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo

A mobilidade terrestre ao nível do sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária, desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico e na coesão social dos Açores. Nesta área, o governo prevê um investimento superior a 6 milhões de euros, que assenta em 4 ações específicas como o Serviço de Transporte Terrestre, o Passe Social de Transportes Públicos Coletivos, o Apoio à Descarbonização da Frota dos Táxis e o Portal do Condutor. Serão contratualizados novos contratos para o serviço de transporte coletivo regular de passageiros nas ilhas de São Miguel e Terceira, estando já contratualizados os serviços nas restantes ilhas, onde se destaca a introdução de novos itinerários, sistema de bilhética integrada e em suporte digital. Pretende-se, ainda, promover a modernização e a evolução digital dos transportes terrestres no relacionamento entre o cidadão e a administração pública. Será implementado o Portal do Condutor, visando a interação digital com os serviços e a desburocratização de processos administrativos. Ademais, serão desenvolvidos esforços para potenciar a descarbonização dos transportes públicos terrestres onde se inclui o apoio aos profissionais de táxis para a substituição da viatura a combustão por uma 100% elétrica, bem como a modernização do parque automóvel e de equipamentos do Governo Regional dos Açores.

Em matéria de obras públicas, as grandes prioridades estratégicas, assentam na garantia do cumprimento das metas e marcos do Plano de Recuperação e Resiliência, em potenciar a execução do novo quadro comunitário PO2030, a recuperação do HDES, na modernização e construção de infraestruturas viárias muito necessárias à coesão territorial e à segurança, na proteção da orla costeira, na execução de obras estruturantes de vários departamentos do governo regional e na reabilitação, requalificação e reparação de diferentes infraestruturas, muitas das quais há muitos anos degradadas e deixadas ao abandono pelos sucessivos governos socialistas.

Assim, no âmbito direto das competências da Direção Regional da Obras Públicas, perspectiva-se um investimento de cerca de 148,6 milhões, mais 30,6 % fase ao ano de 2024.

A ilha de São Miguel, pela sua dimensão e pelo peso económico que representa na esfera regional, confronta-se, inegavelmente, por questões que carecem uma atenção diferenciada, consubstanciando-se em desafios maiores.

Este Plano e Orçamento contempla e procura dar resposta para essas questões e prioridades, com investimentos que abrangem todos os concelhos de São Miguel, nas mais diversas áreas e setores da governação, onde sobressai de forma clara o montante previsto de 88 milhões de euros, que mereceu, uma vez mais, a aprovação por larga maioria do Conselho de Ilha.

Assim, ao nível dos concelhos, além de vários investimentos e atenções programadas para cada um, destaca-se na Lagoa - o projeto para a construção de uma creche; a requalificação das instalações da EBI e a proteção e requalificação da orla costeira na Baía de Santa Cruz; - em Vila Franca do Campo, a variante a Ponta Garça; a requalificação da estrada que liga Vila Franca à Achada das Furnas e a ampliação do quartel de Bombeiros; - no Nordeste, sobressai a reabilitação da estrutura residencial para idosos; a requalificação do Centro de Saúde, obra que decorre a bom ritmo, o projeto

para a construção de uma creche, a elaboração do projeto para a construção do quartel de Bombeiros e a requalificação da foz da Ribeira do Guilherme, uma velha aspiração dos Nordestenses; - na Ribeira Grande, destaca-se a construção e reabilitação do Centro de Saúde; o prolongamento da frente mar, por contrato ARAAL com a Câmara Municipal e a continuidade do reforço da proteção da orla costeira das Calhetas, uma obra que era reclamada há mais de 20 anos e reiteradamente negligenciada pelos sucessivos governos do Partido Socialista; - em Ponta Delgada, entre tantos outros investimentos previstos, sobressai a construção de creche e lar residencial em Santo António; a construção de ATL na Candelária; a melhoria do acesso de Ponta Delgada aos Mosteiros; a proteção da orla marítima de Santa Clara; a reabilitação da escola profissional de Capelas e do centro de qualificação profissional e a construção da variante às Capelas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo

Após referir alguns dos investimentos previstos para os concelhos suprarreferidos, falta-me falar sobre o que está previsto para o concelho da Povoação.

Conforme já havia referido em diversas ocasiões, o que está alocado no Plano, por si só, não resolve todos os problemas deixados pelas anteriores governações socialistas.

É legítimo que os povoacenses aspirem a mais.

Mas muito já foi feito por este Governo de Coligação em tão pouco tempo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É bem verdade.

O Orador: Após duas décadas de poder socialista a nível autárquico e regional, em que a Povoação foi votada ao abandono, este Governo está a dar passos firmes na melhoria das acessibilidades ao concelho.

Neste pressuposto, os povoacenses poderão contar, a breve trecho, com a

continuidade dessas melhorias, particularmente na 2ª fase da ligação Furnas – Povoação (a 1ª, que corresponde à variante às Furnas, está na sua fase final), - na continuidade da segurança da estrada que liga à freguesia de Ribeira Quente - e na construção da nova escola da Povoação, velhas e legítimas aspirações daquele povo, sucessivamente negligenciadas, adiadas e negadas pelo governo socialista, mas que agora, ao fim de 4 anos deste governo de coligação, reivindica e reclama o que não quis e não foi capaz de fazer durante 24 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Haja coerência, respeito e sentido de responsabilidade dos Governos para com a Povoação, coisa que o Partido Socialista infelizmente nunca evidenciou, mas que agora tenta transparecer e privilegiar com recurso ao uso da hipocrisia e da falta de vergonha.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não seja muito, Sr. Deputado.

O Orador: Ainda no que a acessibilidades àquele concelho diz respeito e aquando da definição das SCUTS em São Miguel, recordo a afirmação proferida pelo então Secretário Regional das Obras Públicas, José Contente, que do alto da sua autoridade e respondendo ao descontentamento manifestado pelo então Presidente da Câmara Municipal da Povoação, proclamou o seguinte e cito: “As SCUTS são para ligar concelhos e não freguesias!”

Pois é, infelizmente, para o Partido Socialista no governo, a Povoação nunca passou de uma mera freguesia! Agora na oposição, já a reconhece como um concelho! Faz bem ao PS estar na oposição! Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Leal, faça favor.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional, em plena campanha eleitoral em janeiro deste ano, o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Secretário Regional da Agricultura prometeram requalificar a via Vitorino Nemésio, reasfaltagem, asfaltagem dos caminhos paralelos, correção de pontos perigosos e iluminação com 200 mil euros em 2024 nem sequer pintaram o tracejado dessa via, ...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Já está a ser pintado.

O Orador: ... que continua num estado vergonhoso e com grave perigo para a segurança rodoviária.

Para 2025, conta o Orçamento com 200 mil euros, pergunto o seguinte, quantos quilómetros de asfalto vão realizar, se já foi lançado, e, admitindo que serão zero, para quando a prometida de reasfaltagem e asfaltagem dos caminhos paralelos? Para quando o cumprimento desta promessa eleitoral?

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Porque é que os senhores não fizeram quando prometeram em 2013?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs.

Membros do Governo.

Com esta narrativa do Sr. Deputado Luís Leal importa esclarecer o que é que este Governo priorizou e a Sra. Secretária foi muito clara na sua intervenção, quando priorizamos o PRR nos dez circuitos logísticos, dois dos quais já estão concluídos, os outros em execução, que representam mais de 45,8 milhões de euros.

E nesse aspeto gostaria de salientar também nesses circuitos logísticos, a ligação da estrada transversal em São Jorge, que liga a Urzelina a Santo António, que está em bom ritmo de execução, diminuindo assim as distâncias, é também prioridade continuar as empreitadas que o Governo Regional da coligação PSD, CDS, PPM tem vindo a concretizar por todas as ilhas da Região, seja para beneficiação de infraestruturas públicas, nomeadamente os investimentos a realizar, no caso de São Jorge no Aeródromo de São Jorge para melhorar a sua operacionalidade e segurança e o avanço na elaboração de estudos e projetos para o reordenamento do Porto da Calheta da ilha de São Jorge.

Aproveitando as obras e não sendo diretamente desta área, mas já que estou no uso da palavra, salientar o que é o trabalho também das quatro novas moradias que serão feitas no Loteamento dos Casteletes pela Habitação ou então na área social, em breve, a adjudicação do Centro Intergeracional de Santo Antão, na ilha de S. Jorge.

Mas as obras públicas assumem um desafio complexo que não é de somenos, pela sua dimensão estrutural, exige um particular rigor e adequação de materiais aos novos tempos e exigências, com vista a reduzir a pegada ecológica e adaptada ao nosso clima, com a previsibilidade da sua manutenção futura.

Para a sua dimensão estrutural, implicam a existência de profissionais diversificados que desenvolvam a empreitada, sendo gerador de emprego e de

desenvolvimento económico na Região.

A este desafio não é alheio o aumento do custo de produção, não é alheio à falta de mão de obra, não é alheio a existência de um rol de obras públicas e privadas que trazem naturais constrangimentos a todos os envolvidos.

Por isso, apesar destes vários desafios, o X Governo Regional dos Açores, liderado por José Manuel Bolieiro, tem vindo a fazer um trabalho diligente e continuado para a construção, requalificação e beneficiação de equipamentos públicos e rede viária, um trabalho que é visível por todas as ilhas que trará condições de segurança e comodidade aos açorianos e perdurará no tempo. Continuaremos o bom caminho, disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A proteção da orla costeira sempre foi uma prioridade para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para os Governos do PS, como demonstram as intervenções em Santa Maria, a primeira intervenção da Laracha na Praia Formosa, em São Lourenço, na proteção da orla costeira da Maia, por cima do porto e o projeto da Laracha, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É só laracha!

A Oradora: ... contratado pelos governos do PS em 2019/2020 e executado já pelo atual Governo.

Mas, sobre a Praia Formosa, este Governo enganou os marienses. A derrocada de 20 de outubro revelou que o projeto prometido pelo Governo de coligação

em três anos distintos nunca foi executado.

O Sr. Diretor Regional das Políticas Marítimas, admite que o projeto ainda está em elaboração e as obras previstas para 2024 e 2025 não irão avançar.

Sra. Secretário, sabemos que a orla costeira passou por três secretarias diferentes em quatro anos, mas sendo sempre da sua responsabilidade a questão do projeto e da execução e, por isso lhe pergunto: haverá intervenção em 2025? Porque pelo Plano que está apresentado e pelo valor que está apresentado para 2025, mesmo depois de dez relatórios de ocorrência enviados pelo Município de Vila do Porto, sendo que oito deles deste novo executivo e dois deles do executivo anterior, mas já desse Governo de coligação, nada está previsto para intervenções que retifiquem e que protejam a zona afetada, principalmente pela derrocada e que garantam a segurança da magnífica Praia Formosa, um ex-libris turístico da ilha de Santa Maria. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Tavares Lima, faça favor Sr. Deputado.

Deputado Rafael Lima (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo.

Pois bem, nesta que é a minha intervenção em estreia no Plenário e estando aqui em funções de Deputado dos Açores, da ilha Terceira e da Praia da Vitória, não podia deixar despercebido daquilo que são as boas medidas do Governo Regional na Praia da Vitória.

Este Governo Regional, de apenas 4 anos, saliente-se 4 anos, é um Governo de reformas estruturantes em virtude da precária herança socialista.

A título exemplificativo, olhemos para aquilo que é a Aerogare Civil das Lajes.

No tempo do PS, tínhamos uma ligação semanal ao Porto e cinco ligações semanais a Lisboa, pela primeira vez, no Inverno teremos três pernoitas da TAP, pela primeira vez no Inverno teremos duas ligações aéreas internacionais, teremos sete ligações na SATA a Lisboa, duas ligações ao Porto pela Ryanair, duas ligações a Lisboa pela Ryanair.

Isto, na realidade é um aumento de 40 % em número de ligações face àquilo que é o Inverno IATA 2024 o Inverno IATA 2019/2020 do Partido Socialista, onde em 2024/2025, que está previsto 27 ligações ao invés das 18 ligações referentes ao Inverno IATA do Partido Socialista em 2019/2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Para além daquilo que são as ligações, ainda de referir o investimento de mais de 100 mil euros na abertura de uma nova porta de embarque que permite uma maior fluidez dos passageiros, investimento de mais 750 mil euros numa nova estação meteorológica, e, por fim, ainda salientar que decorre ainda um projeto de empreitada de ampliação e remodelação da Aerogare Civil das Lajes, que servirá para requalificar uma infraestrutura que carece aumentar a sua capacidade, porque, ano após ano, tem sido batido o recorde do número de passageiros na ilha Terceira.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Como praiense não podia deixar também de falar daquilo que é o Porto da Praia da Vitória, temos aqui um investimento global no seu todo, de cerca de 45 milhões de euros, investimento de cerca de 5 milhões numa grua

de carga de 120 toneladas e com um alcance de 48 metros nas suas operações, face à degradação visível dos anteriores governos socialistas, este governo viu-se obrigado a investir 2.5 milhões na requalificação das oficinas, armazéns e edifícios de operações portuárias, com o objetivo ainda de centralizar a importância do Porto da Praia da Vitória, foi anunciado um investimento de cerca de 40 milhões para a ampliação do Cais de Cruzeiros Multiusos, ampliação esta em mais de 350 metros de acostagem para transporte de carga e dos passageiros.

Dito isto, aproveito esta que é a minha intervenção para perguntar à Sra. Secretária quando é que será lançado o concurso para o projeto do Cais Multiusos na Praia da Vitória? Obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Cais multiusos é o que lá está. O senhor tem que aprender.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Secretária Regional, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigado, Sr. Presidente.

Sei que naturalmente haverá mais perguntas e seria razoável fazê-las todas ao mesmo tempo, dado o limitado tempo que nós temos para responder, mas eu vou ser o mais possível sintética também na minhas respostas.

Sr. Deputado Francisco Lima, o Raminho e Serreta, obviamente que a nossa vontade é abrir a estrada, obviamente que a nossa vontade é fazer a obra o mais rapidamente possível, mas ela é complexa e os Srs. sabem que ela é complexa. Já tivemos lá um empreiteiro que se dispôs por ajuste direto, fez um grande

troço, mas no próximo troço, que foi aquele onde houve as últimas derrotadas, o próprio empreiteiro não sente confiança para meter lá as máquinas, nós não podemos pôr o empreiteiro em risco, não podemos pôr as pessoas que por lá passam em risco, se alguém subscrever isso, a gente abre a estrada, agora não sou eu que vou subscrever para amanhã haver um problema e é o Governo que é responsável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Se este Parlamento quiser abrir, aprove e abre. Eu só estou a querer agora generalizar a discussão, se este Parlamento quiser abrir, aprova e nós abrimos, mas a responsabilidade é do Parlamento, não é do Governo.

Nós estamos a fazer agora o projeto, internamente, nós estamos a fazer internamente, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Tem razão!

A Oradora: ... sim, eu sei o que o Sr. quer dizer e eu também tenho essa preocupação.

Nós estamos a fazer internamente o projeto do troço onde o empreiteiro não sente confiança para fazer da mesma forma que fez com o anterior com socalcos, com drenagens, para tentar que ele possa ir com as máquinas para aquela zona da estrada, até lá nós temos que suspender.

Foi isso que eu disse, só que depois também empola-se indefinidamente, indeterminadamente, nada disso, é fazer o projeto internamente, quando o projeto estiver pronto e tiver condições de execução o empreiteiro voltará para o terreno, é isto que está aqui em causa.

Sra. Deputada Marlene Damião, no Turismo está tudo mal, tudo muito mal, muito mal, mas cresceu 36 % em relação a 2019 e 47 % nas receitas, pronto

contra factos não há argumentos.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E eu como não tenho muito tempo para estar a explicar a cartilha a quem devia sabê-la, eu não vou dizer, não vou-lhe estar a ensinar, portanto, o que eu lhe digo mais é que neste momento o Turismo representa 17 % do PIB, ...

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Herança de quem?

A Oradora: ... quando há pouco tempo representava 12 %, representa 20% do VAB e representa quase 17 % do emprego e não sou só eu a dizê-lo, a própria Câmara do Comércio ontem disse, em boa voz, em voz alta na televisão, que eu, por acaso tive a oportunidade de ver hoje à hora de almoço, porque nem sequer sabia que havia aniversário da Câmara do Comércio.

Subsídio Social de Mobilidade, toda a gente sabe que não é da responsabilidade do Governo, quem o disse também respondeu à pergunta e, portanto, tudo aquilo que for reclamações eu tenho canalizado para o Ministério das Infraestruturas.

Quanto à Ryanair, também tudo muito mal, muito mal, mas os passageiros continuam a crescer, cresceram de 2023 para 2024, quando a Ryanair se foi embora quase 16 %, 11,5 % passageiros nacionais, 38.3 % passageiros internacionais, nós estamos a crescer muito nos passageiros internacionais, sobretudo para os Estados Unidos da América e para o Canadá, que são ótimos mercados para os Açores.

Em relação à formação, já me tinha colocado estas questões, aliás, quase todas elas na Comissão, eu tive a oportunidade de responder, volto agora a dizer,

disse para perguntar à Sra. Secretária da Formação e Qualificação Profissional, mas eu respondo, já foram colocadas mais 3 mil pessoas na área de hotelaria e restauração desde 2021, estão certificados em hotelaria e restauração, desde 2021 abriram 22 cursos com dupla certificação, hotelaria e restauração com 296 formandos.

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora em Comissão disse que não era consigo. Agora já sabe.

A Oradora: Portanto, só isto já fala por si, há falta de mão de obra em todos os setores.

Sr. Deputado José Pacheco, transporte marítimo atrasos, transporte aéreo também problemas com falta de voos, sobre o transporte marítimo, como sabe, nós fizemos várias queixas ao IMT e à AMT, fizemos reuniões, aliás, em agosto, em Ponta Delgada, com a presença do IMT e com a presença dos armadores, a coisa está mais controlada, de qualquer forma, eu tenho reunido com frequência com eles, porque nós estamos a implementar o novo modelo de transporte marítimo de mercadorias, e, como eu disse na minha intervenção, a partir de janeiro já vai haver viagens semanais à Graciosa e a Santa Maria,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... onde não havia, só havia quinzenais, como sabe, passam a ser semanais e depois iremos passo a passo na implementação das novas etapas do estudo transporte marítimo de mercadorias.

Sobre o transporte aéreo, já pedimos à SATA para fazer uma avaliação das necessidades, temos autorizado, estou a falar agora já do inter-ilhas, temos autorizado muitos voos inter-ilhas extraordinários, mas é preciso fazer um estudo rigoroso, ...

Deputado José Pacheco (CH): O estudo está feito, a senhora pergunte-me que eu respondo.

A Oradora: ... porque efetivamente, já disse, há o Faial a pedir voos, há o Pico

a pedir voos, há a Terceira a pedir voos, há aqui alguma situação que merece ser estudada e, portanto, estou em condições de dizer que brevemente teremos notícias sobre isso, com o aumento de voos para estas ilhas que eu acabei de falar.

Em relação ao transporte para o exterior, eu não tenho tido nota de falta de voos para Lisboa, para o Porto, a não ser situações muito pontuais, eu não tenho tido nenhuma referência sobre isso em relação aos intercontinentais, portanto, aos territoriais, talvez nas ilhas onde há Obrigações de Serviço Público que de facto não são pagas, pode haver aí alguma obstruçãozinha pontualmente na altura em que os alunos vão para fora, na altura, agora que hão de vir de férias, mas nós estamos atentos a essa situação.

Sr. Deputado António Lima, queria-lhe dizer para que fique tranquilo, que é o Fundo Regional de Transportes Terrestres que abre os concursos e que suporta os custos das novas prestações de serviço público e, portanto, nesse aspeto não está nem tem que estar neste Orçamento.

Deputado Nuno Barata (IL): “Não está nem tem que estar?!!”

A Oradora: O processo de privatização, o Sr. teve a oportunidade, teve cá o Secretário das Finanças ontem, o processo de privatização só há uma pessoa que fala sobre ele, é o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Sobre o Handling, o processo está previsto no estudo de reestruturação e, por conseguinte, é um imperativo da União Europeia.

Sr. Deputado Luís Leal, a Vitorino Nemésio já está a sofrer beneficiações, como sabe, a nossa Delegada das Obras Públicas está em cima do acontecimento, tem verbas neste Plano para a sua delegação, porque nós temos verbas agregadas que serão depois desagregadas por delegação à medida das necessidades e, portanto, ela está atenta, ela é bastante competente, como toda a gente tem visto e eu tenho ouvido e, portanto, julgo que está bem entregue e dentro de pouco tempo veremos os resultados.

Estamos a fazer a variante ao abrigo do PRR e, portanto, nesse aspeto estamos...

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, o projeto de emergência está adjudicado, o projeto maior está e será adjudicado no início do próximo ano, no primeiro semestre do próximo ano.

Sr. Deputado, Praia da Vitória, no início do próximo ano. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra, para dar continuidade ao debate, a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(*) Deputada Sandra Costa Dias (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo. Sra. Secretária Regional, relativamente a um problema que agravou-se significativamente nos últimos três anos, em particular na freguesia dos Arrifes, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ah, está a falar como Presidente de Junta.

A Oradora: ... em setembro passado, no dia 6 de setembro, mais precisamente enquanto o executivo da Junta de Freguesia foi convocado para uma reunião com a Direção Regional do Ambiente, onde foi assumido o compromisso da construção de quatro bacias de retenção naquela freguesia, na zona das Arribanas, para a resolução de um problema que tem afetado sobremaneira aquela zona com cheias só em três anos, com mais de 20 ocorrências.

Olhando para o Plano e Orçamento não vislumbramos nenhuma rubrica que o identifique, no entanto, gostaria de confirmar o compromisso do Governo Regional na construção destas quatro bacias de retenção na freguesia dos

Arrifes no próximo ano, que foi o que foi assumido com esta junta e para além disto foi pedido documentação à Direção Regional do Ambiente, por ofício ainda em setembro, para o qual nunca tivemos resposta, obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado João Mendonça, para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado João Mendonça (PPM):** Pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos às 19h15.

Intervalo às 18h56.

Os trabalhos recomeçaram às 19h20.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Está inscrita a ser a Deputada Marlene Damião, a quem dou a palavra faça favor.

(* **Deputada Marlene Damião (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional do Turismo, foi tão previsível a sua reação à minha intervenção, que eu até arrisco dizer, a Sra. refere que já tinha respondido às minhas perguntas e de facto, se eu não achasse que não tinham sido devidamente esclarecidas eu não as repetia e, portanto, tenho uma novidade para lhe dar, o Turismo, não é só falar em proveitos e em prémios, o Turismo é

muito mais do que isso e, portanto, foquemo-nos naquilo que efetivamente importa...

Deputado Flávio Soares (PSD): Ah claro!

A Oradora: ... para os açorianos e para a qualidade dos nossos residentes e dos nossos visitantes, até arrisco a dizer-lhe que o turismo tem que ser como a moda, tem que ser programado com 1 ano de antecedência e isso, de facto, nota-se que não está a acontecer.

Vou tocar rapidamente e sinteticamente nos 3 pontos que eu referi na minha intervenção:

1. Mão de obra qualificada;
2. Subsídio Social de Mobilidade e
3. Ryanair.

Ora muito bem, em relação ao Subsídio Social de Mobilidade, o que lhe posso dizer é que isso é uma grande trapalhada, o Ministro das Infraestruturas e o Governo da República, quando publicaram a Portaria a 26 de setembro e depois reconheceram que estavam a cometer uma ilegalidade, porque não tinha esta Casa sido ouvida, referiram que iam publicar uma nova portaria, pois essa portaria ainda não foi revogada e, portanto, essa ilegalidade permanece.

Mas a Sra. Secretária também disse, que se houver algum açoriano que encontre uma passagem acima dos 600 euros, que demonstre e apresente esses dados concretos.

Eu acrescento que a semana passada, se não me falha a memória, a Sra. Secretária publicou a sua nova orgânica, da sua Secretaria, eu propunha, deixo aqui o repto, lanço o repto, de criar um departamento específico para criação de uma linha de atendimento aos milhares de açorianos que vão contactar a sua tutela para pedir esclarecimentos relativamente às passagens acima dos 600 euros.

Eu tenho aqui 3 exemplos, ...

(Neste momento, a Deputada Marlene Damião exhibe documentos)

A Oradora: ... com data de hoje, de 3 ilhas, das Flores para Lisboa – 613.63 euros, isto tudo entre dezembro e janeiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só ida?

A Oradora: Depois tenho do Pico para Lisboa – 629.64 euros e até tenho simulação de um estudante que esteja a residir em território nacional e que queira regressar a casa, à ilha do Faial – 617.99.

Ora, Sra. Secretária, eu pergunto-lhe, para quem é que nós temos que enviar estas evidências? Pergunto-lhe também, Sra. Secretária, e, porque desvalorizam sempre quando nós falamos na Ryanair, ora sejamos honestos, é factual, a Ryanair é que colocou os Açores no mapa mundial, o facto dos Açores serem um destino de eleição, olhe Portugal também o é, a *Condé Nast*, ainda a semana passada, informou, Portugal é o segundo país do mundo mais procurado pelos turistas e visitantes, vem logo a seguir ao Japão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que a senhora quer dizer com isso?

A Oradora: Em relação à mão de obra qualificada, Sra. Secretária, eu sei que não é da sua tutela, mas causa estranheza que, sendo a Escola de Formação Turística dos Açores, a única escola profissional vocacionada para a área, para o setor do Turismo que não se estabeleçam sinergias entre a sua tutela e a tutela da Qualificação e que não se responde àquilo que o tecido empresarial pede. E a Sra. falou há pouco da Câmara do Comércio, pois a Câmara do Comércio diz: “É necessário responder à clara falta de resposta na formação e qualificação profissional contemplada no Orçamento em 2025” e, portanto, esta parte também gostava que me esclarecesse.

Por último, e dando aqui exemplos concretos em relação à atenuação da

sazonalidade, a Sra. Secretária disse em outubro passado que “é impossível acabar com a sazonalidade, mas garantiu que pretende equilibrar a procura turística ao longo do ano”, fim de citação, eu acrescento ao longo de todo o ano em todas as ilhas.

Ora, isto não está a acontecer e dou-lhe 2 exemplos concretos ainda desta semana, um deles anunciado aqui num artigo de jornal que tenho todo o gosto em partilhar consigo:

- Redução de voos para a ilha do Pico, nós passamos de 16 voos semanais para 7;
- Dormidas na ilha Graciosa, ao contrário daquilo que a Sra. Secretária afirmou, os dados da SREA são claros, a ilha Graciosa perdeu em número de dormidas reduziu.

E, portanto, mais não tenha a acrescentar, Sra. Secretária.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional. Uma intervenção muito breve só para fazer o registo de que a Sra. Deputada Marlene Damião engana-se com muita frequência, enganou-se dia 17, fez domingo oito dias, quando disse que o Partido Socialista...

Deputado José Ávila (PS): A que horas?

O Orador: ... ia votar contra os 75 milhões de euros de reforço de verba para os Açores, e, hoje voltou a enganar-se, o que é caso para dizer que este tipo de oposição já passou de moda.

E hoje, porque é que se enganou? Enganou-se e tentou enganar os açorianos

quando diz que o aluno das Flores pagaria 613 euros, creio que foi esse valor, enganou-se redondamente, ...

Deputada Marlene Damião (PS): O senhor é que se enganou.

O Orador: ... porque, esse aluno recebe duas passagens por ano de ida e volta pagas pelo Governo Regional, portanto, esses 600 euros custam-lhe zero e ainda fica com mais uma viagem para fazer. Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais de inscrições?
Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo
O transporte marítimo de passageiros nos Açores é essencial para as ligações inter-ilhas.

Infelizmente, este foi reduzido a serviços mínimos, acreditamos que devido a opções políticas da atual coligação. O fim do serviço sazonal, crucial no verão para apoiar festas e eventos, é um exemplo disso, tal como a transferência de navios para algumas rotas para as quais estes não reúnem as mínimas condições para prestarem um serviço de qualidade. Dar de um lado e tirar do outro nunca pode dar certo.

Mas essa solução vem reforçar o que pensamos: não há estratégia para o transporte marítimos de passageiros inter-ilhas.

A aquisição de navios elétricos, processo que anda embalado de concurso em concurso, é outro caso estranho porquanto não se entende nem se vislumbra o que está a ser feito a montante para que o serviço seja eficaz, porque não faz sentido navios ecológicos serem abastecidos com recurso a combustíveis

fósseis, a não ser que esta aquisição seja apenas para “consumir” as verbas do PRR, o que a ser verdade ficaria muito feio.

Além disso, a Atlanticoline precisa esclarecer as alegações graves sobre o último concurso para afastar dúvidas sobre a seriedade do processo.

Facilmente se pode concluir que o Orçamento para 2025 não traz novidades neste setor vital, marcando passo num serviço essencial para qualquer região arquipelágica, menos, ao que parece, para os Açores.

Até a Ilha de Tristão da Cunha, a ilha mais remota do mundo, que fica a 2.800 quilómetros da Cidade do Cabo tem transportes marítimo de passageiros.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Mas não tem aéreos, por isso é que tem marítimos. É preciso contar a história toda.

O Orador: No transporte marítimo de mercadorias de cabotagem insular persistem queixas sobre eficiência e fiabilidade. O aumento de frequência para três ilhas segue um modelo defendido pelo Grupo Parlamentar do PS, mas falta capacidade logística para sustentar operações mistas. É urgente reduzir custos de contexto, atualizar equipamentos e otimizar operações nas Portos dos Açores.

O transporte aéreo, devido às opções do governo, está de tal maneira pressionado pela falta de alternativa no período de maior procura, que não consegue dar resposta aos açorianos.

As ilhas sem *gateway* aguardam alternativas prometidas para encaminhamentos de passageiros não residentes, mas essas respostas tardam, afetando e desequilibrando a consolidação do Turismo nos Açores.

No verão, desorganização operacional e problemas financeiros na SATA, aviões em terra por avaria ou manutenções mal programadas, agravados em 130 milhões de euros em três anos, resultaram em voos cancelados, atrasos, consultas desmarcadas e passageiros descontentes. Este impacto negativo

refletiu-se também, para além dos passageiros residentes e turistas, nos próprios trabalhadores que assistiram atónitos à primeira medida do novo conselho de administração, de encerrar lojas de vendas, como se isso fosse o mal da empresa.

Os desafios nos transportes continuam a afetar gravemente os açorianos, e o atual Plano e Orçamento falha em dar respostas às necessidades reais do setor. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

(Neste momento o Deputado Lubélio Mendonça foi substituído pela Deputada Isabel Teixeira no lugar de secretário da Mesa)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco, para uma interpelação, faça favor

(*) Deputado José Pacheco (CH): É para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, Sr. Presidente.

Presidente: É regimental, atendendo à nossa hora, encerramos os nossos trabalhos por hoje e continuamos amanhã os nossos trabalhos às 10h00.

Os trabalhos terminaram às 19h30.

() Texto não revisto pelo Orador.*

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Popular (*CDS/PP*)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

A Redatora, *Sónia Furtado*